



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SMADS - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**PESQUISA CENSITÁRIA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA,
CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA POPULAÇÃO ADULTA EM
SITUAÇÃO DE RUA E RELATÓRIO TEMÁTICO DE IDENTIFICAÇÃO DAS
NECESSIDADES DESTA POPULAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO**

PRODUTO XV

**COMPLEMENTO DO RELATÓRIO FINAL DO CENSO E PESQUISA
AMOSTRAL DE PERFIL SOCIOECONÔMICO E DE IDENTIFICAÇÃO DAS
NECESSIDADES**

SÃO PAULO
OUTUBRO/2015

APRESENTAÇÃO

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – Fipe encaminha à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS, análise complementar ao relatório final da pesquisa censitária e caracterização socioeconômica da população em situação de rua e do relatório temático de identificação das necessidades dessa população na cidade de São Paulo. Os resultados aqui apresentados constituem o último exercício de análise dos dados levantados ao longo de toda a pesquisa e têm como objetivo ressaltar alguns pontos adicionais aos relatórios já encaminhados. Embora relevantes, os novos resultados são complementares aos já entregues a SMADS e não apresentam, portanto, nenhuma alteração dos dados e conclusões já obtidas.

A complementação das análises já realizadas tem o mesmo objetivo que norteou todo o trabalho da Fipe que é dar subsídios ao aprimoramento da Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua.

A Fipe reitera os agradecimentos a SMADS pela colaboração recebida, notadamente à Sra. Secretária Luciana Temer que discutiu os resultados de todas as etapas do trabalho e contribuiu com importantes sugestões. Reafirma a importância da participação do Observatório de Políticas Sociais, nas pessoas de Carolina Teixeira Nakagawa Lanfranchi, Viviane Ferreirinho e Rafael Cunha Lopes, pela manutenção de contínua interlocução técnica com a equipe Fipe, e pela mediação dos encaminhamentos institucionais necessários à realização das pesquisas. Como já mencionado no relatório anterior, a colaboração de Isabel Cristina Bueno da Silva, Coordenadora de Proteção Especial, foi de suma valia na discussão dos resultados dos levantamentos realizados. Os agradecimentos se estendem aos demais técnicos de SMADS que interagiram com a equipe Fipe, pelo suporte dado e pelo espírito de cooperação demonstrado. A Fipe agradece, também, a colaboração dos Centros de Acolhida e dos Centros de Acolhida Especiais, que receberam os pesquisadores e facilitaram a realização do trabalho e campo.

Os agradecimentos finais se destinam às equipes de coordenadores e pesquisadores de campo. Trabalho reconhecidamente difícil o levantamento das informações junto às pessoas em situação de rua exige, além da qualificação profissional, comprometimento com a questão da rua e o entendimento de quão importante é a procura de melhoria dessa condição. Os coordenadores e pesquisadores de campo, na sua grande maioria, atenderam a esse perfil. O trabalho realizado, entretanto, pertence às pessoas em situação de rua que permitiram o acesso às suas histórias de vida e possibilitaram a realização das pesquisas. A expectativa da equipe FIPE é que as informações e análises realizadas ao longo de todo o trabalho contribuam para tornar menos penosas as condições da vida nas ruas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
PARTE I: CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES	4
1. DADOS DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO	4
1.1 RESULTADOS PARA A POPULAÇÃO	4
1.2 RESULTADOS PARA A ÁREA CENTRAL E DEMAIS ÁREAS DA CIDADE	7
1.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA “RUA” E “ACOLHIDOS”	9
1.4 OS RESULTADOS CENSITÁRIOS E AS QUESTÕES DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	13
2. DADOS DA PESQUISA AMOSTRAL SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO	15
2.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO	16
2.2. COMPARAÇÃO DOS ACOLHIDOS E MORADORES DE RUA	32
2.3 RESULTADOS COMPARADOS: PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM 2015 E 2010	42
3. SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	53
PARTE II: GRUPOS ESPECIAIS PARA ATENDIMENTO	63
1. PRIORIDADES SMADS	63
1.1 ADULTOS JOVENS DE 18 A 35 ANOS	63
1.2 PESSOAS SÓS NOS CENTROS DE ACOLHIDA, COM AUTONOMIA	80
1.3 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA	91
IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RUA	103
2. GRUPOS COMPLEMENTARES	116
2.1 EGRESSOS DO SISTEMA CARCERÁRIO	116
2.2 LGBT	121
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126

ANEXOS _____	129
ANEXO I: NÚMERO DE ACOLHIDOS E MORADORES DE RUA, POR DISTRITO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2010, 2015 _____	129
ANEXO III: IDOSOS ACOLHIDOS E DE RUA _____	141
ANEXO IV - Equipe FIPE _____	187

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1 - Número de pessoas em situação de rua, 2000, 2009, 2011 e 2015 _____	4
Tabela 1.2 - Total de pessoas em situação de rua, Acolhidos e Rua, 2000, 2009, 2011 e 2015 _____	5
Tabela 1.3 - Variação anual, do número de pessoas em situação de rua, períodos intercensitários _____	6
Tabela 1.4 - Variação e variação anual, 2000 a 2015. - População da cidade de São Paulo, Pessoas em Situação de rua, Acolhidos e Rua _____	7
Tabela 1.5 - Número de pessoas em situação de rua, acolhidos e rua na área central, 2000, 2009 e 2015 ____	8
Tabela 1.6 - Número de pessoas em situação de rua nas áreas Central e Não Central, 2000, 2009 e 2015 ____	8
Tabela 1.7 - Variação anual do número da rua, área central, área “não centro”, períodos intercensitários ____	8
Tabela 1.8 - Número de pessoas na “rua”, por Distrito Municipal, 2015 e 2009 _____	10
Tabela 1.9 - Número de pessoas na “rua”, por Subprefeitura, 2015 e 2009 _____	11
Tabela 1.10 - Número de pessoas na “rua”, por Região, 2015 e 2010 _____	11
Tabela 1.11 - Número de acolhidos por Subprefeitura, 2015 e 2009 _____	12
Tabela 1.12 - Número de acolhidos, por Distrito Municipal, 2015 e 2009 _____	13
Tabela 1 - Comparação entre Acolhidos e Rua _____	36
Tabela 2 - Resultados da classificação da análise discriminante _____	38
Tabela 3 - Coeficientes do modelo de regressão logística _____	40
Tabela 4 - Resumo da classificação dos elementos da amostra a partir dos resultados da regressão logística	42
Tabela 1.1 - Participação em cursos profissionalizantes* _____	65
Tabela 1.2 - Posse de documentos* _____	66

Tabela 1.3 - Grupos de atividades exercidas pelos assalariados _____	69
Tabela 1.4 - Contratantes do trabalhador assalariado _____	69
Tabela 1.5 - Atividades complementares ao trabalho assalariado* _____	70
Tabela 1.6 - Participação das fontes de rendimento na composição da renda total, assalariados, em reais __	72
Tabela 1.7 - Atividades exercidas pelos autônomos* _____	74
Tabela 1.8 - Atividades exercidas pelos autônomos, categorizadas _____	75
Tabela 1.9 - Iniciativas para obtenção de trabalho, autônomos _____	76
Tabela 1.10 - Razões apontadas para não encontrar emprego, autônomos _____	77
Tabela 1.11 - Participação das fontes de rendimento na composição da renda total, autônomos, em reais __	78
Tabela 2.1 - Acolhidos vivendo sozinhos exclusive CAE - características gerais _____	81
Tabela 2.2 - Frequência do uso de álcool e drogas - acolhidos vivendo sós exclusive CAE _____	82
Tabela 1 – Perfil demográfico dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares _____	94
Tabela 2 – Local de pernoite dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares _____	95
Tabela 3 – Tempo de rua e idade com que foram para a rua das pessoas que vivem com familiares _____	96
Tabela 4 – Condição de trabalho e benefícios dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares _____	98
Tabela 5 – Consumo de álcool e drogas pelos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares _____	99
Tabela 7 - Locais em que pessoas foram impedidas de entrar _____	100
Tabela 8 – Violência sofrida pelas pessoas que vivem com familiares e pela população em situação de rua em geral _____	101
Tabela 9 – Participação dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares em movimentos sociais _____	102
Tabela 10 – Principais condições que ajudariam os acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares a saírem da situação de rua _____	103
Tabela 4.1- Taxa média de crescimento anual dos idosos e da população adulta São Paulo e Brasil, 2015/2000 _____	104
Tabela 4.2 - Proporção de idosos em relação à população adulta - São Paulo e Brasil- 2000/2015 _____	105
Tabela 4.3 - Proporção de idosos em relação à população adulta - População de Rua, 2015 _____	105

Tabela 4.4- Idosos na rede e na rua _____	106
Tabela 4.5- Perfil demográfico de idosos acolhidos e na rua _____	107
Tabela 4.6- Trajetória para rua de idosos acolhidos e na rua _____	108
Tabela 4.7- Segurança alimentar - idosos acolhidos e na rua _____	109
Tabela 4.8 - Saúde - idosos acolhidos e na rua _____	110
Tabela 4.9 - Uso de álcool e drogas - idosos acolhidos e na rua _____	111
Tabela 4.10 - Histórico institucional - idosos acolhidos e na rua _____	112
Tabela 4.11 - Discriminação e violência - idosos acolhidos e na rua _____	113
Tabela 4.12 - Trabalho, renda e benefícios - idosos acolhidos e na rua _____	116
Tabela 1.1 - Variáveis demográficas para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções _____	117
Tabela 1.2 - Estimativas de medidas descritivas para a idade para egressos e não egressos do sistema carcerário _____	118
Tabela 1.3 - Estimativas de medidas descritivas para o tempo de rua para egressos e não egressos do sistema carcerário _____	118
Tabela 1.4-Posse de documentos pelos egressos e não egressos do sistema carcerário _____	118
Tabela 1.5 - Variáveis relacionadas com trabalho e emprego para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções _____	119
Tabela 1.6 - Estimativas de medidas descritivas para o número declarado de doenças para egressos e não egressos do sistema carcerário _____	119
Tabela 1.7- Variáveis relacionadas ao uso de preservativo pelos egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções _____	120
Tabela 1.8 - Variáveis relacionadas ao consumo de drogas para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções _____	120
Tabela 1.9 - Variáveis relacionadas à violência para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções _____	121
Tabela 2.1 - Estimativas de medidas descritivas da idade dos grupos LGBT e heterossexual _____	122
Tabela 2.2 -Variáveis demográficas, estimativas de proporções para os grupos LGBT e heterossexual _____	122

Tabela 2.3 - Estimativas de medidas descritivas para tempo de rua dos grupos LGBT e heterossexual	123
Tabela 2.4 - Variáveis relacionadas com trabalho e emprego, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções	123
Tabela 2.5 - Estimativas de medidas descritivas do número declarado de doenças nos grupos LGBT e heterossexual	124
Tabela 2.6 - Variáveis relacionadas com atendimento de saúde, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções	124
Tabela 2.7 - Uso de preservativo pelos grupos LGBT e heterossexual - estimativas de proporções	124
Tabela 2.8 - Variáveis relacionadas ao consumo de drogas, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções	125
Tabela 2.9 - Institucionalização e direitos humanos, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções	125

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de pessoas em situação de rua, acolhidos e rua, 2000 a 2015	5
Gráfico 1 - Idade dos adultos jovens nos Centros de Acolhida, %	64
Gráfico 4.1 - Taxa média de crescimento anual dos idosos e da população adulta - São Paulo, Brasil, 2015/2000 (%)	104
Gráfico 4.2 - Proporção de idosos em relação à população adulta - São Paulo e Brasil- 2015/2000	105
Gráfico 4.3 - Situação de trabalho atual – idosos acolhidos e de rua	113

INTRODUÇÃO

O Termo de Referência que sustentou a proposta técnica da Fipe, aprovada por SMADS, define como objetivo do trabalho a realização de pesquisas para identificação quantitativa e espacial da população em situação de rua na cidade de São Paulo, seu perfil sócio econômico e a identificação das suas mais prementes necessidades. Todas as pesquisas têm como referência comum o aporte de subsídios para o aprimoramento da Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua. Os trabalhos se iniciaram em Novembro de 2014 e se encerraram com o relatório do Produto XIII cujos resultados foram apresentados ao quadro técnico de SMADS e ao Comitê de População de Rua da SMDHC. O relatório agora apresentado complementa as informações levantadas pelas três pesquisas realizadas nas etapas anteriores do trabalho.

Antes da apresentação dos resultados complementares, duas observações se fazem necessárias. A primeira diz respeito à definição de “pessoas em situação de rua” utilizada nos levantamentos realizados.

A definição da população em situação de rua na cidade de São Paulo, utilizada no levantamento censitário e no perfil socioeconômico, refere-se às pessoas que utilizam alternativas de pernoite diferentes da moradia convencional como parques, centros de acolhida, praças e demais espaços públicos.

Essa condição comum, entretanto, abriga diferenças: os inúmeros arranjos e materiais utilizados como abrigo e pernoite, frequência com que são usados, duração e razões para dormir nas ruas e centros de acolhida resultam em uma multiplicidade de situações. Há pessoas pernoitando nas ruas por condições temporárias, ocasionais, e há, também, as que de há muito vivem nelas. Muitas outras diferenças podem ser apontadas.

A multiplicidade de condições exige critérios de identificação da população, sob pena de inviabilizar os esforços de sua enumeração e análise. O critério de inclusão na população deve ser aplicado sistematicamente a cada potencial integrante, para que as pesquisas realizadas possam, com segurança, fazer afirmações sobre a população. Não por outra razão,

as denominadas “perguntas filtro”¹ precederam o levantamento das informações de campo. Assim, todos os recenseamentos realizados pela Fipe definiram população em situação de rua como “o conjunto de pessoas que por contingência temporária, ou de forma permanente, pernoita nos logradouros da cidade - praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto - em locais abandonados, terrenos baldios, mocós, cemitérios e carcaça de veículos e nos centros de acolhida públicos ou de entidades sociais”².

A definição utilizada considera apenas as pessoas que se encontram “em situação de rua”, excluindo os grupos que mantêm proximidade com essa condição. São excluídas, por exemplo, as pessoas que habitam moradias precárias, com condições de habitabilidade reconhecidamente insatisfatórias, mas que não se encontram “em situação de rua”. Pela mesma razão, não são recenseados, os presidiários do sistema carcerário da capital paulista que, quando da sua detenção, encontravam-se em situação de rua.

A definição é fundamental, também, para a definição precisa do público alvo das políticas públicas. A inclusão de grupos diversos, com necessidades e reivindicações distintas impossibilita a formulação de políticas de atendimento focalizadas. Sem essa focalização, a avaliação dessas intervenções e sua eficácia ficam enormemente dificultadas.

Os resultados censitários e as condições de vida levantadas nas pesquisas de campo dizem respeito às pessoas em situação de rua, identificadas pela definição apresentada. Elas são referência, igualmente, para as análises e conclusões das políticas de atenção providas por SMADS e demais secretarias municipais da cidade de São Paulo.

A segunda observação refere-se ao critério de seleção das informações analisadas, pois a consolidação das informações aqui apresentada não inclui todos os dados levantados nas pesquisas realizadas pela Fipe. Isso porque, relatórios contendo os resultados completos de cada uma das pesquisas realizadas foram entregues a SMADS³, o que permite, agora,

¹ Perguntas para identificação da condição “em situação de rua” que antecedem a aplicação das fichas censitárias e dos questionários para levantar o perfil sócio econômico da população.

² Relatório Produto II.

³ Os dados do Censo da População foram apresentados no Produto V, “Relatório Completo do Censo da População em Situação de Rua na Cidade de São Paulo”. Os resultados do levantamento do perfil sócio

selecionar os dados mais relevantes para subsidiar a discussão das questões de política de atendimento à população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Para apresentação das análises complementares, a Fipe optou por manter a mesma estrutura do Produto XIII e o presente relatório encontra-se, portanto, dividido em duas partes, às quais se soma um conjunto de anexos. Na primeira parte é apresentada a consolidação dos resultados, abrangendo os dados do levantamento censitário da população em situação de rua e do seu perfil sócio econômico. Na sequência, terceiro item, são reunidas as principais informações sobre os serviços de atendimento à população, no âmbito das secretarias municipais da Prefeitura de São Paulo. A Parte II apresenta informações sobre grupos de pessoas em situação de rua considerados prioritários por SMADS. O trabalho desenvolvido toma os grupos como unidade de análise e atende ao propósito de fornecer subsídios para a Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua.

econômico da população foram descritos no Produto IX, “Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico” e o Produto XII, “Relatório Final de Identificação das Necessidades” completa o conjunto de documentos de apresentação de todos os resultados obtidos.

PARTE I: CONSOLIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

1. DADOS DO LEVANTAMENTO CENSITÁRIO

1.1 RESULTADOS PARA A POPULAÇÃO

Entre 23 de Fevereiro e 26 de Março de 2015, o levantamento censitário contou 15.905 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Desse total, 8.570 pessoas encontravam-se nos serviços de atendimento a essa população, aqui denominados “acolhidos”, e 7.335 foram recenseadas nas ruas e demais espaços públicos da cidade, denominados “rua”.

Comparando-se os dados de 2015 com os de períodos anteriores⁴, 2000, 2009, 2011 e 2015, constata-se que a população em situação de rua na cidade de São Paulo vem crescendo continuamente. Entre o início e final do período a variação foi de 82,7%.

Tabela 1.1 - Número de pessoas em situação de rua, 2000, 2009, 2011 e 2015

Ano	2000	2009	2011	2015
Total	8.706	13.666	14.478	15.905

O número de pessoas em situação de rua foi desagregado nos dois segmentos da população: “acolhidos” e “rua”. Essa divisão vem sendo adotada desde a primeira pesquisa realizada pela Fipe e, como se verá no item referente ao perfil sócio econômico, é inteiramente justificada.

A trajetória de crescimento da população em situação de rua, identificando-se os dois grupos é apresentada na Tabela 1.2, a seguir:

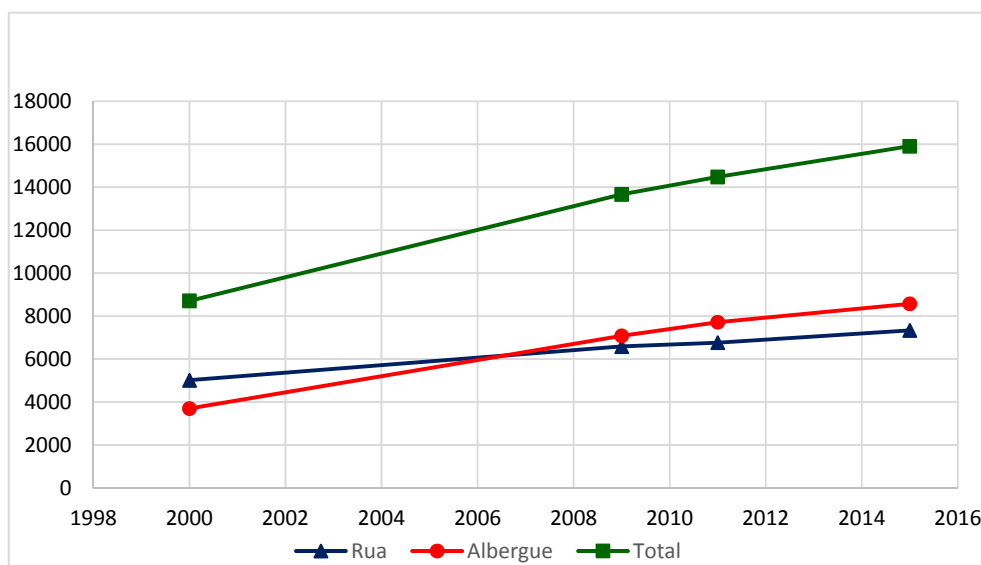
⁴ Os levantamentos censitários foram realizados pela Fipe, com exceção de 2011, realizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política, Fesp. O censo de 2000 foi o primeiro levantamento de caráter censitário da população em situação de rua da cidade de São Paulo.

Tabela 1.2 - Total de pessoas em situação de rua, Acolhidos e Rua, 2000, 2009, 2011 e 2015

Ano	Rua	Acolhidos	Pessoas em Situação e Rua
2000	5013	3693	8706
2009	6587	7079	13666
2011	6765	7713	14478
2015	7335	8570	15905

A representação gráfica dos números da Tabela 1.2 permite a clara visualização da trajetória dos dois grupos:

Gráfico 1 - Número de pessoas em situação de rua, acolhidos e rua, 2000 a 2015



A Tabela 1.2 e o Gráfico 1 deixam clara a trajetória de crescimento da população e o aumento da participação dos acolhidos na população total, a partir de 2006. O peso relativo da rede de acolhimento sobe.

Analisando-se as taxas de crescimento anuais nos períodos intercensitários, pode-se identificar o crescimento nos diversos períodos⁵.

Tabela 1.3 - Variação anual, do número de pessoas em situação de rua, períodos intercensitários

Anos	Rua	Acolhidos	Pessoas em Situação de Rua
2000/2009	3.1	7.5	5.1
2009/2011	1,3	4.4	2.9
2011/2015	1,2	2.9	2.2

O que dizem as taxas de crescimento anuais?

Primeiramente mostram crescimento da “rua” e “acolhidos”, no período 2000/2009, numa magnitude que não se repete nos períodos 2009/2011 e 2010/2015, com maior crescimento do segundo grupo. É nesse intervalo de tempo que o peso relativo dos “acolhidos” no total da população supera o da “rua”. Essa posição relativa se mantém durante todos os períodos intercensitários (Tabela 1.2).

No período 2009/20011 as taxas de crescimento anuais caem, em relação ao período anterior, com maior redução para o grupo da “rua”. Mantem-se o maior crescimento dos “acolhidos”.

No último período, 2011/2015, a taxa anual de crescimento do grupo da “rua” é inferior à dos “acolhidos”.

Assim, considerando-se o primeiro e o último período intercensitário, constata-se continuada redução das taxas de crescimento da população de pessoas em situação de rua, com uma maior queda observada no período 2009/2011. Apesar da redução observada nas taxas anuais, a trajetória de crescimento do número de pessoas em situação de rua foi bastante elevada, durante todo o período. A ordem de grandeza dessas taxas se comparadas, por exemplo, à taxa de crescimento dos moradores da cidade de São Paulo, mostram o elevado ritmo crescimento.

⁵A taxa anual de crescimento é um indicador do ritmo de crescimento da população, cujo resultado acumulado é a diferença entre o número de pessoas em situação de rua no início e fim do período considerado. A taxa anual de crescimento resolve a questão da comparação entre períodos com diferentes números de anos.

Tabela 1.4 - Variação e variação anual, 2000 a 2015. - População da cidade de São Paulo, Pessoas em Situação de rua, Acolhidos e Rua

População	2000	2015	Variação anual do Período
Cidade de São Paulo	10.426.384	11.582.000	0,70%
Moradores de rua	5.013	7.335	2,57%
Acolhidos	3.693	8.570	5,77%
Rua e Acolhidos	8.706	15.905	4,10%

A Tabela 1.4 possibilita comparar o crescimento relativo da população de pessoas em situação de rua com a dos moradores da cidade de São Paulo e afirmar que cresce sua participação na população da cidade. Assim, a comparação dessas taxas permite interpretar mais adequadamente o significado do crescimento do número absoluto de pessoas em situação de rua e suas taxas anuais de crescimento.

1.2 RESULTADOS PARA A ÁREA CENTRAL E DEMAIS ÁREAS DA CIDADE

A metodologia do levantamento censitário⁶ permite que os resultados sejam apresentados para cada um dos distritos municipais da cidade e, por consequência, por Subprefeitura e Regiões. Assim, é possível recortar os resultados para a denominada “área central” incluindo os distritos da Subprefeitura Sé e os distritos do Pari e Brás⁷. A área resultante coincide com a antiga Administração Regional da Sé e concentra um alto percentual da população de pessoas em situação de rua. Da mesma forma, é possível definir a área complementar aos distritos que compõem a área central, definindo uma área “não centro”.

Em números absolutos, a população da “área central” cresce continuamente de 2000 a 2015. A Tabela 1.5 mostra os números absolutos dessa trajetória.

⁶ A metodologia do levantamento censitário foi definida em 2000 e utilizada em todos os levantamentos realizados pela Fipe.

⁷ Sé, República, Santa Cecília, Bela Vista, Consolação, Bom Retiro, Liberdade, Cambuci, Brás e Pari.

Tabela 1.5 - Número de pessoas em situação de rua, acolhidos e rua na área central, 2000, 2009 e 2015

Ano	Rua	Acolhidos	Pessoas em situação de rua
2000	2810	1866	4676
2009	4093	3389	7482
2015	4252	3680	7932

A área denominada “não centro”, cresceu, igualmente, durante todo o período, conforme Tabela 1.6. Em 2000, 4030 pessoas em situação de rua encontravam-se nessa área, passando para 6.184 em 2009 e 7.973 em 2015. Em termos absolutos a população de pessoas em situação de rua recenseada na área central igualou-se à da área Não Centro.

Tabela 1.6 - Número de pessoas em situação de rua nas áreas Central e Não Central, 2000, 2009 e 2015⁸

Ano	Não centro	Área Central	Total
2000	4030	4676	8.706
2009	6184	7482	13.666
2015	7973	7932	15.905

Os números absolutos encontrados podem ser traduzidos em taxas anuais de crescimento nos períodos intercensitários, apresentadas na Tabela 1.7.

Tabela 1.7 - Variação anual do número da rua, área central, área “não centro”, períodos intercensitários

Períodos	Variação anual, %	
	Centro	Não centro
2000/2009	3,6	1,3
2009/2015	0,6	3,3

⁸ Não foram incluídos os dados obtidos pela Fesp.

A Tabela 1.7 revela, na comparação entre os períodos censitários 2000/2009 e 2009/2015, mudança nas taxas anuais. Na área central há significativa redução entre períodos e crescimento na área Não Central.

1.3 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA “RUA” E “ACOLHIDOS”

A trajetória de crescimento da população de pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, apresentada para toda a cidade ou para os grupos de pessoas recenseadas na “rua” e “acolhidos” comporta mudanças entre distritos na mesma área. Assim, são apresentados os resultados para a distribuição da população por Distritos Municipais⁹, Subprefeituras e regiões da cidade. Chama atenção, na Tabela 1.8, a redução do número de moradores de rua no distrito República e seu expressivo crescimento no distrito Santa Cecília.

⁹ O Anexo I apresenta a relação para todos os distritos municipais da cidade de São Paulo.

Tabela 1.8 - Número de pessoas na “rua”, por Distrito Municipal, 2015 e 2009

Distritos	2009	2015
Sé	1.195	1.311
Santa Cecília	309	1.019
República	1.570	718
Brás	249	339
Santana	194	239
Bela Vista	138	206
Mooca	135	175
Bom Retiro	165	172
Tatuapé	105	169
Consolação	175	165
Liberdade	128	160
Jabaquara	67	140
Vila Leopoldina	149	134
Santo Amaro	110	127
Barra Funda	88	120
Cambuci	53	112
Belém	101	102
Jardim Paulista	82	99
Lapa	68	97
Ipiranga	104	92
Freguesia do Ó	16	80
Cidade Dutra	21	79
Vila Maria	54	79
Demais Distritos	1.311	1.401
Total	6.587	7.335

Para o agregado de distritos que compõem as Subprefeituras, a ordenação por número de moradores de rua permanece a mesma.

Tabela 1.9 - Número de pessoas na “rua”, por Subprefeitura, 2015 e 2009

Subprefeituras	2009	2015
Sé	3.733	3.863
Mooca	707	842
Lapa	369	414
Santana/ Tucuruvi	213	275
Pinheiros	222	215
Santo Amaro	195	199
Vila Mariana	212	146
Demais Subprefeituras	936	1.381
Total	6.587	7.335

Os dados foram agregados também por regiões da cidade, possibilitando outra visão sobre a distribuição espacial da população.

Tabela 1.10 - Número de pessoas na “rua”, por Região, 2015 e 2010

Região	2010	2015
Centro	3.733	3.863
Sudeste	984	1.084
Oeste	625	682
Nordeste	373	516
Centro Sul	474	485
Leste 2	128	209
Leste 1	155	188
Sul	64	167
Noroeste	51	141
Total	6.587	7.335

Os dados obtidos para as pessoas recenseadas nos centros de acolhida foram agregados seguindo os mesmos critérios que definiram as Tabelas 1.8 a 1.10.

A Tabela 1.11 mostra algumas mudanças na ordenação das Subprefeituras, por número de acolhidos. Inicialmente, merece menção o crescimento do número de pessoas nas Subprefeituras Vila Maria/Vila Guilherme, Casa Verde e Jaçanã, compatível com a taxa anual de crescimento da área “Não Centro”. Houve igualmente, acentuado crescimento do número de acolhidos na Subprefeitura da Lapa.

Tabela 1.11 - Número de acolhidos por Subprefeitura, 2015 e 2009

Subprefeitura	2009	2015
Mooca	3099	2792
Sé	2065	2439
Lapa	117	968
Vila Maria/Vila Guilherme	0	709
Santo Amaro	292	241
Vila Prudente	120	159
Casa Verde	0	157
Jabaquara	172	150
Ermelino Matarazzo	72	137
Penha	236	134
Ipiranga	210	99
Jaçanã	0	99
São Mateus	120	98
São Miguel	76	81
Pinheiros	130	80
Santana	193	59
Cidade Ademar	0	56
Guaianases	0	48
Capela do Socorro	166	39
Vila Mariana	0	25
Butantã	11	0
Total	7068	8570

Os dados da Tabela 1.12 mostram os resultados para os distritos municipais, que se refletem na apresentação por Subprefeitura. Chama atenção as variações positivas encontradas nos

distritos da Barra Funda, Vila Guilherme, Bela Vista, Bom Retiro. As variações negativas mais expressivas estão nos distritos Brás e Santa Cecília.

Tabela 1.12 - Número de acolhidos, por Distrito Municipal, 2015 e 2009

Distrito	2009	2015
Mooca	1.145	1.184
Barra Funda	0	878
Pari	763	847
Santa Cecília	1.025	809
Vila Guilherme	0	709
Bela Vista	125	703
Bom Retiro	290	570
Brás	561	394
Santo Amaro	292	241
República	200	205
Tatuapé	560	200
Belém	70	167
Vila Prudente	120	159
Demais Distritos	1.928	1.504
Total	7.079	8.570

1.4 OS RESULTADOS CENSITÁRIOS E AS QUESTÕES DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Que subsídios os resultados do levantamento censitário podem trazer para o aprimoramento da Política Municipal de Atendimento à População em Situação de Rua? Os dados apresentados permitem formular três questões.

A primeira delas refere-se ao crescimento do grupo de “acolhidos” que pode ser entendido como crescimento da rede de abrigo. O forte aumento desse grupo, em números absolutos e relativamente ao grupo de pessoas pernoitando nas ruas, coloca a questão da

diferenciação da rede como um dos aspectos principais da política de atendimento de SMADS. Isto porque, tanto maior o tamanho da rede quanto mais relevante se torna a questão da sua diferenciação.

A análise a ser feita tem como referência a já conhecida diversidade da população, que ganha importância com o crescimento do seu número absoluto. A presença de pessoas com características distintas na rede se transforma, ao crescer a população, em grupos diferentes que demandam condições de atendimento diferenciadas. A prioridade dada por SMADS à análise de quatro grupos de pessoas em situação de rua - Idosos, Famílias, Jovens entre 18 e 35 anos e Acolhidos sóz – pode ser interpretada nesta perspectiva. O levantamento das características da população, como se verá nos itens subsequentes, trouxe as informações necessárias para discussão dessa questão.

A segunda questão refere-se às pessoas recenseadas na “rua”, que também mostraram crescimento superior ao crescimento da população da cidade. O aumento da população que pernoita nas ruas da cidade foi acompanhado do crescimento da presença de barracas nos “pontos”¹⁰ do levantamento censitário.

Em termos percentuais, foram encontradas barracas em aproximadamente 12% dos pontos, para um total de pouco mais de 2.800 pontos recenseados. A proliferação de barracas, não apenas na área central da cidade, foi objeto de atenção na etapa de planejamento da pesquisa. Antes da realização do trabalho de campo, várias áreas foram visitadas pelos supervisores, com o objetivo de identificar a forma mais adequada de abordagem desses locais, constatando-se a dificuldade na aproximação e contato com as pessoas abrigadas nas barracas. Durante a realização do censo essas dificuldades foram contornadas como resultado do contato prévio com a área e a definição de estratégias de aproximação.

O Centro é a área com maior presença de barracas, aproximadamente 130 pontos, seguida pela Região Sudeste (61 pontos), Oeste (46) e Centro Sul (31). Todas as demais regiões

¹⁰ Denomina-se “pontos” os endereços onde são recenseadas as pessoas encontradas nas ruas e demais espaços públicos da cidade. Para toda pessoa recenseada é registrado o endereço, que é o mesmo no caso de ser encontrado um grupo de pessoas no mesmo endereço.

também apresentaram pontos com barracas, embora em número inferior aos já mencionados. A existência desses pontos com barracas deverá rebater, certamente, nos serviços de atendimento dessa população por SMADS e o aumento do seu número constitui um novo aspecto a ser considerado.

Embora predominem os “pontos” com apenas uma pessoa, em pouco menos de 60% deles, em vários endereços foram encontradas concentrações de 10, 20 e mais pessoas. A maior concentração foi encontrada na área central da cidade, com quase 230 pessoas¹¹. É provável que as concentrações encontradas guardem relação com o consumo e venda de drogas, como foi constatado visualmente pelos recenseadores, em vários pontos da cidade.

A terceira questão a ser mencionada diz respeito à taxa anual de crescimento dos moradores de rua na área “Não Centro”. Apesar de ser mantida a alta concentração da população de moradores de rua na área central, as taxas de crescimento encontradas mostram uma modificação relativa na distribuição espacial da população na cidade, quando comparada com o censo de 2009. Como apresentado anteriormente, no período 2009 a 2015, a taxa anual de crescimento das pessoas encontradas na área “Não Centro” é superior à da “Área Central”. Mantida a tendência dessa modificação na distribuição espacial, as políticas de atenção a essa população deverão, certamente, levar em conta essa alteração.

2. DADOS DA PESQUISA AMOSTRAL SOBRE O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO

O levantamento do perfil socioeconômico das pessoas em situação de rua teve como objetivo descrever as condições em que vivem. Essas condições significam como suas necessidades são atendidas, isto é, como reproduzem sua vida diária.

As necessidades das pessoas nas ruas podem ser atendidas: pelo próprio morador de rua, gerando renda monetária, pelas políticas públicas de atenção e pelas instituições de caridade. O levantamento das informações foi planejado para subsidiar a discussão das políticas

¹¹ Na denominada “Cracolândia”.

públicas de atenção a essa população e avaliar as formas de geração da renda monetária, até onde as restrições e limites da pesquisa possibilitem.

Os resultados descrevem, portanto, as condições em que vivem as pessoas em situação de rua e, quando pertinente, foram comparadas com pesquisas anteriores. Os dados levantados permitiram investigar a existência de eventuais diferenças entre o grupo de pessoas abrigada nos centros de acolhida e das que pernoitam nas ruas e espaços públicos da cidade. A apresentação dos resultados do perfil sócio econômico da população que se segue resulta de um criterioso trabalho de seleção dos aspectos mais relevantes encontrados¹².

2.1 O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO

A pesquisa amostral de 2015 envolveu as pessoas em situação de rua que se encontravam nos serviços de acolhida e os que estavam pernoitando nos logradouros da cidade. O conjunto de informações levantadas nessa pesquisa indicou que, por um lado, esses dois grupos da população têm aspectos comuns em seu perfil socioeconômico, mas por outro, foi possível verificar a existência de algumas diferenças significativas entre eles. Neste relatório procurou-se analisar o que há de comum entre os acolhidos e rua, destacando-se também os principais aspectos que os distinguem em suas condições socioeconômicas.

Os temas selecionados para a análise são os seguintes: aspectos demográficos; perda de vínculos familiares; última moradia e tempo de rua; trabalho e renda; saúde e consumo de álcool e drogas; internação em instituições, cidadania e saída da rua.

- **Caracterização Demográfica**

A população em situação de rua no Município de São Paulo, é predominantemente do sexo masculino (87% e 88%)¹³, com idade média que varia de 43 anos entre os acolhidos e 41 anos na rua. Não há diferenças expressivas entre os dois grupos da população quanto à distribuição etária, embora se estime que os acolhidos sejam relativamente mais idosos. Os

¹² Produto IX, “Relatório Final da Pesquisa Amostral do Perfil Socioeconômico” entregue a SMADS.

¹³As porcentagens indicadas entre parênteses referem-se sempre, respectivamente, a acolhidos e rua.

adultos jovens até 30 anos, nos dois grupos, têm a mesma participação (20%). Grande parte da população concentra-se na faixa de 31 a 49 anos, em menor proporção entre os acolhidos (48% e 56%). Pessoas com 50 anos ou mais têm maior presença entre os acolhidos do que na rua (32% e 24%).

A grande maioria é formada por “não brancos”, incluindo-se aí os pretos, pardos, amarelos e indígenas. Quanto à escolaridade destaca-se a elevada taxa de analfabetos, bem superior à do município, e a relativamente reduzida proporção dos que concluíram o ensino fundamental e o médio.

A maioria da população é formada por migrantes, embora a proporção dos paulistanos não seja desprezível (27% e 29%). Quanto à região de origem destaca-se o Sudeste, seguido pelo Nordeste. Estimam-se em cerca de 50% os que nasceram no Estado de São Paulo.

Em relação ao tempo de moradia em São Paulo, pode-se apontar diferenças relevantes entre acolhidos e rua. A proporção dos migrantes com menos de 1 ano em São Paulo é significativamente maior nos centros de acolhida do que nas ruas (24% e 10%). Inversamente, os migrantes que vivem há mais de cinco anos na cidade estão em proporção bem maior entre os que vivem nas ruas (74%) do que entre os acolhidos (59%).

Fato social relativamente recente na cidade é a presença de imigrantes vivendo em situação de rua. Esses estrangeiros são oriundos principalmente de países africanos que, chegando à cidade procuram os serviços da rede de assistência social. Apesar de constituírem um grupo relativamente pequeno, verifica-se uma tendência ao crescimento em futuro próximo com a intensificação do fluxo de refugiados para a capital, oriundos de países que passam por dificuldades econômicas e conflitos de natureza política, étnica e religiosa.

- **Perda de vínculos familiares**

A pesquisa amostral confirmou um aspecto já constatado no censo de 2015, indicando que a maioria da população em situação de rua da cidade vive sozinha.

Nos centros de acolhida, cerca de 80% dos moradores afirmaram que atualmente vivem sós e pouco menos de 20%, desfrutam da companhia de familiares, seja da família conjugal, ou da família de origem, além de pessoas sem relação de parentesco. Antes da perda da moradia e ida para a rua, esse grupo tinha condições de vida bem diferentes, uma vez que 74% moravam com familiares e 26% viviam sós.

Quanto às relações familiares, os moradores de rua se diferenciam dos acolhidos. A proporção dos que vivem sozinhos é menor (69%) e os que mantêm relações familiares ou com outras pessoas sem parentesco são em maior proporção do que entre os acolhidos (31%). Na rua, vivem acompanhados de membros da família conjugal e em menor proporção, da família de origem ou de amigos. Para esse grupo a vida na rua também representou um rompimento e perda das relações familiares. Antes de chegarem às ruas 82% moravam com a família e apenas 18% viviam sozinhos.

A comparação entre a situação atual e a anterior à ida para a rua permite algumas observações. Tanto entre os acolhidos como entre os de rua, observa-se um significativo aumento de pessoas sozinhas e uma expressiva redução de pessoas convivendo com membros da família conjugal e da família de origem. Por outro lado, observa-se um aumento de pessoas convivendo com amigos e pessoas sem qualquer parentesco, de forma mais acentuada entre os moradores de rua do que entre os acolhidos.

Na situação de rua, formam-se novos arranjos familiares/afetivos que os diferenciam das famílias tal como tradicionalmente definidas. A manutenção dessas relações é positiva não apenas do ponto de vista afetivo, mas como forma de auto-proteção nas severas condições de sobrevivência nas ruas.

- **Alternativas de Pernoite, Última Moradia e Tempo de Rua**

Os logradouros da cidade e os centros de acolhida são os locais em que as pessoas em situação de rua costumam pernoitar, desde que perderam a última moradia. A grande maioria dos acolhidos declarou já ter dormido na rua (82%) e parcela relativamente pequena dormiu

apenas em CA (18%). Com relação à rua, é elevada a proporção de pessoas que pernoveram em centro de acolhida (77%), enquanto os que só dormiram na rua são 23%.

Além da rua e do centro de acolhida, restam poucas alternativas de pernoite. Na última semana antes da pesquisa, 84% de acolhidos e 90% de rua não tiveram outro local para dormir além dos habituais. Poucos conseguiram ter acesso a alguma instituição religiosa, à casa de amigos, de parentes ou tiveram recursos para pagar um quarto de pensão ou hotel.

A perda da moradia é informação central para a estimativa do tempo de rua, uma vez que constitui um evento marcante e uma referência ao momento inicial de uma trajetória que conduziu à situação de rua. A referência à última moradia reconstitui em parte o passado, distante para alguns e não tão distante para outros. Estima-se que parte significativa de pessoas acolhidas e de rua perdeu a casa em que morava há menos de um ano (26% e 20%). Para 38% dos dois grupos, essa ruptura ocorreu de 1 a 5 anos, enquanto para uma proporção bem maior esse fato ocorreu há mais de 5 anos (37% e 43%).

A pesquisa de 2015 revelou que a maioria dessas pessoas nos dois segmentos da população foi diretamente para a situação de rua ao perder a moradia (67% e 78%). Para essas pessoas o tempo de rua foi contado a partir desse evento.

O restante das pessoas (33% e 22%) conseguiu estabelecer outros arranjos habitacionais de modo a adiar a ida para a rua. Contaram com a ajuda de companheiro (a), amigos ou parentes, encontraram moradia no local de trabalho, em ocupação de imóvel ou ainda em quartos de pensão. Para essas pessoas, a passagem para a rua ocorreu por meio de um processo que culminou com a perda dessa moradia provisória.

O tempo de rua é uma variável importante nos estudos sobre as condições de vida dessa população uma vez que a permanência na rua tende a alterar o comportamento das pessoas, sua percepção, projetos, as possibilidades de reinserção no mercado de trabalho e de participação em programas que visam recuperar sua autonomia.

Com os resultados obtidos nessa pesquisa do perfil, verificou-se que não há diferenças significativas entre os dois segmentos da população em termos do tempo médio em que estão em situação de rua.

Estima-se em 5,1 anos o tempo de rua médio dos acolhidos, e 2 anos, a mediana. Os 25% de pessoas do primeiro quartil têm até 1 ano de rua, enquanto no terceiro quartil, mais de 7 anos. Com relação aos que vivem nos logradouros da cidade, o tempo de rua médio foi estimado em 6 anos, e a mediana, 4 anos. O primeiro quartil tem até 1 ano de rua, e o terceiro quartil, mais de 8 anos.

Os acolhidos chegaram à situação de rua com a idade média de 38 anos, sendo a mediana, 36 anos. Estima-se que a parcela dessa população compreendida no primeiro quartil chegou à rua com até 28 anos, enquanto no terceiro quartil, as pessoas chegaram com 47 anos e mais. Os moradores de rua eram relativamente mais jovens ao chegarem à rua, com idade média estimada em 35 anos, e a mediana, 34 anos. As pessoas do primeiro quartil, tinham até 27 anos e do terceiro quartil, 43 anos e mais.

- **Trabalho e Renda**

As questões do bloco “trabalho e renda” procuraram caracterizar as condições em que as pessoas em situação de rua conseguem gerar renda monetária, descrevendo o trabalho realizado, o tipo de trabalho – assalariamento formal e informal, conta própria, bicos – e valor monetário gerado. Foi também pesquisado o recebimento de pensões e benefícios dos acolhidos e moradores de rua, entendendo-se ser necessário avaliar a proporção da população que os recebem, por ser um importante componente dos recursos monetários dos trabalhadores pobres e idosos. Foram obtidas, também, informações sobre as ocupações desempenhadas antes da chegada às ruas e o tipo de trabalho correspondente, com o objetivo de identificar possíveis mudanças nas condições de trabalho, antes e depois da entrada nas ruas.

Quais as condições de trabalho das pessoas em situação de rua? No que trabalham?

As condições de trabalho atual indicam que uma parcela tanto de acolhidos como de moradores de rua, trabalham como empregados com ou sem registro em carteira (17,9% e 4,8%). A maioria dos dois grupos declarou trabalhar por conta própria/fazendo bicos (57,7% e 73,8%) enquanto uma parte significativa declarou não estar trabalhando (25,8% e 20,7%).

Com relação aos moradores de rua, as condições de trabalho e os rendimentos auferidos apresentam significativas diferenças, em comparação com os acolhidos. Estima-se que cerca de 4,8 % dos moradores de rua são assalariados, sendo 2,2% com carteira assinada e 2,6%, informais. Apesar do baixo percentual encontrado, a existência de moradores de rua com vínculos empregatícios sob a forma de assalariamento é uma importante informação. Destaca-se a elevada participação dos que estão trabalhando por “conta própria” e “bicos”. A estimativa do percentual de moradores de rua que não estavam trabalhando não excluiu a possibilidade de realização de algumas atividades para obtenção de dinheiro: mendicância 68,7% e atividades ilícitas, 15,1%.

A condição de assalariamento formal ou informal é relevante do ponto de vista do volume e estabilidade dos fluxos monetários possibilitando, durante a vigência do vínculo empregatício, previsibilidade dos rendimentos a serem auferidos. Há possibilidade de planejamento dos dispêndios com bens e serviços, inclusive na participação de algum tipo de programa habitacional que tenha alguma contrapartida monetária (compatível com a renda) do beneficiário. Assim entendendo, os trabalhadores assalariados abrigados nos centros de acolhida da rede desfrutam de uma posição privilegiada em relação aos demais trabalhadores. Esse conjunto de trabalhadores constitui um subgrupo da população de acolhidos, para os quais é possível pensar programas diferenciados, particularmente de provisão de serviços de habitação.

Estima-se uma renda mensal média obtida pelos acolhidos que disseram trabalhar com carteira assinada de R\$ 1.024,00 e a mediana R\$ 967,00¹⁴. A média estimada, portanto,

¹⁴ Média aparada, 5%.

ultrapassa o salário mínimo vigente em 2015¹⁵, assim como a mediana. O valor mínimo encontrado foi R\$ 500,00 e o máximo foi de R\$ 2.000,00.

A renda ganha pelos trabalhadores assalariados sem carteira é inferior à dos que trabalham com vínculos formais. Assim, 25% da população (primeiro quartil) ganham até pouco mais de meio salário mínimo (R\$ 460,00), com a mediana dessa distribuição de 1,1 salário mínimo.

A renda média encontrada para os moradores de rua que declararam trabalhar com carteira assinada é relativamente alta, embora o número de observações não permita interpretar esse resultado com segurança. O valor mínimo declarado foi R\$ 700,00 e o máximo R\$1.800,00.

A renda ganha pelos trabalhadores assalariados sem carteira é, em geral inferior aos que trabalham com vínculos formais. Assim, 25% da população (primeiro quartil) ganham até 460,00, com a mediana dessa distribuição de R\$ 700,00 e a média¹⁶ de R\$ 791,00.

As informações estimadas para rendimentos devem ser interpretadas com cautela, uma vez que o número de assalariados com carteira assinada na população em situação de rua é relativamente pequeno, e, além disso, sabe-se que o valor do rendimento auferido é informação fortemente sujeita a erros de declaração.

A condição de trabalho identificada como “conta própria” e “bico” ocupa a maior parte dos trabalhadores tanto acolhidos como moradores de rua. As atividades mencionadas pelos entrevistados foram agrupadas em categorias que permitissem uma melhor caracterização da natureza do trabalho exercido. Assim, foram agrupadas sob a categoria “trabalho com contratante”, todas as atividades que, de alguma forma, são solicitadas ou mediadas por alguém. Essa agregação traz a possibilidade de que as atividades solicitadas ou mediadas por terceiros indiquem uma forma, embora precária e informal, de relação com o mercado de trabalho. Essa integração pode significar uma condição um pouco mais favorável à

¹⁵ R\$ 788,00.

¹⁶ Média aparada, 5%.

participação do trabalhador em eventuais programas de trabalho que aqueles dedicados às atividades, sem nenhuma mediação.

Encontram-se na categoria “atividades com contratantes” a distribuição de panfletos, serviços de limpeza/faxina, ajudante geral, carga e descarga, construção civil, comércio ambulante, vigilante. Essa categoria totalizou 63% das atividades mencionadas pelos acolhidos.

As demais atividades mencionadas pelos acolhidos, na condição de “conta própria” ou “bicos” foram mendicância e atividades artísticas nas ruas; catação e atividades denominadas “ilícitas”. Por fim, deve-se mencionar a categoria “não faz nada para ganhar dinheiro”, com um percentual expressivo de 19,1%.

Os moradores de rua diferem dos acolhidos quanto ao perfil das atividades por “conta própria” ou “bicos” prevalentes. Para aqueles a catação (42%) e a mendicância (30%) são atividades exercidas em proporções muito superiores às verificadas entre os acolhidos. Outras atividades mencionadas pelos moradores são todas típicas de situação de rua.

Em relação às atividades exercidas mediante solicitação ou mediação de terceiros a diferença entre os acolhidos e os moradores de rua é significativa: na rua, o percentual é de 36,1%, enquanto nos centros de acolhida atinge 64%.

A renda monetária auferida com as atividades “por conta própria” e “bicos” são de difícil estimação, haja vista a irregularidade da frequência com que são exercidas e a variabilidade dos recebimentos. As informações obtidas referem-se ao ganho auferido pelos entrevistados no dia da pesquisa e na semana anterior. As estimativas obtidas representam meras referências da ordem de grandeza, sem pretensão de utilizá-las como estimativa do ganho monetário de fato auferido por essa população.

Ainda com relação às atividades por “conta própria” e “bicos”, é possível afirmar que aumentou o grau de informalidade do trabalho dos acolhidos, comparando-o com a situação anterior à chegada nas ruas. Essa afirmação se baseia, primeiramente, na alteração da relação de atividades exercidas anteriormente e as atuais. Assim, antes de chegar às ruas, eram exercidas atividades no comércio formal, serviços de transporte, atividades no setor

industrial, serviços administrativos, que não mais constam da relação atual. Algumas atividades permaneceram como o setor de construção civil, mas com um menor percentual de menções. Verifica-se a predominância, atualmente, de atividades típicas da situação de rua, como, por exemplo, a mendicância e a catação.

Entre os moradores de rua verifica-se um processo semelhante de mudanças nas atividades exercidas anteriormente e as atuais. Cai a participação de atividades que eram exercidas antes, como a construção civil, serviços de limpeza, comércio ambulante e ajudante geral. Algumas atividades não mais são exercidas. É o caso do trabalho na indústria, setor de transportes, zeladoria/porteiro. Em contrapartida, várias atividades típicas da situação de rua aparecem: catador, mendicância e outros. Comparando-se as atividades passadas e as atuais na rua, a percepção é de aumento das atividades menos qualificadas e informais.

Com relação às despesas monetárias realizadas pelos acolhidos e pelos moradores de rua destaca-se a participação do dispêndio alimentar (comida, refrigerante/suco/águas) seguido da compra de cigarro e drogas.

- **Saúde**

Com relação à Saúde, a pesquisa do perfil socioeconômico procurou identificar se a população de rua está utilizando os serviços de saúde, quais são eles e quando foram utilizados pela última vez. Procurou também conhecer a incidência de doenças, especialmente as crônicas, na população em situação de rua na cidade de São Paulo.

Um resultado positivamente surpreendente foi a constatação de que a grande maioria da população em situação de rua procura os serviços de saúde (94% e 84%) O acesso é bastante recente, estimando-se que entre os que vivem em CAs, 66% procuraram algum serviço de saúde há apenas um mês, 88% nos últimos 6 meses e 96% no último ano. Entre os moradores de rua o acesso é menos recente, em comparação com os acolhidos, mas mesmo assim, metade dos entrevistados que procuraram o serviço, o fizeram nos últimos 90 dias e 75%, no último ano. Os serviços mais procurados são os mesmos nos dois grupos: UBS/Posto de

Saúde em primeiro lugar, seguido por Pronto socorro/hospital e em proporção bem menor, o Consultório na Rua¹⁷ e o CAPS.

Supõe-se que as condições de vida nas ruas fragilizam a saúde física e mental das pessoas que nelas vivem. A pesquisa do perfil socioeconômico procurou levantar algumas informações sobre os problemas de saúde declarados pela própria população entrevistada.

A partir das respostas obtidas, estima-se que tanto os acolhidos como os moradores de rua são portadores de um ou mais agravos de saúde (79% e 77%). Os problemas mais mencionados tanto pelos acolhidos como pelos moradores de rua foram: depressão/"doenças dos nervos" (29% e 30%), e saúde bucal (27% e 35%), o que requer atenção dos serviços de saúde para ampliação de serviços voltados para estes problemas. Apesar da imprecisão da categoria depressão/"doença dos nervos", esta pode ser uma indicação da necessidade de se conhecer melhor o quadro de saúde mental da população de rua. Também com proporções significativas aparecem os problemas relacionados a dores crônicas (26% e 27%) e os provocados por acidentes (atropelamento, queda)(26% e 27%), que remetem a situações de insegurança, vulnerabilidade e violência presentes no cotidiano da rua como causadoras de problemas de saúde.

Em seguida foram apontadas doenças como hipertensão (21% e 19%), doenças do aparelho digestivo, outras doenças não especificadas (17%) e doenças respiratórias (16% e 20%). Com menos de 10% foram citadas: diabetes, problema cardíaco, problema do fígado, doenças de pele, HIV, tuberculose, e outras DST.

As mulheres apresentam percentuais mais altos do que o grupo masculino em relação a várias doenças: depressão, dores crônicas, hipertensão, doenças do aparelho digestivo e respiratório, diabetes e doença cardíaca.

¹⁷Segundo a Secretaria de Saúde do município, as equipes do Consultório na Rua atenderam no primeiro semestre de 2015, em média, 5800 pessoas por mês, o que corresponde a 36% do conjunto da população em situação de rua da cidade. As informações indicam que o acesso aos serviços de saúde foi ampliado. No entanto, não há dados para fazer afirmações sobre o tipo e a efetividade do atendimento.

No grupo dos idosos é mais alta a proporção de problemas de saúde decorrentes da faixa etária. Entre os acolhidos mais velhos (com 50 anos ou mais) foram identificadas especificidades em relação aos problemas de saúde. Neste grupo os percentuais relativos à hipertensão, diabetes e dores crônicas são bem maiores do que os encontrados para o total de acolhidos. Com relação aos moradores de rua, devem ser destacados: problemas provocados por acidentes, doença cardíaca e tuberculose.

A proporção de portadores de HIV está baseada na declaração dos entrevistados podendo estar subestimada. Mesmo assim, o índice encontrado, especialmente na rua (4,5%), é próximo do identificado em grupos de risco, como profissionais do sexo (4,8%) e muito superior ao da população brasileira (0,6%)¹⁸ o que configura uma situação de alta vulnerabilidade da população em situação de rua¹⁹.

Em relação ao grupo LGBT, o pequeno número de casos na amostra impossibilita tirar conclusões para o grupo como um todo, mas as respostas dos que foram entrevistados sugerem que os agravos de saúde neste grupo são bem maiores do que os encontrados no conjunto. Cabe notar que a grande maioria do grupo LGBT tem utilizado os serviços de saúde recentemente, o que pode indicar que uma parte significativa está tendo acompanhamento dos serviços de saúde.

Um dado importante referente à prevenção de HIV e DST é o uso de preservativo. O uso *sempre* nas relações sexuais é maior entre os acolhidos (50%) do que entre os que estão na rua (41%). Esta proporção é maior do que a encontrada em pesquisa sobre prevalência de HIV em moradores de rua, em 2006/2007 (38,3%)²⁰. Uma hipótese é que campanhas educativas tenham levado a maior prevenção. No entanto, grupos específicos, especialmente

¹⁸ Ver: Prevalência e vulnerabilidade à infecção pelo HIV de moradores de rua em São Paulo. Revista Saúde Pública, 2012, vol. 46, nº 4, p 674-684.

¹⁹ Na pesquisa realizada pela Fipe em 2010, 1,5% declarou ser portador de HIV. No entanto não é possível afirmar simplesmente que houve um crescimento na proporção deste grupo baseada nestas informações, pois parte do aumento pode ser devido a um maior conhecimento dos entrevistados, fruto da realização de testes pelos serviços de saúde. Em pesquisa realizada em 2006/2007 em Centros de acolhida com amostra não probabilística e com teste anti HIV, a prevalência do HIV foi 4,9% (ver nota anterior).

²⁰Op cit. Prevalência e vulnerabilidade.

na rua - mulheres, LGBT e portadores de HIV – se expõem a risco com mais frequência, em função da utilização irregular (às vezes ou nunca) de preservativo.

- **Uso de Álcool e drogas**

O uso de substâncias psicoativas está amplamente generalizado na população em situação de rua, sendo maior nas ruas do que nos centros de acolhida (54% e 84%).

A substância mais utilizada é o álcool (45% e 70%). Alguns fazem uso somente de drogas (28% e 52%) e outros usam combinadamente as diversas substâncias psicoativas (19% e 39%).

Entre os acolhidos, o uso de álcool e drogas ilícitas é bem maior entre os homens do que no grupo feminino: não usam nem álcool nem drogas 72% das mulheres acolhidas, mas entre os homens a proporção é de 42%.

Entre os moradores de rua, o consumo de álcool e drogas também é maior entre os homens (85%) do que entre as mulheres (75%), mas o percentual de uso de drogas ilícitas entre as mulheres é semelhante ao encontrado no grupo masculino (52%).

A variação do consumo de álcool e drogas guarda forte relação com a idade principalmente quando se considera o uso de drogas ilícitas. Na rua, entre os jovens com até 30 anos, 77% usam alguma droga. Esta proporção vai diminuindo conforme aumenta a idade, chegando a 24% entre os que têm 50 anos ou mais. O uso do álcool apresenta um comportamento diferente. Ele está presente, com poucas variações, em todas as faixas etárias. Isto significa que, no caso dos jovens, não se trata de uma substituição de álcool por drogas, mas uma combinação de ambos. Entre os acolhidos, onde o consumo de drogas ilícitas é bem menor verificam-se também variações de acordo com a faixa etária. Estima-se em 41% o consumo entre os adultos jovens até 30 anos. A proporção vai diminuindo conforme aumenta a idade, sendo apenas 13% entre os acolhidos com 50 anos ou mais.

Os resultados da pesquisa sobre o uso de substâncias psicoativas antes de ir para a rua surpreendem com relação aos que vivem nos serviços de acolhida, porque o uso era

significativamente mais alto anteriormente, quando 75% afirmaram fazer uso de álcool e/ou drogas²¹. Essa diferença de mais de 20% levanta indagações sobre a veracidade dessas informações.

Diferentemente da situação dos acolhidos, os moradores de rua consumiam álcool e drogas na mesma proporção que consomem atualmente. 83% antes de ir para rua.

O uso de drogas não constitui um problema específico da população de rua, mas atinge a sociedade como um todo. No entanto, nos grupos mais vulneráveis da população as consequências da droga têm repercussões mais graves, seja pela criminalização dos usuários seja pela ausência de políticas de prevenção e tratamento de dependentes.

A presença crescente de usuários na população de rua, especialmente entre os jovens, exige uma atenção especial das políticas sociais para além da repressão. Experiências como a De Braços Abertos necessitam ser acompanhadas e avaliadas no sentido de oferecer alternativas de abordagem da questão.

- **Internação em instituições**

O histórico institucional da população em situação de rua é importante, uma vez que mais da metade dos acolhidos e dos moradores de rua passou por internação em alguma instituição (54% e 64%). Entre os acolhidos destacam-se as clínicas de recuperação de dependência de drogas ou álcool (30%) e o sistema prisional (28%), além de instituições psiquiátricas (11%) e Fundação Casa (10%).

Com relação aos moradores de rua chama atenção que 40% passaram pelo sistema prisional, 33% por clínicas de recuperação de dependência de álcool e drogas e 12% pela Fundação Casa.

²¹ Em pesquisa realizada nos albergues de São Paulo em 2006, a metade dos albergados declarou ter feito uso continuado de álcool durante a vida e 24% afirmam ter usado drogas.

Ter passado por instituições parece ser um indicativo do perfil das gerações mais novas da população em situação de rua. O histórico de internação é mais frequente entre os mais jovens de até 30 anos e entre os que têm de 31 a 40 anos.

A possível relação entre encarceramento e uso de drogas entre moradores de rua, necessitaria de maiores informações. Por hipótese, a criminalização de usuários pode redundar em prisões, principalmente em populações vulneráveis como jovens pobres.

Estes dados colocam pelo menos dois desafios para as políticas públicas. Em primeiro lugar para o sistema penitenciário em relação ao apoio necessário à reinserção social de presos após o cumprimento da pena. Sem este suporte há grande probabilidade de que muitos dos egressos passem a viver na rua. O segundo desafio está relacionado ao atendimento dos egressos que estão vivendo na rua, em geral jovens, que acumulam ao estigma de viver na rua o de ser egresso do sistema penitenciário²³.

Cidadania

O tema cidadania refere-se aos direitos sociais, políticos e econômicos que conferem uma vida digna às pessoas. Em relação à população em situação de rua, foram levantados alguns dados referentes à posse de documentos, o impedimento de livre acesso a determinados locais, a violência sofrida na rua e a participação em movimentos sociais.

Posse de Documentos

A posse de documentos é uma informação importante, considerando que sem documentos de identificação, a pessoa inexistente como cidadão, encontrando dificuldades para ter acesso a serviços e benefícios, abertura de conta bancária e emprego.

A maioria dos acolhidos e moradores de rua afirmou possuir pelo menos um dos documentos listados no questionário (98% e 80%). Foi também identificada a proporção dos que possuem um conjunto de 4 documentos considerados mais importantes para o exercício da cidadania: a carteira de identidade, o CPF, a carteira de trabalho e o título de eleitor. Os resultados

²³ Algumas características do perfil do grupo de egressos serão apresentadas mais adiante.

indicam que quase 64% dos acolhidos e 34% dos moradores de rua possuem todos esses documentos.

Discriminação Sofrida pelas Pessoas em Situação de Rua

Muitos locais de acesso ao público em geral, como bares, restaurantes, bancos, órgãos e serviços públicos costumam impedir a entrada de pessoas em situação de rua, em flagrante desrespeito aos direitos humanos. Trata-se de uma violência moral, porque submete essas pessoas a uma grande humilhação e constrangimento ao serem tratadas como indesejáveis nesses espaços de livre acesso ao público em geral.

A partir do levantamento feito, estima-se que 75% dos acolhidos e 60% dos moradores de rua nunca foram impedidos de entrar nos lugares mencionados. A proporção dos acolhidos que sofrem discriminação é menor do que a dos moradores de rua. Os locais onde essas diferenças são mais significativas são nos shoppings (9,4% e 20%) e nos restaurantes/bares (13,6% e 29%). Em meios de transporte coletivos e nos bancos, também se observa a maior discriminação contra os moradores de rua, assim como em órgãos públicos.

Outras Formas de Violência

Além da humilhação e discriminação, outros tipos de violência moral e física são praticados contra a população em situação de rua, como se já não bastasse o sofrimento da própria condição de pessoa sem moradia, sem trabalho e renda regular e sem família.

Na comparação entre os dois segmentos da população em situação de rua, constata-se que os moradores de rua são vítimas de violência sempre em maior proporção do que os acolhidos.

Com relação a roubo/furto de seus pertences, foram atingidos 59% dos acolhidos e 66% dos moradores de rua; agressão verbal na forma de xingamento, ofensa e humilhação: 55% e 70%. Dentre os vários tipos de violência física, o espancamento e luta corporal: 37% e 50%; tentativa de homicídio com tiro, facada, queimadura: 16% e 24%; remoção forçada do local

em que costuma ficar: 25% e 38%. Dentre o elenco de violências, o abuso e/ou violência sexual foi a menos cometida contra essa população: 4% e 6%.

Agentes da Violência

Entre os autores dos diversos tipos de violência contra essa população destacam-se: a Polícia Militar; GCM; pedestres/transeuntes; morador de rua; comerciante; segurança privada. Além desses, foram incluídos nessa pesquisa dois novos agentes: o traficante e outros agentes públicos, especificamente a limpeza urbana e o cata bagulho. Estes, em função da prática quase rotineira de remoção da população dos locais em que costumam permanecer e aquele, em decorrência da presença cada vez maior do consumo de drogas nas ruas. Chama atenção a proporção de moradores de rua que praticam essas agressões contra seus pares. Eles são acusados de todos os tipos de violência, em proporções elevadas, como a prática de roubos/furtos; o espancamento/luta corporal, tentativa de homicídio e abuso sexual.

Participação em Movimentos Sociais

Um dos aspectos importantes do exercício da cidadania é a participação em movimentos sociais, porque são formas de organização e de luta de pessoas e grupos em defesa de interesses coletivos específicos. É uma forma de dar visibilidade às suas causas, aos seus problemas e às suas reivindicações. Dessa perspectiva, a participação da população em situação de rua em movimentos sociais é um indicador de inserção na vida política e social. Nesta pesquisa houve a preocupação de ampliar o rol de movimentos sociais para conhecer o envolvimento dos moradores de rua com os vários movimentos que lutam por interesses específicos. Além do Movimento de População de Rua, foram incluídos os seguintes Movimentos: o de Catadores, o de Luta por Moradia, o LGBT e o de Mulheres. Estima-se que 84% dos acolhidos e 89% dos moradores de rua não têm participação nesses movimentos.

- **Saída da Rua**

A saída da rua é o objetivo maior dos programas sociais destinados à população em situação de rua e é difícil de ser alcançado. Mas os que desejam sair da rua devem saber o que mais

os ajudaria a alcançar esse objetivo. Foi então solicitado que escolhessem entre um elenco de alternativas, qual a que considera a mais importante com vistas à saída da rua.

A moradia permanente foi a alternativa mais indicada (37% e 30%), seguida pelo desejo de ter um emprego fixo (36% e 26%). Entre os moradores de rua a superação da dependência de álcool e drogas foi indicada por 14%, proporção bem maior que a dos acolhidos (6%).

A saída da rua é um objetivo difícil de ser alcançado em função dos problemas que essas pessoas vêm acumulando desde as razões que as levaram a essa situação até as consequências do tempo de rua, que são conhecidas: perda do vínculo familiar, problemas de saúde física e mental que as condições da rua provocam ou acentuam, dificuldade de inserção no mundo do trabalho pela falta de qualificação para um mercado cada vez mais exigente, fácil acesso às drogas e ao consumo de bebida alcoólica, entre outros problemas. Por outro lado, os serviços públicos de assistência social, saúde, trabalho e habitação ainda não conseguem dar vazão às demandas específicas dessa população de forma a alcançar, conjuntamente, o objetivo de tirá-la da situação de rua.

2.2. COMPARAÇÃO DOS ACOLHIDOS E MORADORES DE RUA

Nesta seção, comparamos os perfis dos moradores encontrados nos serviços de acolhida e nas ruas da cidade. O objetivo final, além de destacar algumas diferenças, é verificar até que ponto os dois conjuntos de moradores de fato podem ser entendidos como subpopulações diferentes de moradores de rua.

O passo inicial da análise foi escolher um grupo de variáveis cujos comportamentos pudessem, em princípio, diferenciar o morador encontrado nos serviços dos encontrados nas ruas. As duas primeiras colunas da tabela 1 descrevem essas variáveis.

As seguintes análises foram realizadas:

- Verificação, por meio de um teste estatístico adequado²⁴, se, para cada variável, há evidências suficientes para concluir que seu comportamento depende do local em que o indivíduo é encontrado²⁵. Além dos testes estatísticos, foram calculados, com base no plano amostral, intervalos de 95% de confiança para proporções, ou, se for o caso, médias²⁶;
- Mensurar a capacidade de discriminação desse conjunto de variáveis, ou seja, avaliar até que ponto, a partir de um perfil obtido por meio desse conjunto de variáveis, é possível prever se o morador em situação de rua foi encontrado em algum serviço ou nas ruas. Nessa etapa, duas técnicas foram aplicadas: classificação a partir de uma Análise Discriminante²⁷ e a partir de uma Regressão Logística.²⁸

Comparação por variável

A tabela 1 resume os resultados inferenciais das análises feitas com o objetivo de comparar o comportamento de cada variável entre os grupos de acolhidos e moradores de rua.

Considere, por exemplo, a variável Tempo na cidade. O teste estatístico indica que há evidências para afirmar que o comportamento dessa variável não é o mesmo entre abrigados e moradores de rua ($p = 0,0005$ ²⁹). Observando os intervalos de 95% de confiança, somos levados a concluir que:

²⁴ Que incorpora o fato dos dados terem sido gerados por meio de um plano amostral complexo.

²⁵ Essa análise foi realizada com o auxílio do software STATA. Para comparar proporções foi utilizado um teste baseado no qui-quadrado de Pearson, corrigido pelo plano amostral e para comparação de médias, um teste análogo ao teste-t corrigido pelo plano amostral, mais detalhes em <http://www.stata.com/manuals13/svy.pdf>.

²⁶ Os intervalos de confiança foram obtidos com o auxílio do software STATA, o software fornece uma aproximação das margens de erros baseado no plano amostral, mais detalhes em <http://www.stata.com/manuals13/svy.pdf>.

²⁷ Detalhes da técnica podem ser obtidos em Johnson, R.A. e Wichern, D.W. (2007) *Applied Multivariate Statistical Analysis*, 6th ed. Pearson ou Hair Jr., J.F.; Black, W.C.; Babin, B.J.; Anderson, R.E. e Tatham, R.L. (2009) *Análise Multivariada de Dados*. Bookman.

²⁸ Detalhes em Hosmer, D. W; Lemeshow, S.; Sturdivant, R. X. (2013). *Applied logistic regression*. 3rd ed. Wiley ou Hair et al. (2009), citada acima.

²⁹ Quanto menor for o valor-p, mais forte é a evidência de que existem diferenças entre o perfil de pessoas abrigadas e encontradas nas ruas.

- não há diferença relevante na proporção de paulistanos³⁰ e nem na proporção de migrantes que estão no município entre 1 e 5 anos entre acolhidos e rua;
- há evidências de existirem mais migrantes com menos de 1 anos em São Paulo em abrigos (entre 12% e 25%) do que nas ruas (entre 5% e 10%);
- o inverso ocorre quando se considera o grupo de migrantes que vive há mais de 5 anos em São Paulo, nesse caso, estima-se, com 95% de confiança, que eles sejam entre 39% e 47% de pessoas em abrigos e entre 49% e 56% nas ruas.

Analogamente, há, segundo a tabela 1, para as demais variáveis:

- Cor – não há evidências de diferença na proporção de brancos (não brancos) entre abrigo e rua ($P=0,1540$).
- Escolaridade – não há evidências de diferença entre abrigo e rua ($P=0,4511$). Essa variável não será utilizada nas análises posteriores.
- Vive só – há diferenças significativas entre rua e abrigos ($P=0,0018$); estima-se que entre 75% e 85% dos abrigados vivam sós contra 65% a 74% dos que vivem nas ruas.
- Trabalho – foram encontradas evidências de diferenças significativas entre abrigos e rua; nos abrigos, há maior incidência de pessoas empregadas ($P<0,0001$) e de pessoas que exercem alguma atividade com contratantes ($P<0,0001$); já nas ruas a incidência é maior para os que só conseguem dinheiro pedindo ($P=0,0005$), dos que exercem algumas das atividades listadas³¹ para conseguir dinheiro ($P<0,0001$), dos que exercem atividades ilícitas ($P=0,012$).

³⁰ Note que existem pontos comuns nos dois intervalos de confiança.

³¹ Construção civil, Serviços de limpeza, Vigilante, Ambulante, Ajudante geral, Chapa, Catador, Flanelinha, Distribuidor de panfletos, Artista de rua, Prostituição, Mendicância, Venda de drogas, Roubo ou outras atividades.

- Benefícios – a quantidade de pessoas que recebem BPC ($P=0,0117$), Bolsa Família ($P<0,0001$), ou pelo menos um deles ($P<0,0001$) é maior dos abrigos do que nas ruas.
- Instituições – há uma maior quantidade de egressos de instituições nas ruas (60% a 68%) do que nos abrigos (50% a 58%), $P=0,0012$; em particular, a quantidade de egressos do sistema carcerário é maior ($P<0,0001$) nas ruas (36% a 44%) do que nos abrigos (24% a 31%).
- Drogas – há evidências de que o consumo de drogas seja maior nas ruas (45% a 60%) do que nos abrigos (25% a 32%), o mesmo acontece com o consumo de álcool – 67% a 73% nas ruas, contra 38% a 52% em abrigos. Comportamento semelhante é observado para o consumo de crack (27% a 43% nas ruas, contra 9% a 15% em abrigos), Maconha (28% a 39% nas ruas contra 16% a 22% em abrigos) e Cocaína (18% a 25% nas ruas contra 9% a 14% em abrigos). Todos os efeitos significativos com $P<0,0001$.
- Violência – a população encontrada na rua, tem maior incidência de violência (xingamentos, espancamentos, tiro/facadas/queimaduras e roubos) do que os abrigados.
- Tempo de rua – não há evidência de que o tempo médio de rua difira entre as duas subpopulações ($P=0,1350$).
- Idade – há evidências de que a idade média é diferente nas duas subpopulações ($P=0,0100$). Estima-se, com 95% de confiança, uma idade média entre 42 e 45 anos nos abrigos e uma idade média 40 e 42 anos nas ruas.

Em resumo, as diferenças encontradas para a maioria das variáveis são estatisticamente significativas quando se compara a população abrigada com a de rua.

Tabela 1 - Comparação entre Acolhidos e Rua

Variável	Categoria	Serviços*	Rua*	Estatística	Valor P
Tempo na cidade (em anos)	Nasceu em S.Paulo	[21% ; 33%]	[26% ; 33%]	6,91	0,0005
	menos de 1	[12% ; 25%]	[5% ; 10%]		
	de 1 a 5	[10% ; 15%]	[8% ; 14%]		
	Há mais de 5	[39% ; 47%]	[49% ; 56%]		
Cor	Não Branca	[66% ; 73%]	[70% ; 76%]	2,08	0,154
	Branca	[27% ; 34%]	[24% ; 30%]		
Escolaridade	1ª a 4ª série incom	[9% ; 17%]	[12% ; 17%]	0,96	0,4511
	1ª a 4ª série comp	[9% ; 14%]	[10% ; 15%]		
	5ª a 8ª série incom	[19% ; 26%]	[19% ; 26%]		
	5ª a 8ª série comp	[13% ; 19%]	[13% ; 19%]		
	Médio Incom	[7% ; 12%]	[9% ; 14%]		
	Médio Compl	[17% ; 25%]	[14% ; 19%]		
	Superior Incom	[3% ; 6%]	[2% ; 5%]		
	Superior Comp	[2% ; 5%]	[3% ; 5%]		
Vive só		[75% ; 85%]	[65% ; 74%]	10,61	0,0018
Tem emprego formal ou informal		[15% ; 22%]	[3% ; 7%]	65,07	<0,0001
Só consegue dinheiro pedindo		[2% ; 4%]	[9% ; 14%]	6,91	0,0005
Exerce alg.atividd p/ ganhar dinheiro		[75% ; 85%]	[92% ; 97%]	34,53	<0,0001
Exerce algatividd c/contratante		[59% ; 67%]	[32% ; 41%]	71,09	<0,0001
Exerce atividade ilícita		[2% ; 7%]	[7% ; 11%]	6,74	0,012
Recebe algum benefício		[53% ; 66%]	[24% ; 34%]	52,82	<0,0001
Recebe BCP ou Bolsa Família		[47% ; 59%]	[20% ; 30%]	48,66	<0,0001
Recebe BCP		[4% ; 7%]	[1% ; 4%]	6,77	0,0117
Recebe Bolsa Família		[44% ; 54%]	[19% ; 28%]	49,02	<0,0001
Egresso de instituição		[50% ; 58%]	[60% ; 68%]	11,61	0,0012
Egresso do sistema carcerário		[24% ; 31%]	[36% ; 44%]	24	<0,0001
Consome drogas		[25% ; 32%]	[45% ; 60%]	35,07	<0,0001

Variável	Categoria	Serviços*	Rua*	Estatística	Valor P
Consome Álcool		[38% ; 52%]	[67% ; 73%]	45,38	<0,0001
Usa crack		[9% ; 15%]	[27% ; 43%]	36,8	<0,0001
Usa Maconha		[16% ; 22%]	[28% ; 39%]	25,23	<0,0001
Usa Cocaína		[9% ; 14%]	[18% ; 25%]	20,46	<0,0001
Já foi xingado/humilhado		[51% ; 59%]	[66% ; 73%]	30,5	<0,0001
Já foi espancado		[34% ; 42%]	[47% ; 54%]	23,04	<0,0001
Já levou tiro/facada/queimadura		[14% ; 19%]	[21% ; 27%]	13,68	0,0005
Já foi roubado		[56% ; 63%]	[63% ; 71%]	5,94	0,0177
Tempo Rua (em meses)	Média	[50; 72]	[63; 80]	1,52	0,135
Idade (em anos)	Média	[42; 45]	[40; 42]	2,65	0,01

* Intervalos de 95% de confiança.

Análise discriminante/classificatória

O fato do comportamento de um conjunto relevante de variáveis ser significativamente diferente entre abrigados e moradores de rua, é um bom indício de que se trata de populações diferentes. A análise discriminante avalia o poder de discriminação desse conjunto de variáveis³², ou seja, se ele realmente é útil para distinguir as duas subpopulações. A partir de seus resultados, é possível criar uma regra de classificação que, utilizando os valores observados das variáveis, busca prever se uma pessoa deve pertencer à subpopulação de abrigados ou moradores de rua.

Para avaliar a qualidade da classificação, foi utilizado o método de classificação cruzada³³ (*leave-one-out*), no qual, utilizando-se o conjunto de variáveis e a regra de classificação gerada pela análise, previu-se para cada indivíduo se ele pertencia à subpopulação de abrigados ou moradores de rua. A tabela 2 resume os resultados dessa análise. Concluímos

³² A técnica gera uma regra de decisão que, aplicada aos elementos da amostra pretende classifica-los como abrigados ou moradores de rua (os coeficientes dessa função encontram-se na Tabela 1 do anexo 2).

³³ Neste método, ao se classificar um indivíduo, ele é excluído da amostra, um modelo é estimado sem as informações dessa pessoa e utilizado na sua classificação. Mais detalhes na bibliografia citada.

que o conjunto de variáveis³⁴ identifica corretamente cerca de 78% dos abrigados e de 75% dos moradores de rua. Esses resultados, aliados aos da seção anterior, reforçam a conclusão que de fato os grupos de albergados e moradores de rua constituem subpopulações distintas das pessoas em situação de rua.

Tabela 2 - Resultados da classificação da análise discriminante

População	Grupo previsto		Total
	Serviços de acolhida	Rua	
Serviços de acolhida	78,3%	21,7%	100%
Rua	25,2%	74,8%	100%

Regressão logística

A análise discriminante foi desenvolvida para situações em que as variáveis utilizadas para discriminar os grupos (denominadas independentes) são quantitativas, o que não ocorre com a maioria das variáveis utilizadas. Alguns autores³⁵ defendem a utilização desta técnica neste caso, desde que o poder de classificação seja satisfatório, o que acontece. No entanto, os resultados obtidos podem ser melhorados com a utilização de técnicas alternativas. A regressão logística é uma delas.

A regressão logística fornece um modelo que permite estimar a probabilidade de uma pessoa com determinado perfil ser acolhida ou moradora de rua. O modelo foi estimado com uma técnica que leva em conta o fato dos dados terem sido gerados a partir de um plano amostral complexo³⁶.

A tabela 3 apresenta os coeficientes desse modelo. Sinal positivo indica que, mantidas as demais variáveis constantes, quanto maior o valor da variável, maior a chance da pessoa ser abrigada; valores negativos indicam que quanto maior o valor da variável, maior a chance de ser moradora de rua. Tem-se, por exemplo, mantidas as demais variáveis constantes, quanto maior o tempo rua, maior a chance de ser morador de rua. Para as variáveis qualitativas, um valor positivo indica que pessoas com a presença daquela característica têm maior chance de

³⁴ Por meio da função discriminante.

³⁵ Jonhson, D. E. (1998). Applied Multivariate Methods for Data Analysis. Duxbury Press, porexemplo.

³⁶ Detalhes em <http://www.stata.com/manuals13/svy.pdf>.

estarem em serviços de acolhida e valores negativos aumentam a chance de estarem na rua. Por exemplo, o coeficiente 1,3006 para “Trabalha em emprego formal ou informal” indica que pessoas com essa condição têm maior chance de serem abrigadas; por outro lado, o coeficiente -0,9285 para consumo de álcool indica que o fato de uma pessoa consumir álcool aumenta a chance de ser de rua, sempre mantidas as demais variáveis constantes. A última coluna da tabela traz essa análise para cada variável³⁷.

³⁷ Uma informação adicional importante é o valor-p associado a cada coeficiente; valores pequenos (menores que 10%, por exemplo) indicam que, mantidas as demais variáveis no modelo, a variável em questão é relevante para prever a probabilidade de alguém ser abrigado. Por exemplo, em Tempo de rua temos $P=0,593$, valor alto, isso implica que uma vez que conhecemos as demais variáveis o tempo de rua não é relevante para prever a probabilidade de ser abrigado; para uso de crack, temos $P=0,005$, por se tratar de um valor pequeno, concluímos que, mesmo na presença das demais variáveis, o uso de crack mantém-se relevante para prever a probabilidade da pessoa ser abrigada. As variáveis que, mesmo na presença das demais, são relevantes para prever a condição de acolhimento estão destacadas em negrito.

Tabela 3 - Coeficientes do modelo de regressão logística

Variáveis	Coeficiente	EP*	t	Valor-P	Quanto maior, maior a chance de ser:
Tempo de Rua (em meses)	-0,0006	0,0011	-0,54	0,593	Rua
Idade (em anos)	-0,0013	0,0061	-0,22	0,826	Rua
Paulistano	0,1979	0,1778	1,11	0,270	Albergue
Mora há menos de um ano em São Paulo	0,7897	0,2707	2,92	0,005	Albergue
Mora entre 1 e 5 anos em São Paulo	0,1579	0,2058	0,77	0,446	Albergue
Cor Branca	0,0353	0,1417	0,25	0,804	Albergue
Vive só	0,6073	0,2066	2,94	0,005	Albergue
Trabalha em emprego formal ou informal	1,3006	0,2748	4,73	0,000	Albergue
Só consegue dinheiro pedindo	-0,3025	0,2668	-1,13	0,261	Rua
Exerce alguma atividade com contratante	1,3897	0,1996	6,96	0,000	Albergue
Exerce alguma outra atividade para conseguir dinheiro	-1,7485	0,3050	-5,73	0,000	Rua
Exerce atividade ilícita	0,3159	0,3585	0,88	0,382	Albergue
Consome drogas	-0,3736	0,3105	-1,2	0,234	Rua
Consome Álcool	-0,9285	0,1550	-5,99	0,000	Rua
Usa crack	-0,8248	0,2809	-2,94	0,005	Rua
Usa Maconha	0,1130	0,2820	0,4	0,690	Albergue
Usa Cocaína	0,0941	0,2289	0,41	0,683	Albergue
Egresso de instituição	0,2592	0,1486	1,74	0,086	Albergue
Egresso do sistema carcerário	-0,2635	0,1368	-1,93	0,059	Rua
Recebe algum benefício	1,0936	0,2829	3,87	0,000	Albergue
Recebe BCP	0,3215	0,4720	0,68	0,498	Albergue
Recebe Bolsa Família	0,3482	0,2794	1,25	0,218	Albergue
Já foi xingado/humilhado	-0,1505	0,1536	-0,98	0,331	Rua
Já foi espancado	-0,0386	0,1489	-0,26	0,796	Rua
Já levou tiro, facada ou queimadura	0,0589	0,1424	0,41	0,681	Albergue
Já foi roubado	-0,0843	0,1555	-0,54	0,590	Rua
Constante	0,7734	0,4277	1,81	0,076	Albergue

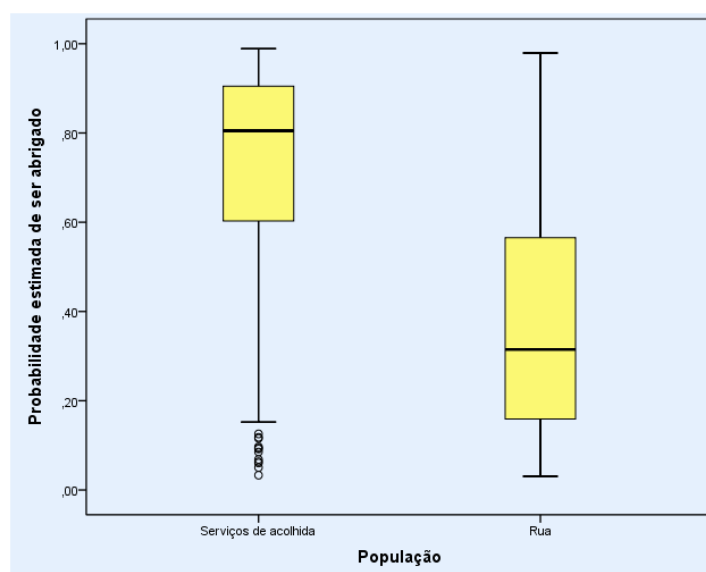
* erro padrão

O objetivo da aplicação desta técnica é avaliar o potencial de discriminação do conjunto de variáveis independentes utilizadas. Uma maneira de fazer isso é:

- estimar para cada elemento da amostra a probabilidade de ser alguém encontrado em serviço de acolhida;
- em seguida, observar o que acontece com essas probabilidades em pessoas que de fato são acolhidas e em pessoas que foram encontradas nas ruas.

A figura 1³⁸ descreve essas probabilidades. Há uma clara diferença entre os dois gráficos dessa figura: de um modo geral, altas probabilidades foram estimadas para pessoas encontradas nos serviços de acolhida e baixas probabilidades para as encontradas nas ruas. Isso corrobora a conclusão da análise discriminante de que as populações de fato diferem e que podem ser descritas a partir dessas variáveis independentes.

Figura A1 – Box- plot da probabilidade prevista de ter sido encontrado em serviços de acolhida, segundo o local em que a pessoa foi encontrada



³⁸ Tratam-se box-plots obtidos para as pessoas encontradas em serviços de acolhida e nas ruas. O gráfico destaca os quartis dessas probabilidades: o traço no centro da caixa amarela dá a localização da mediana, o limite inferior dessa caixa é o primeiro quartil o superior o terceiro quartil.

Uma última análise foi feita utilizando as probabilidades estimadas para prever se uma pessoa é abrigada ou moradora de rua. Foram criadas regras de classificação a partir da escolha de pontos de corte e utilizando a seguinte regra:

- se a probabilidade estimada for maior ou igual ao ponto de corte – classifica-se a pessoa como abrigada.
- se a probabilidade for menor, classifica-se como de rua.

Em seguida, compara-se a previsão com a situação real da pessoa.

Foram utilizados os valores 50%, 55% e 60% como ponto de corte (Tabela 4). As taxas de classificação correta, pessoas encontradas em serviços de acolhida, foram de 85%, 81% e 75%, para os três pontos de corte, respectivamente; já para as encontradas nas ruas, as taxas de classificação correta foram 69%, 74% e 78%, respectivamente. Em ambos os casos taxas são elevadas e compatíveis com os resultados anteriores.

Tabela 4 - Resumo da classificação dos elementos da amostra a partir dos resultados da regressão logística

Ponto de corte para classificação em serviços de acolhida	População	Grupo previsto		Total
		Acolhidos	Rua	
$P \geq 50\%$	Acolhidos	84,9%	15,1%	100%
	Rua	30,6%	69,4%	100%
$P \geq 55\%$	Acolhidos	81,2%	18,8%	100%
	Rua	26,1%	73,9%	100%
$P \geq 60\%$	Acolhidos	75,8%	24,2%	100%
	Rua	22,1%	77,9%	100%

2.3 RESULTADOS COMPARADOS: PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM 2015 E 2010

O objetivo da comparação que se segue é identificar as diferenças mais relevantes encontradas nas variáveis que descrevem o perfil socioeconômico da população em situação de rua, entre 2010 e 2015.

Um esclarecimento inicial é necessário, em relação ao recorte espacial adotado e à parte da população em situação de rua envolvida na análise comparativa. A pesquisa amostral de 2010 foi realizada na área central da cidade de São Paulo, envolvendo os 10 distritos que compõem a Subprefeitura Sé e mais dois distritos, Brás e Pari, da Subprefeitura Mooca. O foco da pesquisa foi a caracterização dos moradores de rua que pernoitam nos logradouros. Dessa forma, a análise comparativa com a pesquisa de 2015 refere-se a essa área da cidade e à parte da população em situação de rua que foi encontrada, nos dias da pesquisa, pernoitando nos logradouros daqueles distritos. Não envolve, portanto, os acolhidos na rede de serviços de assistência.

A Fipe procurou manter no questionário para o levantamento das informações em 2015, grande parte das questões adotadas em 2000 e de 2010, sem prejuízo da introdução de novas questões adequadas aos objetivos da atual pesquisa. Dessa forma foi possível estabelecer um patamar comparativo que permite identificar as eventuais mudanças nas condições de vida dos moradores de rua e os recursos que eles mobilizam para garantir sua sobrevivência diária.

Foram selecionadas algumas variáveis que se mostraram mais significativas para a comparação dos resultados das duas pesquisas, nos seguintes aspectos: perfil demográfico; vínculos familiares; tempo de rua e idade com que foram para a rua; trabalho e renda; saúde e consumo de álcool/ drogas; internação em instituições e cidadania.

Perfil demográfico

O perfil demográfico mudou? Os moradores de rua encontrados na Área Central em 2015 e 2010 apresentam, em linhas gerais, várias semelhanças quanto ao perfil demográfico. Nesses dois momentos, verificou-se a predominância de pessoas do sexo masculino, não brancas, com idade média em torno de 40 anos. No entanto, pode-se apontar diferenciação que se refere, principalmente, a dois aspectos demográficos. Primeiro, estima-se que a presença de não brancos³⁹ acentuou-se, atingindo a proporção de 72%, frente a 64% em 2010 e segundo, a menor participação dos jovens de 18 a 30 anos no conjunto da população de rua nessa área:

³⁹ Inclui pretos, pardos, amarelos e indígenas.

18% em 2015 e 26% anteriormente. A faixa etária de 31 a 49 anos aumentou na mesma proporção em que diminuiu a faixa até 30 anos (8%). Não se dispõe de informações para explicar essa mudança no perfil etário, mas pode-se aventar a hipótese dos prováveis deslocamentos da população em situação de rua entre as regiões da cidade, relacionados às ações públicas nas áreas de concentração de consumo de drogas. Outra possibilidade seria o envelhecimento dessa população, além da menor entrada de jovens na situação de rua.

Nas duas pesquisas os resultados indicam o baixo grau de escolaridade, sendo que a maioria da população não tem sequer o ensino fundamental completo. Mas na comparação com 2010, destaca-se, em 2015, a menor taxa de analfabetos (10%) frente aos 16% de 2010 e maior proporção dos que concluíram o ensino médio (15% e 9%).

Quanto ao local de origem, os resultados das duas pesquisas são semelhantes: pouco mais de 27% são paulistanos e a grande maioria é formada por migrantes oriundos, principalmente, das regiões sudeste e nordeste. O tempo de moradia na cidade de São Paulo introduz uma diferenciação importante uma vez que em 2015 os recém-chegados à cidade, há menos de 1 ano, são 10% do total de migrantes, ou seja, metade do observado em 2010. Por outro lado, verifica-se em 2015 frente à pesquisa anterior, um aumento muito expressivo dos que moram na capital há mais de 5 anos: 74% e 64%.

Numa síntese pode-se afirmar que o perfil demográfico dos moradores de rua da Área Central manteve em 2015, as características mais gerais da população encontrada em 2010, em termos de sexo, cor, idade média e origem. No entanto, numa perspectiva mais aproximada, verifica-se que essa população é menos branca, mais escolarizada, com menor proporção de adultos jovens, e com maior presença de migrantes vivendo há mais de 5 anos na cidade.

Vínculos familiares e Tempo de rua

A maioria dos moradores de rua da Área Central vive sozinha. Esse aspecto foi constatado em 2015, reiterando o resultado de 2010, em proporções semelhantes: 70% e 67% respectivamente. Nas duas pesquisas mantiveram-se os principais traços do perfil familiar dessas pessoas: pouco mais de 13% vivem nas ruas com cônjuges ou filhos; 15%, com algum

familiar e 17%, com pessoas sem relação de parentesco. Os dados dessas pesquisas mostram também que a perda da moradia e a passagem para a rua representou o rompimento dos vínculos familiares para proporções significativas dessa população. Antes de se tornarem moradores de rua, 81% (2015) e 84% (2010) viviam com seus familiares. Na situação de rua, os dados mostram a o aumento dos que convivem com pessoas sem relação de parentesco. Essa relação é mais acentuada nos resultados de 2015: apenas 3% viviam com pessoas sem parentesco, frente a 17% na situação de rua.

Rua e centro de acolhida são locais que os moradores de rua habitualmente usam para o pernoite. Não se observam diferenças significativas entre as duas pesquisas quanto a esse aspecto: 77% (2015) e 79% (2010) moradores de rua dormiram em centros de acolhida. A proporção dos que nunca dormiram em centro de acolhida é estimada em 23% em 2015 e 21% em 2010. As informações obtidas revelam que é pouco expressiva a parcela dos que conseguiram pernoitar em casa de amigos, parentes, instituições religiosas, local de trabalho ou ainda em quarto de pensões e hotéis.

A maior parte dos moradores de rua da Área Central vivia em São Paulo quando perdeu a última moradia: 63% (2015) e 60% (2010). Com a perda, muitos foram diretamente para a rua (76% e 83%). Alguns tiveram condições de recorrer a outros arranjos habitacionais, adiando assim, a passagem para a rua (22% e 16%).

Os indicadores relacionados a tempo de rua têm valores muito semelhantes na comparação das duas pesquisas. O tempo médio de rua é o mesmo, 6 anos; os que estão na rua há menos de 1 ano representam, igualmente, 29% do total e a proporção dos que têm 5 anos ou mais de tempo na rua, apresenta pequena variação: 37% em 2015 e 40% em 2010. A idade com que foram para a rua é 35 anos e 34 anos, respectivamente.

Trabalho e renda

O tema Trabalho e Renda na pesquisa de 2015 foi tratado de forma mais ampla do que em 2010, abordando uma série de novas questões que visam aprofundar o conhecimento desse

tema. Assim, a comparação dos resultados obtidos nas duas pesquisas limita-se a apenas aos aspectos comuns às duas pesquisas.

Estima-se que a quase totalidade dos entrevistados da Área Central trabalhavam antes de passarem à situação de rua: 94% em 2015 e 98% em 2010. Os resultados das pesquisas revelaram que para a maioria dessas pessoas o trabalho é a principal forma de obtenção de renda monetária (64% e 67%). Parte da população combina trabalho com mendicância, de forma mais expressiva em 2015 (20%) do que em 2010 (15%). A mendicância como única forma de atividade ocupa parte significativa dos moradores de rua: 11% e 14%. Uma proporção relativamente pequena não faz mendicância nem a trabalha (5% e 4%).

A condição de trabalho identificada como “conta própria” ou “bico” é predominante entre os moradores de rua. Essas atividades se caracterizam pelo alto grau de informalidade, pela irregularidade da frequência com que são exercidas e a variabilidade da renda gerada. Na tabela a seguir estão indicadas as atividades mais mencionadas pelos entrevistados nos dois momentos das pesquisas consideradas. A principal atividade refere-se à catação de materiais recicláveis que em 2010 era praticada pela maioria dos moradores (67%). Em 2015 a proporção de catadores recuou de forma expressiva, mas continua sendo prevalente (42%), ea mendicância foi considerada atividade geradora de renda, estimando-se que é praticada por 30% dessa população. As demais atividades mencionadas são típicas de situação de rua, exceto as relacionadas à construção civil (8% em 2015 e 7% em 2010).

Em 2015, observou-se um significativo aumento de pessoas recebendo algum tipo de benefício, passando de 6% em 2010 para 31.6%. A complementação de renda gerada por benefícios e pensão ocupa papel marginal no rendimento dessas pessoas, mas deve-se destacar os programas Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã que eram praticamente inexistentes em 2010, e atualmente atendem quase 25% dessa população.

Atendimento pelo sistema de saúde

O acesso aos serviços de saúde pela população em situação de rua parece ter aumentado consideravelmente nos últimos anos, especialmente nos de atenção Básica. Em 2010 os

moradores de rua da área central, afirmaram procurar principalmente hospitais ou pronto socorros (50%) para resolver o último problema de saúde. Os demais serviços apareciam em proporção bem menor: Posto de saúde/UBS (22%), Atendimento por agente de saúde (2%) Caps (0,7%), Cratod (2%). Em 2015 cresceu significativamente o uso desses serviços. Estima-se que 59% tenham procurado Posto de Saúde, 13% o Consultório na Rua, 11% o Caps. É bastante provável que o atendimento na rua pelos agentes de saúde tenha atuado como elemento facilitador para o ingresso dos moradores de rua na rede de saúde e acompanhamento dos tratamentos.

Uso de álcool e drogas

O uso de substâncias psicoativas se apresenta como um dos principais aspectos em que foram verificadas alterações no período analisado. O uso de álcool e drogas entre moradores de rua da área central cresceu consideravelmente no período entre as duas pesquisas, passando de 74% para 84%. O aumento mais expressivo ocorreu no consumo de drogas ilícitas. Estima-se que tenha havido um aumento de 18 pontos percentuais na proporção dos que fazem uso de drogas, (37% para 55%). Entre os jovens até 30 anos a proporção dos que usavam drogas em 2010 era de 66% e atingiu 82% em 2015. O aumento do consumo está presente nos diferentes tipos de droga. O uso do crack passou de 27% para 37%, o da maconha de 21% para 33% e da cocaína de 12% para 22%.

O consumo do álcool pelos moradores de rua também cresceu (de 65% para 70%), mas em proporção bem menor do que o das drogas ilícitas.

Internação em instituições - Egressos do sistema penitenciário

Estima-se que entre 2010 e 2015 houve um aumento na proporção de moradores de rua da área central que declararam terem sido internados em instituições (52% para 55%). Entre as instituições nomeadas destacam-se as Clínicas de internação para tratamento de álcool e drogas, mas principalmente o sistema penitenciário.

O Brasil é a quarta maior população carcerária do mundo⁴⁰. De acordo com o Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias) entre 2004 e 2014, a população carcerária brasileira aumentou 80% em números absolutos⁴¹.

Entre os encarcerados tem crescido a proporção dos que cumprem sentenças por tráfico, muitas vezes, usuários que traficam pequenas quantidades para manter o vício⁴².

Esta realidade presente no país e na cidade de São Paulo em particular, parece repercutir na vida dos moradores de rua, tendo em vista o aumento considerável nos últimos anos da proporção de pessoas em situação de rua que passaram pelo sistema penitenciário. Em 2010, estima-se que 27% dos moradores de rua da área central haviam passado pelo sistema prisional. Esta situação era mais intensa entre os jovens. Na faixa de 18 a 30 anos o percentual atingia 37%. Em cinco anos houve um grande aumento na proporção de egressos, que passaram de 27% para 40%⁴³. Entre os jovens de 18 a 30 anos a proporção vai de 37% em 2010 para 46% em 2015. Na faixa etária subsequente – 31 a 40 anos os egressos correspondem, em 2015, a mais da metade (55%) do grupo.

⁴⁰Dados do Ministério da Justiça referentes ao primeiro semestre de 2014 (607.700 presos).

⁴¹A “taxa de encarceramento”, (número de presos por grupo de 100 mil habitantes) aumentou 61,8%. Em 2004, o Brasil tinha 185,2 presos para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2014, segundo o Infopen, o país tinha 299,7 presos para cada grupo de 100 mil habitantes. Ver Mapa das Prisões in Conectas.org 27/11/2014.

⁴² De acordo com levantamento do Instituto Sou da Paz com dados do Departamento de Inquéritos Policiais e Corregedoria da Polícia Judiciária e do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP), mais de 67,7% dos encarcerados por tráfico de maconha nas prisões do País foram flagrados com posse de menos de 100 gramas da droga, sendo 14% deles com quantidade inferior a 10 gramas – algo em torno de dez cigarros. Segundo Drauzio Varela, em artigo publicado na Folha de São Paulo em 8/10/2015, uma pesquisa realizada nas penitenciárias do estado de São Paulo em 2011, constatou que 29% dos presos cumpriam pena por tráfico. Outro levantamento citado, este nacional, revelou que entre 2005 e 2012 o número de prisioneiros cumprindo sentenças por tráfico aumentou 320%.

⁴³ O censo da população em situação de rua realizado em Belo Horizonte em 2013 encontrou a mesma proporção (40%) de pessoas em situação de rua que passaram pelo sistema prisional. Cf. Resultados do Terceiro Censo de População em situação de Rua e Migrantes de Belo Horizonte, 2013.

Cidadania

Para análise desse tema foram levantados alguns dados dos moradores de rua referentes à posse de documentos, o impedimento de livre acesso a determinados locais, a violência sofrida na rua e a participação em movimentos sociais.

Em relação à posse de documentos verifica-se significativa diferença nas duas pesquisas comparadas quanto à proporção dos que não têm qualquer documento: 20% em 2015 e 43% em 2010.

Os dados da pesquisa de 2015 indicam um expressivo aumento da violência sofrida pelos moradores de rua na Área Central da cidade, em comparação a 2010. Em todos os tipos de violência mencionados pelos entrevistados na atual pesquisa as proporções dos que foram vítimas são bem superiores às verificadas na pesquisa anterior. Os agentes da violência praticada contra os moradores de rua apontados em maior proporção, são os mesmos nas duas pesquisas: os próprios moradores de rua, a polícia e os transeuntes.

Quanto à participação em movimentos sociais, foi incluído em 2015 outros movimentos além do pesquisado em 2010, que era apenas o Movimento Nacional de População de Rua. Constatou-se que houve uma grande redução da participação dos moradores de rua da área central nesse Movimento, passando de um valor estimado de 9,1% em 2010 para 4,1% em 2015.

**Quadro 2.1–Síntese das Características de Moradores
de Rua da Área Central em 2015 e 2010**

INDICADORES	2015	2010
	%	%
1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA		
Sexo, cor e idade		
População masculina	88,6	86,1
Não brancos (preto, pardo, amarelo, indígena)	71,5	64,3
Idade Média	41,3	40,2
Faixa etária de 18 a 30 anos	18,4	25,9
Faixa etária de 31 a 49 anos	57,8	50,1
Faixa etária de 50 anos e mais	23,8	24
Escolaridade		
Analfabetos	9,6	15,5
Ensino fundamental completo	14,6	15,0
Ensino médio completo	15,4	9,0
Nível superior completo	4,0	1,9
Local de origem		
Nascidos no Município de São Paulo	27,4	27,4
Nascidos na região sudeste	57,9	57,7
Nascidos no nordeste	32,8	33,3
Nascidos no estado de São Paulo	46,2	45,9
Nascidos na cidade de São Paulo	27,4	27,4

Migração		
Migraram para São Paulo	72,6	72,6
Migrantes que moram em S.Paulo há menos de 1 ano(1)	10,2	19,9
Migrantes que moram em SP há 5 anos ou mais(2)	74,1	63,7
2. FAMÍLIA e VÍNCULOS FAMILIARES ATUAIS		
Com quem vivem		
Vivem sozinhos na rua	70,0	66,9
Vivem com cônjuge ou filhos	13,2	13,1
Vivem com algum familiar	14,7	15,7
Vivem com pessoas sem relação de parentesco	16,8	17,0
Com quem vivam antes de chegar à rua		
Viviam sozinhos na rua	19,0	16,3
Pai	15,7	15,1
Mãe	28,0	27,2
Irmãos	20,6	24,1
Companheiro-cônjuge	37,0	29,3
Filhos	25,7	25,7
Outros parentes	7,4	17,8
Outras pessoas sem relação de parentesco	2,9	13,4
3. ALTERNATIVAS DE PERNOITE		
Albergue e rua		
Já dormiu em albergue	77,1	79,1
Procurou e conseguiu vaga em centro de acolhida	7,3	5,9
Procurou e não conseguiu	11,7	14,4
Não procurou	81,0	79,5
Dormiu na rua	22,9	20,9
4. MORADIA ANTERIOR E TEMPO DE RUA		
Moradia anterior		
Perdeu a última moradia na cidade de São Paulo	63,2	60,4
Tempo de rua		
Ao perder a última casa foi direto para a rua	77,5%	83,3
Tempo médio (em anos)	6,0	6,3
Até 1 anos	29,1	28,6
5 anos ou mais	37,3	40,1
Idade com que foi para a rua	35,2	33,8
5. TRABALHO E RENDA		
Trabalhavam antes de ir para a rua	94,0	98,0

Forma de obtenção de renda		
Só trabalha	64,0	66,7
Só pede/esmola	10,8	14,1
Trabalha e pede	19,9	15,2
Não pede nem trabalha	5,3	4,0
Atividades exercidas		
Cata materiais recicláveis	42,3	62,1
Mendicância	30,8	30,2
Carga e descarga/chapa	15,5	10,9
Lava-guarda carros-flanelinha	14,2	12,9
Ajudante geral	9,1	
Construção civil/pedreiro/pintor	8,0	6,9
Comércio ambulante (Venda de doces, salgados, água, flores, jornais)	7,6	8,5
Benefícios		
Não recebem nenhum benefício (BPC, Bolsa família)	69,3	93,9
Bolsa Família	24,8	,6
BPC (Benefício de prestação continuada)	2,6	0,8
Aposentadoria-Pensão	2,1	2,1
Seguro desemprego	0	0,2
Outro	2,2	2,4
6. SAÚDE E SERVIÇOS		
Procurou Pronto Socorro/Hospital	41,5%	50
Procurou Posto de Saúde	59,4%	21,6
Atendido por Agente de saúde/Consultório na Rua	12,9%	2,1
Procurou CAPS	11,5%	0,7
Uso de substâncias psicoativas		
Usa alguma substância (álcool e/ou drogas)	84,1%	74,4
Usa álcool	69,6%	64,7
Usa droga	54,6%	37,4
Jovem até 30 anos que usa droga	82,3%	66,5
Usa Crack	37,5%	27,3
Usa Maconha	32,7%	21
Usa Cocaína	21,7%	11,8
Internação em instituições		
Passaram por internação	65,2%	52,5
Casa de detenção	40,7%	26,8
Clínica de recuperação de álcool e droga	34,3%	25,1
FEBEM/Casa	11,3%	11,2
Hospital psiquiátrico	11,3%	8,2
Orfanato/internato	7,4%	4,9

7. CIDADANIA		
Documentos		
Não possuem qualquer documento	20,4	42,6
Possuem Carteira de Identidade	72,3	50,4
Possuem CPF	59,9	36,9
Possuem carteira de trabalho	47,3	33,2
Possuem título de eleitor	41,5	31,1
Violência		
Tipo de violência		
Espancamento/briga/luta corporal	52,5	44,3
Agressão verbal	70,1	31,6
Roubo/furto	66,6	27,2
Facada/tiro/paulada	24,0	14,7
Violência sexual	5,8	2,3
Participação		
Participam do Mov. Nacional de População de Rua	4,1	9,1

3. SERVIÇOS DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

- A rede de proteção social à população em situação de rua

Redes de proteção social são programas de transferência de renda que procuram atender as camadas mais pobres da população, ou aquelas com grande vulnerabilidade à pobreza ou a choques temporários. Tais redes podem ser mantidas tanto pelo estado como por agentes privados.

A função de uma rede de proteção social pode ser dividida basicamente em duas. A primeira e mais tradicional função é oferecer renda e recursos à população quando esta sofre choques que levem a uma redução da renda no curto-prazo e condições agudas de vulnerabilidade. Estes choques podem ser de várias naturezas, desde eventos particulares que aflijam somente uma família, como a perda do emprego ou a morte do chefe de família, até mesmos eventos de impacto regional ou nacional, como um desastre natural ou crises econômicas que gerem um grande aumento no desemprego e redução da renda. Assim pensada, a rede de proteção social pode ser vista como uma estrutura que combate a pobreza e condições de vulnerabilidade de curto-prazo temporárias e suas consequências.

Uma segunda e mais recente função designada às redes de proteção social é a de oferecer um suporte para que pessoas ou famílias que vivem numa situação de pobreza ou vulnerabilidade permanente possam ultrapassar a linha da pobreza. Assim, a rede de proteção social é pensada, também, como uma estrutura de transferências que objetiva superar uma condição de pobreza e vulnerabilidade.

A descrição dos programas de atenção à população de rua procurou descrever a rede de proteção social à população em situação de rua. A descrição teve também como critério a especificação, no Termo de Referência que balizou o trabalho da Fipe, os eixos prioritários para análise: trabalho, renda e saúde como condição para atividades de trabalho. São necessidades básicas da população em situação de rua cujo atendimento permite, simultaneamente, tornar menos precárias as condições de reprodução da vida diária nas ruas e centros de acolhida e, em uma perspectiva de maior alcance, contribuir para obtenção de autonomia.

Na apresentação dos programas que integram a rede de proteção social à população em situação de rua foram consideradas as Secretarias Municipais cujo escopo de atuação inclui, de forma exclusiva ou no âmbito do atendimento universal, essa população. Assim, foram consideradas a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal da Habitação, Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Certamente é possível expandir os limites da rede de proteção social, incluindo outras instituições e serviços, não apenas no âmbito municipal, mas das outras esferas de competência do poder público.

A análise dos programas ofertados pelas secretarias municipais parte, também, do pressuposto de que a atenção à população de rua deve atender as múltiplas dimensões da reprodução da sua vida diária. Como expressão extrema da condição de pobreza absoluta, a multiplicidade de privações se manifesta em todas as esferas da vida pessoal e das condições sociais de sociabilidade.

Os programas ofertados

- Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

A Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social é a responsável pela maioria dos serviços e programas voltados exclusivamente para a população em situação de rua. Segundo dados de janeiro de 2015, existem 41 Centros de Acolhida (CA). Destes, 7 oferecem 1.292 vagas de 16 horas e 34 oferecem 8.445 vagas de 24 horas. Além disso, há 23 Centros de Acolhida Especiais (CAE) que respondem por 2604 vagas a pessoas ou grupos que necessitam de atendimento especializado como idosos, mulheres, famílias, imigrantes, catadores e convalescentes. São ofertadas, ainda, 190 vagas em 8 Repúblicas, modalidade de acolhimento destinado a jovens que estão em fase de saída da rua e a idosos com autonomia para desenvolver suas atividades diárias. Em 2010, 25% dos adultos e 50% dos jovens com menos de 2 anos de permanência se desligaram das repúblicas porque conseguiram ter autonomia.

Há ainda os serviços que não oferecem pernoite, como os 5 Espaços de Convivência com capacidade para 1350 pessoas em situação de rua. Estes serviços prestam atendimento com atividades que visam dar apoio e estimular a saída da situação de rua, focando nas pessoas que já passam por essa transição e/ou possuem maior autonomia. Segundo dados de 2010, 50% dos que utilizaram esse serviço participaram de atividades em grupo no semestre.

Para pessoas com maior grau de autonomia, são ofertados os cursos de capacitação pelo Centro de Capacitação Técnica para Adultos em Situação de Rua e pelo Serviço de Inclusão Social e Produtiva. Em 2014, o primeiro foi responsável por 80 vagas e o segundo, por 200 vagas. Outros programas importantes de assistência à população de rua são o Bagageiro, que teve 272 vagas em 2014 e a Operação Baixas Temperaturas, que realizou nesse mesmo ano, 62.405 abordagens. O serviço de bagageiro assegura a guarda provisória de objetos pessoais dos moradores de rua e o atendimento para sua inserção na rede de serviços de SMADS e a Operação Baixas Temperaturas acolhe pessoas para pernoite em vagas adicionais nos CA quando a temperatura atinge 13º centígrados.

- Secretaria Municipal de Saúde - SMS

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) tem o objetivo de zelar pela saúde da população em geral e presta um atendimento universal. Porém, é responsável também por alguns programas específicos, entre os quais o Consultório na Rua, voltado integralmente à pessoa em situação de rua. Conta hoje com 13 equipes e está em vigor desde 2013, data do credenciamento das equipes. O programa contabilizou a realização de 8976 atendimentos em março de 2015. As equipes móveis prestam atenção integral à saúde da população em situação de rua, considerando suas diferentes necessidades de saúde, e trabalham junto aos usuários de álcool, crack e outras drogas com a estratégia de redução de danos. Cada equipe responde pela cobertura de uma determinada área, visando atender a todo morador de rua encontrado nas ruas, praças e demais logradouros de sua área. Além do atendimento, as equipes são responsáveis pelo encaminhamento à UBS e posterior acompanhamento do caso para que o morador de rua não deixe de tomar a medicação prescrita e não abandone o tratamento.

Atualmente, no âmbito da atenção básica existem 458 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e 133 unidades de Assistência Médica Ambulatorial (AMA), além das Unidades de Pronto Atendimento (UPA). Há também uma rede de atendimento à saúde mental, composta pelos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS), que totalizam 56 unidades, e pelos CAPS-AD (Álcool e Drogas), com 26 unidades.

O Programa de Auto Monitoramento Glicêmico (AMG) atende portadores de *Diabetes mellitus* (DM) insulino dependentes e é ofertado desde 2005. Segundo dados da prefeitura, foram distribuídos 68 aparelhos glicômetros no ano de 2010. Há também os programas Rede de Proteção à Mãe Paulistana (Rede Cegonha), em vigor desde 2011, e a Estratégia Saúde da Família, em vigor desde 2001.

De acordo com a pesquisa socioeconômica realizada pela Fipe em 2015, estima-se que 58% dos moradores de rua e 71% dos acolhidos recorreram às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Estima-se também que 42% dos moradores de rua e 44% dos acolhidos procuram o serviço das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou hospitais quando têm algum problema de

saúde. Esses resultados indicam um significativo acesso da população de rua e dos CAs aos serviços de saúde, provavelmente em função do trabalho realizado pelas equipes de CnaR.

- Secretaria Municipal da Habitação

A atuação da Secretaria Municipal da Habitação se dá principalmente por meio dos seguintes programas: Provisão de Unidades Habitacionais, Urbanização de Favelas, Regularização Fundiária e Programa Mananciais.

O programa Minha Casa Minha Vida de provisão de moradia, destinado a famílias com renda familiar mensal bruta de até R\$ 1.600,00, é ofertado desde 2009. O programa de Urbanização de Favelas promove melhorias nas favelas, garantindo bens como saneamento básico e iluminação. Já atendeu 36.897 domicílios localizados em 22 áreas de intervenção. O programa de Regularização Fundiária apresenta um total de 25.479 pessoas inscritas e procura normalizar a situação de áreas ocupadas irregularmente na cidade. Por último, o Programa Mananciais abrange 81 áreas, beneficiando cerca de 60 mil famílias com a construção de 7.726 unidades habitacionais em áreas situadas entre as bacias Guarapiranga e Billings. Com início em 1996, sob a denominação de Programa Guarapiranga, foi ampliado em 2005 passando a abranger a bacia Billings. Desde então passou a ser denominado Programa Mananciais.

A Sehab também é responsável por programas de subsídio de alugueis e auxílio financeiro. O programa Locação Social, destinado a pessoas sós e famílias cuja renda seja de até 3 salários mínimos e priorizando a população em situação de rua, oferece alugueis subsidiados e está em vigor desde 2003. Em 2008, foram oferecidos 5 empreendimentos para um total de 853 famílias. O programa de Parceria Social destina-se às pessoas ou famílias com renda de 1 a 3 salários mínimos, incluindo a população em situação de rua e concede subsídios de até R\$ 300,00 mensais para o pagamento de aluguel tendo entrado em vigor em 2009. Atualmente, encontra-se suspenso. Por último, há o programa de Auxílio Aluguel, que abrange famílias afetadas por obras públicas ou localizadas em área de risco e concede auxílio

financeiro para pagamento de aluguel. Atualmente, conta com 30.134 munícipes beneficiados.

- Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo não possui programas ofertados exclusivamente para a população em situação de rua. No entanto, essa população é elegível, desde que atenda os requisitos para os cursos de capacitação ofertados pela secretaria, visando à reinserção de desempregados vulneráveis no mercado de trabalho, através do Programa Bolsa Trabalho, criado em 2004 e Programa Operação Trabalho, criado em 2001. Esses programas oferecem bolsa auxílio em valor que varia de acordo com a carga horária semanal.

O Bolsa Trabalho desenvolve 7 projetos com um total de 316 beneficiários de cursos de capacitação nas áreas de audiovisual, comunicação, varejo e remanufatura de computadores, a jovens de 16 a 20 anos de idade, com renda familiar per capita de até meio salário mínimo, alto índice de vulnerabilidade e que estejam matriculados em cursos do sistema nacional de ensino ou que tenham concluído o ensino médio.

O Programa Operação Trabalho atende a 1413 beneficiários de cursos de qualificação em diversas áreas, oferecidos em parceria com instituições públicas e privadas, destinados a pessoas com 18 anos ou mais que estejam desempregados há mais de 4 meses e não estejam recebendo qualquer benefício.

Além disso, a SMDTE desenvolve junto ao Ministério do Trabalho o Programa Plano Territorial de Qualificação (Planteq), que atende a 8.702 beneficiários e tem como público alvo, jovens que estejam concluindo ou que concluíram recentemente o ensino médio. Em 2011, o Planteq certificou 6.312 alunos. A SMTDE também ofereceu aos beneficiários do Programa de Braços Abertos capacitação nas áreas de jardinagem, paisagismo e cultivo urbano, no âmbito do Programa Fábrica Verde.

- Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

O principal programa da Coordenação de Políticas para População em Situação de Rua da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania é o Pronatec/Poprua. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo governo federal em 2011 e em março de 2013, junto da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, a SMDHC criou o Pronatec/Poprua. Ao todo, 462 vagas foram ofertadas e 402 matrículas foram feitas (60 vagas não preenchidas). O programa contou com 193 concluintes, 165 evadidos e 44 reprovados. No total, 67 currículos foram encaminhados para processos seletivos em empresas parceiras e 21 foram contratados.

A SMDHC, em parceria com SMADS é responsável pelo Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI), criado em 2014, mesmo ano em que entrou em vigor o programa De Braços Abertos (DBA), administrado em conjunto com as secretarias municipais de Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), Segurança Urbana (SMSU). Em seu primeiro ano de funcionamento, o programa DBA contou com 453 beneficiários cadastrados. Mais de 490 pessoas conseguiram novos documentos ao longo de 2014 e 18 beneficiários ingressaram em cursos no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e 21 beneficiários entraram em processo de autonomia, trabalhando fora do programa.

As necessidades atendidas pelos programas

A rede de atendimento de SMADS vem atuando numa dupla direção: aumentar o número de vagas disponíveis para o acolhimento da população e diversificá-lo. Assim, além dos centros de acolhida, vêm sendo criados centros de acolhida especiais, identificando públicos alvo diferenciados: famílias, idosos, mulheres, imigrantes, catadores e convalescentes. O processo de diversificação é recente e contempla um conjunto de pessoas com necessidades especiais, mas, certamente, aumenta a eficiência da rede, ao aumentar o foco do atendimento.

Os serviços de atenção à população em situação de rua da rede SMADS podem ser agrupados em dois conjuntos. O primeiro deles agrega os centros de acolhida e os centros de acolhida

especiais. São 77 serviços que oferecem, aproximadamente, 9 mil vagas para pernoite⁴⁴. Há, também, um conjunto de programas que oferecem atividades diversas: cursos, desenvolvimento da socialização, entre outras. Guarda de pertences e as operações de atendimento em períodos de baixas temperaturas completam o leque de atuação de SMADS.

Os centros de acolhida são serviços de acolhimento e as vagas de pernoite oferecidas, em regime de permanência de 16 ou 24 horas, ultrapassam⁴⁵ 7 mil. Os centros especiais totalizam pouco mais de 1.700 vagas⁴⁶. Finalmente, as repúblicas que abrigam adultos jovens em fase de reinserção social completam a rede de serviços de acolhida, com 190 vagas.

Os centros de acolhida oferecem, generalizadamente, pernoite e alimentação. O atendimento da necessidade de moradia provê o acolhimento temporário, ou emergencial, e os centros são, algumas vezes, denominados “porta de entrada” no sistema. Dada a grande presença dessas formas de atendimento e a pouca diversificação da rede, a população neles acolhida é bastante heterogênea. O critério de admissão não pode identificar a diversidade de condições e necessidades das pessoas que recorrem aos centros de acolhida e alinhar essas diferenças individuais à diversidade de serviços. Ou seja, ainda é baixa a relação entre a triagem nos centros de acolhida e o encaminhamento para os centros especiais. Há um vazio entre os centros de acolhida especiais e a diversidade de condições das pessoas que procuram a rede como, por exemplo, o tempo de chegada à rua e idade.

A diversidade da população dos centros de acolhida e seu acolhimento conjunto levam ao pressuposto de que diferentes grupos de pessoas possuem condições diferenciadas para resolver os problemas básicos de moradia e trabalho. A saída das ruas pode ser pensada a partir dos centros de acolhida provisórios e não de condições especiais de preparação para a

⁴⁴ O número de serviços e vagas baseia-se em dados de Janeiro de 2015. Assim, pode ter ocorrido pequena variação nos totais apresentados.

⁴⁵ Estão incluídas as vagas do centro de atendimento para imigrantes.

⁴⁶ Incluídos os programas especiais Autonomia em Foco e Família em Foco.

autonomia⁴⁷. A análise do grupo de pessoas sós nos centros de acolhida atende a esse propósito.

O exame das condições para solução da questão da moradia se estende aos centros de acolhida especiais, onde é também pressuposta a diversidade da população acolhida.

O tratamento da questão da habitação, sob a perspectiva de moradias individuais e de maior permanência, está na alçada da Secretaria da Habitação. Programas de Locação Social, solução por excelência para essa questão, constou já da pauta de programas de Sehab, mas são, hoje, de reduzida expressão. Como mencionado no parágrafo anterior, é possível identificar entre os acolhidos um grupo de pessoas que possuem condições bastante favoráveis para sair da condição de rua. Indaga-se, então, a participação da Secretaria da Habitação na oferta de programas para essa população, que permitiria, em um número expressivo de casos, que essas condições se completassem.

Acessos à habitação e renda formam parte integrante das condições para saída das ruas e a política de atenção ao trabalho pode ser abordada pela perspectiva dos cursos que são oferecidos à população. Essa a forma mais presente da atenção dada à população de pessoas em situação de rua.

O Pronatec, como demais programas profissionalizantes, busca a requalificação dos trabalhadores, tornando mais favoráveis as condições de empregabilidade das pessoas que dele participam. Adicionalmente, há uma série de cursos oferecidos pela Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, com o mesmo objetivo de qualificar profissionalmente pessoas em situação de rua. Como consensualmente percebido, a existência de postos de trabalho é condição igualmente necessária para a possível reinserção no mercado de trabalho, condição que excede o âmbito de atuação da secretaria. Iniciativas para envolvimento de empresas “parceiras” estão presentes, em escala limitada.

⁴⁷ Como são tratadas as condições para obtenção da moradia em um modelo “escada”, em discussão, no momento, nos países da União Europeia.

Análise das condições de trabalho e renda dos jovens com idade entre 18 e 35 anos tem como objetivo subsidiar a discussão das reais possibilidades de geração de renda desse grupo.

O atendimento à saúde é bastante presente. A pesquisa do perfil socioeconômico da população em situação de rua estimou que 58% dos moradores de rua e 71% dos acolhidos recorreram às Unidades Básicas de Saúde (UBS). Estimou-se, também, que 42% dos moradores de rua e 44% dos acolhidos procuram o serviço das Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou hospitais quando têm algum problema de saúde. As estimativas podem ser tomadas como *proxy* da cobertura do programa.

Ainda no âmbito da saúde, deve-se mencionar o atendimento específico à população de rua, mediante, principalmente, o programa Consultório na Rua. Deve-se mencionar, também, o programa De Braços Abertos, administrado em conjunto com as secretarias municipais de Saúde (SMS), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), Segurança Urbana (SMSU). Numa interpretação livre, pode-se considerar esse programa como uma versão adaptada dos programas “housingfirst”, em expansão nos países da União Europeia, Estados Unidos e Canadá⁴⁸.

A análise da efetiva atenção dispensada à população em situação de rua pelos programas em atividade só poderá ser de fato conclusiva se baseada em avaliações da qualidade do atendimento e cobertura, o que não constitui objetivo do presente trabalho. A descrição da oferta de programas existentes e as condições diferenciadas de grupos prioritários para SMADS constituem, certamente, condição inicial indispensável para análise das mais adequadas políticas públicas para a população de pessoas em situação de rua.

⁴⁸Housingfirst são programas que partem do pressuposto que o tratamento de dependentes de drogas tem como primeira condição a moradia individual. Ao mesmo tempo, equipes médicas e de assistentes sociais acompanham os dependentes na nova moradia.

PARTE II: GRUPOS ESPECIAIS PARA ATENDIMENTO

Ao término do levantamento amostral do perfil sócio econômico da população em situação de rua foi realizado seminário com o Observatório de Políticas Sociais e a área de Proteção Especial de SMADS. Após o seminário, SMADS definiu temas prioritários para serem analisados. A definição das prioridades consistiu na identificação de quatro grupos de interesse: “Família em situação de rua”, “Acolhidos sós, com autonomia”, “Adultos jovens de 18 a 35 anos” e “Idosos dos centros de acolhida”, unidades de análise não definidas nas pesquisas anteriores.

Os quatro grupos são descritos a seguir, aportando informações para análise e discussão das condições específicas de cada um deles, com o propósito final de servir de subsídios ao alinhamento dessas características ao atendimento feito por SMADS e pelas demais secretarias municipais.

Adicionalmente aos grupos definidos por SMADS, são apresentadas informações para os grupos de egressos do sistema carcerário e para o grupo LGBT, julgadas como importantes subsídios para traçar o quadro das necessidades da população de pessoas em situação de rua em São Paulo.

1. PRIORIDADES SMADS

1.1 ADULTOS JOVENS DE 18 A 35 ANOS

Após a definição do grupo adultos jovens como uma das prioridades de SMADS, a Fipe realizou pesquisa amostral para atender esse objetivo: levantar informações específicas e complementares sobre adultos jovens nos centros e acolhida. As questões de trabalho e renda foram estabelecidas como o foco de interesse e a faixa etária do grupo a ser pesquisado, jovens acolhidos com idade entre 18 e 35 anos.

As informações obtidas no segundo levantamento amostral completaram os dados obtidos no levantamento do perfil socioeconômico da população, cujos resultados foram apresentados

na Parte I do presente relatório. Adicionalmente, a nova pesquisa amostral⁴⁹ permitiu integralizar o número de questionários a serem aplicados para obtenção de informações junto à população de pessoas em situação de rua, como fixado no Termo de Referência e no contrato Fipe/SMADS.

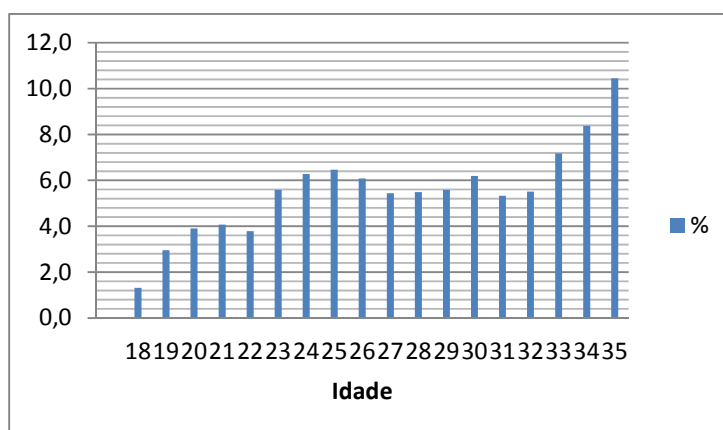
A análise a seguir, portanto, apoia-se inteiramente nos resultados da pesquisa específica com os jovens adultos abrigados nos centros de acolhida da rede SMADS.

1. Características do grupo de jovens abrigados nos centros de acolhida

Quais as características dos jovens adultos encontrados nos centros de acolhida?

Definida a faixa etária do grupo, é interessante conhecer a distribuição dessa variável no interior do grupo: idade média e mediana de 28 anos. A distribuição dos valores permite identificar uma maior concentração de abrigados na faixa dos 33 aos 35 anos, totalizando 26% das pessoas deste grupo. Por outra parte, apenas 16,1% se encontram na faixa etária até 22 anos.

Gráfico 1 - Idade dos adultos jovens nos Centros de Acolhida, %



O tempo de rua desse grupo é de aproximadamente 2,5 anos, menor que o da população de acolhidos como um todo estimada em 5,1 anos. Cerca de 70% são não paulistanos, embora a

⁴⁹ A metodologia amostral consta no ANEXO II deste relatório.

quase totalidade, pouco mais de 90%, sejam brasileiros. Foram identificados quase 7% de estrangeiros.

Quanto ao sexo, encontrou-se uma maior proporção de homens, 93,4%, do que aquela estimada para centros de acolhida e rua, 87% e 88%, respectivamente. A maioria é não branca, 75%⁵⁰, e 4,5% declararam não saber ler nem escrever.

A partir das respostas dadas, estimou-se que uso de álcool é de aproximadamente 50% entre os jovens adultos, enquanto o consumo de maconha foi de 40%, cocaína 19,5% e crack 12,8%. Pouco mais de 13% declararam ter algum tipo de deficiência física que dificulta a obtenção de trabalho.

No importante item de escolaridade, duas informações são relevantes: anos de escolaridade formal e participação em cursos profissionalizantes.

Pelas declarações sobre escolaridade formal estimou-se que 91% cursaram até o Fundamental, completo e incompleto e pouco mais de 42% atingiram o nível médio, completo e incompleto. Foram identificados, também, jovens acolhidos com nível superior, completo e incompleto, totalizando cerca de 9% do grupo.

Cerca de 53% afirmaram ter feito algum curso profissionalizante. A participação nos cursos considerados foi assim distribuída:

Tabela 1.1 - Participação em cursos profissionalizantes*

Cursos	%
Pronatec com bolsa	5,1
Pronatec sem bolsa	1,4
Senai/Senac, não Pronatec	13,1
Cursos oferecidos pelos serviços	4,8
Oficinas oferecidas pelos serviços	3,2
Outros cursos profissionalizantes	30,5
Total	58,1

*Respostas múltiplas.

⁵⁰ Reconhece-se a imprecisão inevitável de qualquer classificação.

A posse de documentos foi entendida, no âmbito da presente pesquisa, como uma importante condição para obtenção de emprego: cédula de identidade, título de eleitor e CPF, entre outros. Os resultados encontrados mostram que a posse de documentos é generalizada, entre os jovens adultos acolhidos apenas 4,2% não possuem qualquer documento. Os resultados são mostrados a seguir:

Tabela 1.2 - Posse de documentos*

Documentos	%
CPF	86,1
Cédula Identidade	85,7
Carteira de Trabalho	77,9
Título de Eleitor	67,2
Certidão de Nascimento	64,8
Certificado de Reservista	53,1
Carteira Nacional de Habitação	14,6
Passaporte	8,5
Registro Nacional de Estrangeiro	4,2
Outro documento	2,5
Total	464,6

*Respostas Múltiplas.

As características dos jovens adultos acolhidos podem ser obtidas, também, a partir dos dados do levantamento do perfil socioeconômico da população, controlando-se os resultados pela faixa etária definida e pelo local onde foram recenseados, rua ou centros de acolhida. Essa afirmação, entretanto, não se aplica para as questões referentes ao tempo de permanência no atual emprego, empregador, atividades eventuais realizadas, para os assalariados. Para os trabalhadores autônomos as questões que não constavam do banco de dados dizem respeito às iniciativas para obtenção de trabalho/emprego, avaliação das principais dificuldades para obtenção de trabalho/emprego. Para todos os jovens acolhidos as questões adicionais referem-se aos cursos profissionalizantes frequentados e valor dos benefícios recebidos.

2. Resultados sobre Trabalho e Renda

A preocupação com as condições de trabalho e geração de renda é justificada pela importância que a renda monetária ocupa na reprodução da vida das pessoas inseridas em

uma economia de mercado. Embora não seja ela a única forma de obtenção de bens e serviços, há, certamente, um conjunto de mercadorias cuja única forma de acesso se dá mediante transações monetárias: bebidas, cigarros, drogas, entre outras. Do ponto de vista individual, a posse de renda monetária significa a capacidade de realizar transações de compra e venda e, assim, acessar bens e serviços. São, portanto, condições importantes para atingir autonomia e a saída das ruas.

Para todas as pessoas que não possuem bens patrimoniais, a renda monetária é obtida pelo trabalho. Sob essa perspectiva, foi realizada pesquisa de campo focada nas condições de trabalho e renda desse grupo de abrigados que se encontram em plena idade produtiva. A análise a seguir é baseada inteiramente nas informações obtidas nesse levantamento complementar. Assim, a pesquisa buscou conhecer as condições em que esses jovens abrigados conseguem gerar renda monetária, descrevendo o trabalho realizado, o tipo de trabalho – assalariamento formal e informal, conta própria, bicos – e valor monetário gerado. Foi também pesquisado o recebimento de pensões e benefícios dos acolhidos e moradores de rua, entendendo-se ser necessário avaliar a proporção da população que os recebem, por ser um importante componente dos recursos monetários dos trabalhadores.

A estimativa da renda monetária gerada pelos jovens abrigados está sujeita, assim como para toda a população de pessoas em situação de rua, a grande variabilidade. A pesquisa complementar procurou, mediante um conjunto específico de questões, estimar os rendimentos auferidos pelos jovens abrigados. Assim, as estimativas apresentadas sobre rendimentos auferidos devem ser interpretadas tendo em conta essa importante qualificação.

A análise da estrutura do emprego e renda partiu da identificação da natureza do vínculo empregatício dos jovens abrigados que declararam gerar renda monetária. Assim, foram elaboradas questões específicas para os trabalhadores assalariados e para aqueles cujas atividades se dão por conta própria, ou “bicos”, os denominados autônomos.

A justificativa para essa divisão inicial se encontra nas condições diferenciadas de estabilidade de renda e emprego, entre assalariados e os que trabalham por conta própria.

A condição de assalariamento é relevante em vários aspectos. Do ponto de vista do volume e estabilidade dos fluxos monetários, o assalariado com carteira é similar ao assalariamento informal, possibilitando, durante a vigência do vínculo empregatício, previsibilidade dos rendimentos a serem auferidos. Há possibilidade de planejamento dos dispêndios com bens e serviços, inclusive na participação de algum tipo de programa habitacional que tenha alguma contrapartida monetária do beneficiário (compatível com a renda).

O assalariamento formal propicia direitos previdenciários. Pode-se pensar, também, que o assalariado formal desfruta de maior estabilidade de emprego, haja vista os custos de dispensa. Assim entendendo, os trabalhadores assalariados abrigados nos centros de acolhida da rede desfrutam de uma posição privilegiada em relação aos demais trabalhadores.

O trabalhador autônomo, ou por conta própria, é todo aquele que exerce sua atividade profissional sem vínculo empregatício e com assunção de seus próprios riscos. A prestação de serviços é de forma eventual e não habitual e conta com legislação que pode torná-lo formal, como é o caso das atividades médicas, advocatícias e outras. O pressuposto com que se trabalha é que entre os autônomos em situação de rua essa possibilidade é próxima de zero. A instabilidade do fluxo de atividades e rendimentos é, portanto, maior para os autônomos do que para os assalariados.

2.1 Assalariados

A pesquisa realizada estimou que, entre os jovens abrigados, 17,1 % trabalham como assalariados formais ou informais (com carteira assinada ou não). Desse total, 41% trabalham com carteira assinada. Merece menção a semelhança com o percentual de assalariados encontrados na pesquisa sobre o perfil socioeconômicos da população de acolhidos⁵¹, onde o trabalho assalariado foi estimado em 17,9%.

No que trabalham os assalariados? Em que setor de atividade?

A Tabela 1.3 agrega as respostas dadas pelos assalariados em grandes grupos de atividades.

⁵¹ Segunda etapa de trabalho do contrato Fipe/SMADS.

Tabela 1.3 - Grupos de atividades exercidas pelos assalariados

Grupos de atividades	%
Comércio formal (lojas, restaurantes, etc.)	25,0
Serviço de limpeza/cozinha	23,7
Atividades da indústria	13,6
Atividades da construção civil	13,3
Serviço de zeladoria/porteiro/vigia	4,5
Serviços administrativos	3,9
Serviços de transporte	2,7
Outro	13,3
Total	100,0

O comércio formal e atividades da indústria empregam cerca de 39% dos assalariados. Os serviços de limpeza/cozinha e construção civil, somados, totalizam 37% dos postos de trabalho e, no conjunto os quatro grupos de atividades atingem quase 80% do total do emprego. Os demais setores participam com uma presença bem menor.

O questionário aplicado pediu a identificação do contratante dos assalariados, classificando-os em “empresas”, “pessoas ou famílias”. Apesar das dificuldades de categorização, as respostas mostram que aproximadamente 83% dos assalariados são contratados por empresas. Esse resultado contribui para considerar o vínculo de trabalho assalariado como distinto das atividades por conta própria. A contratação por empresa é, certamente, um indicador de maior estabilidade.

Tabela 1.4 - Contratantes do trabalhador assalariado

Contratante	%
Empresa	82,7
Pessoa/Família	17,3
Total	100,0

Além das atividades assalariadas, foi investigada a eventual atuação dos assalariados em “bicos”. Os resultados encontrados revelam que parte dos assalariados completa a renda do

trabalho regular com atividades eventuais. Como se verá adiante, as atividades eventuais, bicos, dos assalariados se assemelham às dos autônomos. Os resultados são apresentados na Tabela 1.5.

Tabela 1.5 - Atividades complementares ao trabalho assalariado*

Atividades	%
Trabalho na construção civil/pedreiro/pintor	13,6%
Montagem de palco	13,6%
Lava/guarda carro, flanelinha	12,6%
Comércio ambulante	12,5%
Distribuidor de panfletos/ homem placa	10,5%
Garçom, cozinheiro em bar, restaurante, etc.	9,8%
Carga e descarga/chapa	8,0%
Limpeza/faxina– exceto doméstico	5,2%
Pede/ mendicância	4,2%
Catador de materiais recicláveis	2,8%
Serviço doméstico	2,6%
Vendedor em Comércio formal	1,5%
Atividades artísticas rua	1,4%
Outro	5,5%
Não faz nada	48,4%
Total	152,2%

*Respostas múltiplas.

Como mostram as respostas dadas pelos entrevistados, pouco mais de 50% completam as atividades assalariadas com atividades eventuais.

A interpretação dos resultados da Tabela 1.5, contudo, deve ser feita levando em conta que se trata de respostas múltiplas. Ou seja, uma mesma pessoa pode ter citado mais de uma atividade. Em segundo lugar, chama atenção para a significativa citação de atividades no setor de construção civil, o que leva a indagar da compatibilidade entre essas atividades e o assalariamento em qualquer outro setor. Uma possível interpretação é considerar as

atividades citadas no setor de construção como trabalho eventual para a mesma empresa do assalariamento ou, até mesmo, para empresas similares. De toda forma, essas atividades foram citadas, mas, com base nas informações disponíveis não é possível avaliar a sua significação.

As atividades referentes à montagem de palcos também são expressivas. Na sequência, são citadas as atividades de lava/guarda carro, flanelinha e comércio ambulante, seguidas de perto pelas de garçom, carga descarga/chapa.

A questão que se coloca, agora, é estimar o rendimento das atividades declaradas. As estimativas que seguem, nunca é demais afirmar, devem ser interpretadas com cautela, mesmo quando se referem ao trabalho assalariado. Isto porque, sabidamente, a variável renda é uma das mais difíceis informações a serem coletadas. Erros de informação são frequentes, por sub declaração voluntária, ou mesmo por dificuldade real de declaração. Pode-se afirmar que as mesmas dificuldades são encontradas nas pesquisas com a população de pessoas em situação de rua, acrescidas da instabilidade dos vínculos empregatícios e dos fluxos de rendimento que a condição de rua potencializa.

A média mensal do rendimento do trabalho assalariado declarado é de R\$ 1.153,00, muito próxima ao valor encontrado pelo levantamento do perfil sócio econômico da população de acolhidos, que foi de R\$ 1.024,00. As medianas também estão próximas: R\$ 1.002,00 para os jovens abrigados e R\$ 967,00 para a população de acolhidos.

A renda resultante das atividades eventuais realizadas pelos assalariados é compreensivelmente menor, cerca de R\$ 215,00. A estimativa foi realizada para todos os valores positivos declarados. Ou seja, a estimativa da média não inclui os assalariados que declararam não terem exercido trabalhos eventuais no último mês. Chama-se, novamente, atenção para a cautela necessária na interpretação desses valores.

A renda mensal auferida pelos assalariados deve ser complementada pela inclusão dos benefícios recebidos. Na pesquisa realizada, foram considerados os seguintes benefícios:

aposentadoria/pensão, Benefício de Prestação Continuada, Seguro Desemprego, Bolsa Família, Renda Mínima e Renda Cidadã, Bolsa Aluguel e Auxílio Doença.

O recebimento de benefícios não é uma fonte de renda complementar significativa. Apesar de aproximadamente 40% dos entrevistados terem mencionado recebimento de algum tipo de benefício, não consta das menções feitas, compreensivelmente, seguro desemprego, aposentadoria e BPC. A menção ao recebimento de auxílio doença e bolsa aluguel foi feita por aproximadamente 1% dos entrevistados e o recebimento de Bolsa Família/Renda mínima/Renda Cidadã foi a mais expressiva, cerca de 35% das menções.

Os valores médios recebidos foram estimados em pouco mais de R\$ 53,00. A Tabela 1.6 mostra, para os assalariados, a composição da renda, por fonte de recebimento, incluindo o salário, rendimento de atividades eventuais e benefícios.

Tabela 1.6 - Participação das fontes de rendimento na composição da renda total, assalariados, em reais

Estatísticas		Bicos	Benefícios	Salários	Renda Total
Média		214,46	53,36	1153,47	1421,29
Mediana		0,00	0,00	1002,84	1200,00
Percentis	10	0,00	0,00	767,32	794,88
	25	0,00	0,00	900,00	907,00
	50	0,00	0,00	1002,84	1200,00
	75	200,00	79,00	1400,00	1892,00
	90	800,00	79,00	1807,17	2300,00
Participação % na renda total		15,1	3,8	81,2	100,0

Algumas observações sobre a Tabela 1.6 devem ser feitas. Nas estimativas apresentadas, foram consideradas apenas as pessoas que tiveram pelo menos um dos tipos de renda. Assim, foram incluídos os assalariados que têm renda total positiva. Desse modo, o número de observações nos cálculos de cada um dos tipos de renda é sempre o mesmo, o que permite avaliar a participação de cada tipo de renda na composição da renda total.

2.2 Trabalhadores que exercem atividades por conta própria, “bicos”

Aos jovens abrigados que responderam que não estavam empregados recebendo salário regularmente por mês, por quinzena ou toda semana, foram dirigidas questões específicas para as diferentes atividades e condições de trabalho que poderiam desempenhar.

As primeiras questões diziam respeito à condição de trabalho anterior. Aproximadamente 87% das respostas sobre trabalho anterior com carteira assinada foram afirmativas. Também foi possível estimar que o tempo médio em que deixaram o emprego formal é de 2 anos. Para metade da população esse tempo situa-se em torno de 1 ano. A maior parte dos autônomos, portanto, participaram do mercado formal de trabalho e para metade dos jovens abrigados desse conjunto essa experiência é recente, pois não ultrapassa 1 ano.

Que atividades exercem hoje?

Tabela 1.7 - Atividades exercidas pelos autônomos*

Atividades	%
Trabalho na construção civil/pedreiro/pintor	27,0%
Carga e descarga/chapa	26,5%
Montagem de palco	25,1%
Distribuidor de panfletos/ homem placa	21,9%
Comércio ambulante	18,5%
Lava/guarda carro, flanelinha	16,6%
Limpeza/faxina– exceto doméstico	15,9%
Catador de materiais recicláveis	15,4%
Garçom, cozinheiro em bar, restaurante, etc.	13,1%
Pede/ mendicância	12,6%
Vigilante, segurança, porteiro	7,8%
Vendedor em Comércio formal	5,5%
Serviço doméstico	5,0%
Programa/Prostituição	4,0%
Furto/ Roubo/assalto	2,4%
Venda de drogas	2,2%
Atividades artísticas rua	1,9%
Não faz nada	17,0%
Outras	6,3%
Total	244,8%

*Respostas múltiplas.

A interpretação dos resultados da Tabela 1.7 deve ser feita levando em conta que se trata de respostas múltiplas. Ou seja, uma mesma pessoa pode ter citado mais de uma atividade. Para o conjunto de citações, construção civil, carga/descarga, montagem de palco e distribuidor de panfletos/homens placas apresentam, todas elas, percentual maior que 20%. Pode-se identificar um segundo conjunto de atividades, comércio ambulante, lava/guarda carro, flanelinha, limpeza/faxina– exceto doméstico, catador de materiais recicláveis, garçom, cozinheiro em bar, restaurante e mendicância com um número expressivo de menções. As demais atividades mencionadas apresentaram percentual menor que 10%.

As atividades mencionadas foram agrupadas em categorias que permitissem uma melhor caracterização da natureza do trabalho exercido, embora a categorização feita esteja sujeita a intersecções e imprecisões. Assim, foram agrupadas sob a categoria “trabalho com contratante”, todas as atividades que, de alguma forma, são solicitadas ou mediadas por alguém. Esse conjunto de atividades foi dividido em dois subconjuntos, em função da sua natureza. Obteve-se o grupo de “atividades com contratantes 1”, incluindo construção civil, serviços domésticos, garçom, limpeza e vigilância, e o grupo “atividades com contratantes 2”, para montagem de palco, carga/descarga. A categoria “com contratante” permite identificar atividades que exigem interação com um agente do mercado que poderia ser denominado, embora imprecisamente, o “lado da oferta”.

A categoria seguinte agrega as atividades classificadas como “típicas de rua”, catação e guarda de carro (flanelinha), seguida das denominadas “atividades marginalizadas”, que compreendem prostituição, tráfico de drogas e roubo/furto. Há, também, a identificação das atividades categorizadas como “ambulantes” e a última categoria refere-se à mendicância e atividades artísticas na rua. Não são consideradas as menções “não faz nada” e “outras” que apresentaram, na Tabela 1.8, percentuais de 17% e 6,3%, respectivamente⁵².

As atividades exercidas, agrupadas nas categorias descritas, apresentaram os seguintes percentuais de menções:

Tabela 1.8 - Atividades exercidas pelos autônomos, categorizadas

Categorias de atividades *	%
Com contratantes 1	55,5
Com contratantes 2	62,5
Típicas de rua	34,4
Ambulantes	22,4
Pedir/atividades artísticas de rua	17,1
Marginalizadas	9,4

*Respostas múltiplas

⁵² A base para cálculo dos percentuais é, portanto, diferente da usada para obtenção dos resultados da Tab.1.7.

A natureza das atividades dos autônomos justificou a inclusão de questões sobre as condições em que são encontradas. Assim, perguntou-se aos trabalhadores autônomos “como faziam para conseguir trabalho”. As respostas são apresentadas a seguir.

Tabela 1.9 - Iniciativas para obtenção de trabalho, autônomos

Iniciativas*	%
Procura de porta em porta/ procura placas com oferta de emprego	37,8%
Pergunta para as pessoas do albergue ou conhecidos	34,6%
Vai ao CAT (Centro de Amparo ao Trabalhador) / Sindicato/ ONG/ Igreja	24,1%
Procura em agências de emprego	18,9%
É recrutado no albergue	13,4%
Procura em jornais	11,0%
Procura em obras	9,7%
É recrutado na rua	5,2%
Volta a lugares em que já trabalhei	4,7%
Não procura trabalho	8,6%
Outras iniciativas	11,7%
Não respondeu	0,8%

*Respostas múltiplas.

As citações correspondem, na sua grande maioria, às iniciativas do próprio trabalhador. Assim, apenas “em duas condições, “é recrutado no albergue” e “ é recrutado na rua”, a iniciativa parte do contratante.

Tabela 1.10 - Razões apontadas para não encontrar emprego, autônomos

Razões apontadas *	%
Por preconceito dos empregadores	38,6%
Por não terem endereço fixo	32,4%
Por terem problemas com álcool/droga	32,1%
Por terem problemas de adaptação a rotinas e horários	11,6%
Problemas com aparência	10,5%
Não têm dificuldade	5,7%
Por faltarem muito	1,9%
Outras razões	48,9%

*Respostas múltiplas.

Chama atenção o elevado número de “outras razões”, indicando uma percepção bastante diferenciada entre os jovens abrigados. Foram selecionadas as razões apontadas com maior frequência. Para o conjunto de razões, o preconceito dos empregadores foi citado quase com a mesma frequência das condições associadas aos próprios abrigados: ausência de endereço fixo e problemas com álcool e drogas.

Qual a contrapartida de renda monetária das atividades exercidas?

Estimou-se uma renda média de R\$ 714,00, com mediana de R\$ 500,00, no último mês. A obtenção dessa estimativa obrigou o levantamento da frequência com que as atividades, todas elas eventuais, são exercidas, o que leva à consideração de possíveis erros de declaração dos entrevistados. Desta forma, apesar das questões destinadas a obter a frequência das atividades e rendimento por período declarado – dia, semana ou mês- é necessário levar em conta essas dificuldades, para interpretação dos valores obtidos.

Assim como para o conjunto de trabalhadores assalariados, levantou-se o recebimento dos benefícios recebidos pelos autônomos, considerando a mesma relação de alternativas: aposentadoria/pensão, Benefício de Prestação Continuada, Seguro Desemprego, Bolsa

Família, Renda Mínima e Renda Cidadã, Bolsa Aluguel e Auxílio Doença. Os resultados foram bastante similares aos encontrados para os assalariados: muito baixa presença dos benefícios, excetuando-se apenas o Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã, com um percentual de menções próximo a 40%.

Tabela 1.11 - Participação das fontes de rendimento na composição da renda total, autônomos, em reais

Estatísticas		Bicos	Benefícios	Salários	Renda Total
Média		713,34	54,25	0,00	767,60
Mediana		500,00	0,00	0,00	561,14
Percentis	10	0,00	0,00	0,00	79,00
	25	180,00	0,00	0,00	229,00
	50	500,00	0,00	0,00	561,14
	75	1050,00	79,00	0,00	1100,00
	90	1550,00	79,00	0,00	1619,00
Participação % no total da renda		92,9	7,1	0,00	100,00

A interpretação dos valores médios e medianos para a renda monetária gerada pelos autônomos devem levar em conta as mesmas observações para as estimativas obtidas para os assalariados. Assim, para cálculo das estimativas foram consideradas apenas as pessoas que tiveram pelo menos um dos tipos de renda. Foram incluídos os autônomos que têm renda total positiva. Desse modo, o número de observações nos cálculos de cada um dos tipos de renda é sempre o mesmo, o que permite avaliar a participação de cada tipo de renda na composição da renda total.

3. Observações finais

Examinando os resultados sobre trabalho e renda para o grupo de adultos jovens acolhidos, algumas observações merecem destaque. Primeiramente, cumpre mencionar que a renda monetária é obtida majoritariamente mediante atividades exercidas por conta própria, bicos

ou autônomas. São formas diferentes de nomear atividades da mesma natureza, significando trabalhos eventuais, com frequência irregular, por conta e risco do trabalhador. Em relação à população de pessoas em situação de rua, não é uma revelação, apenas uma constatação.

A pesquisa realizada com os adultos jovens permitiu estimar o rendimento médio dos assalariados e dos autônomos com mais segurança, embora os resultados devam ainda ser interpretados com cautela. A repetição de pesquisas com os mesmos objetivos permite aprimorar os instrumentos de coleta das informações, beneficiando-se dos erros e acertos dos levantamentos anteriores. A convergência de alguns resultados em várias pesquisas aumenta o grau de confiança nas estimativas obtidas. Contudo, há ainda um longo caminho a percorrer.

A análise das atividades desenvolvidas e dos fluxos de renda gerados permite concluir que as condições de trabalho dos jovens adultos acolhidos podem ser descritas como um mercado segmentado. Há um grupo, reduzido, de trabalhadores assalariados cuja renda total mensal é, aproximadamente, 68% da renda mensal da população ocupada brasileira⁵³. Equivale a 1,6 salários mínimos do Estado de São Paulo⁵⁴.

O valor médio da renda, entretanto, não deve ser interpretado sem levar em conta algumas qualificações do grupo de assalariados acolhidos. Primeiramente, há que se considerar o tempo de permanência no atual emprego. O número médio de meses é pouco superior a 9 e a mediana é de 2 meses. Ou seja, 50% dos assalariados está no emprego atual há até 2 meses e desse contingente, 45% declararam estar trabalhando há apenas 1 mês. Não é possível, a partir dessas informações, avaliar as condições de estabilidade de vínculo empregatício, condição importante para interpretação dos valores médios e medianos. Além disso, a renda total é composta pelos salários recebidos e atividades eventuais realizadas, o que introduz um componente de instabilidade no fluxo mensal total.

⁵³ Segundo IBGE, a renda média da população ocupada no Brasil passou de \$1.581,00 em 2003, para \$ 2.104,16 em 2014.

⁵⁴ Piso de R\$905,00, para trabalhadores para domésticos, serventes, contínuos, mensageiros e trabalhadores de serviços de limpeza, entre outros.

O segundo grupo do mercado de trabalho refere-se aos autônomos, cuja renda média, é inferior à dos assalariados. A natureza das atividades exercidas, por outra parte, introduz, certamente, um elemento de instabilidade. Entretanto, esse grupo constitui a maioria dos trabalhadores, a partir da qual podem e devem ser pensados os programas de geração de emprego. A afirmação não reduz a importância de políticas de trabalho para os assalariados, mas permite definir prioridades e diferenciar programas a eles dirigidos.

1.2 PESSOAS SÓS NOS CENTROS DE ACOLHIDA, COM AUTONOMIA

Identificar a existência de pessoas sós nos centros de acolhida que possuem condições diferenciadas de autonomia é prioridade de análise definida por SMADS. Atendendo essa prioridade, foram analisadas essas condições entre os abrigados nos Centros de Acolhida, exclusive nos Centros de Acolhida Especiais. A análise se compõe de duas partes. Na primeira, são apresentados os atributos pessoais desse grupo, selecionados em função da análise a ser realizada. Na segunda parte, é analisado o conceito de autonomia, para identificar a existência e ordem de grandeza de acolhidos nessa condição.

- As características dos acolhidos vivendo sós

A pesquisa socioeconômica de 2015 mostrou que grande parcela das pessoas em situação de rua vive só, ou seja, sem a companhia de membros da família, parentes ou amigos. A presença dessas pessoas é maior nos CA do que na rua: enquanto quase 85% dos acolhidos em centros não especiais declararam viver sozinhos, na rua este percentual foi de 69%. É interessante, portanto, que as características desta população que vive sozinha sejam analisadas, a fim de que estas informações sirvam de subsídio para o desenho de políticas públicas focadas no atendimento deste expressivo grupo.

Primeiramente, não se observam grandes discrepâncias em relação a sexo, cor e escolaridade entre o grupo que vive sozinho e o total da população acolhida, o que pode ser explicado, em grande medida, pelo próprio tamanho do subgrupo dentro da população total. Com média de idade de 44,2 anos, o grupo possui 31% de jovens entre 18 e 35 anos e 75% dos indivíduos

com idade abaixo dos 55 anos – um indicativo de que, em sua maioria, os acolhidos vivendo sozinhos estão abaixo do limite superior de 65 anos do conceito de População Economicamente Ativa (PEA) definido pelo IBGE. Além disso, quase todo o grupo possui ao menos um documento importante para a vida civil (RG, CPF, Carteira de Trabalho ou Título de Eleitor). O porte destes documentos é relevante na medida em que possibilita ao indivíduo o requerimento de benefícios, a obtenção de emprego e a abertura de conta bancária. Um quadro-resumo das características do grupo é apresentado a seguir:

Tabela 2.1 - Acolhidos vivendo sozinhos exclusive CAE - características gerais

Homens	93%
Mulheres	7%
Não brancos	69%
Possui Ensino Fundamental completo	16%
Possui Ensino Médio completo	21%
Média de idade	44,2
Idade entre 18 e 35 anos	31%
Idade menor que 55 anos	75%
Idade entre 60 e 80 anos	17%
Possui RG, CPF, Carteira de Trabalho e Título de Eleitor	65%
Possui RG ou CPF ou Carteira de Trabalho	96%
Não possui nenhum documento	3%

A pesquisa socioeconômica apontou também que a maioria dos acolhidos que vivem sozinhos desenvolve atividades para obtenção de renda, sejam elas formais ou informais: 74% reportaram exercer atividades das mais diversas para auferir renda. Cerca de 60% realizam atividades esporádicas e intermitentes (ou “bicos”), outros 10% estão empregados com registro em carteira e quase 7% estão empregados sem registro em carteira. Desta maneira, é de relativa importância notar que cerca de 17% dos acolhidos vivendo sozinhos nos CA estão inseridos em relações de trabalho cujo vínculo, formal ou informal, garante, através do assalariamento, a regularidade do fluxo de renda. É esta relativa estabilidade a condição primeira daquilo que procuraremos entender como “autonomia”.

Em complemento às informações do fluxo de renda, apurou-se que 60% do grupo recebem benefícios, com 6% recebendo BPC e 7% recebendo aposentadoria. Mesmo que a pesquisa socioeconômica não tenha captado o valor destes benefícios, o resultado de que cerca de 13% dos acolhidos vivendo sozinhos recebem benefícios mensais no valor de, ao menos, um salário mínimo é uma informação valiosa para SMADS, sobretudo quando é de interesse identificar condições de autonomia dentro deste grupo.

O tempo de rua médio encontrado foi de 5,1 anos, e mais da metade do grupo (54%) está na rua há menos de dois anos. No entanto, há uma expressiva parcela (16%) com mais de 10 anos de rua. Pode-se supor que, para estes indivíduos, as condições de saúde física e mental sejam mais difíceis, bem como seu entendimento de rotina, responsabilidades e de convívio social, fatores decerto fundamentais à obtenção de trabalho e, no limite, à saída definitiva da rua. Como fator agravante das condições dos indivíduos acolhidos vivendo sozinhos está o uso de droga e álcool. Mesmo sem informações sobre a quantidade, a frequência aproximada foi sintetizada no quadro abaixo.

Tabela 2.2 - Frequência do uso de álcool e drogas - acolhidos vivendo sós exclusive CAE

	Todos os dias	Alguns dias por semana	Menos de uma vez por semana
Uso de álcool	22%	43%	35%
Uso de drogas	34%	38%	28%

Não menos importante é a percepção do indivíduo sobre sua própria condição e sobre aquilo que seria fundamental para a melhoria de sua vida. As duas condições consideradas mais importantes para a saída da rua foram, respectivamente, ter emprego fixo (36%) e possuir moradia permanente (35%)⁵⁵. A superação da dependência de álcool e drogas foi escolhida por 6% do grupo, enquanto o recebimento de benefícios como BPC e aposentadoria seria prioritário para 9% do grupo. Se o recebimento de benefício e o emprego fixo são entendidos

⁵⁵ Foi pedido ao entrevistado que indicasse a condição mais importante. A questão não admitia respostas múltiplas.

como garantia de um fluxo de renda mínimo para que o próprio indivíduo seja capaz de prover-se daquilo que considera básico e fundamental é possível afirmar que 45% dos acolhidos vivendo sós priorizam, nesse aspecto, a condição de autonomia, de autossuficiência – pelo menos sob o viés monetário. Resta explorar, a partir daí, as condições em que essa autonomia, se existir, pode ser definida e estimada.

- O grupo dos acolhidos com autonomia

É constante a discussão acerca da existência de acolhidos que permanecem nos centros de acolhida, embora possuam renda e, supostamente, possam não mais depender da rede. A questão é relevante para SMADS sob a perspectiva da eficiência da própria rede. Se os recursos são escassos e as vagas disponíveis limitadas, é necessário repensar a prioridade de atendimento da população mais vulnerável que dorme na rua, em detrimento deste grupo de acolhidos que, se supõe, gozam de autonomia. É prioritário, no entanto, que o conceito de “autonomia” seja bem definido e que, a partir desta definição conceitual, obtenha-se uma definição operacional capaz de verificar a existência e magnitude deste grupo. Confirmada a existência do grupo, podemos quantificá-lo, caracterizá-lo e enfim tratar de seu encaminhamento.

Especificamente, este grupo de autônomos é composto apenas por pessoas vivendo sozinhas em serviços da rede exclusive os Centros de Acolhida Especiais. Pressupõe-se que as condições que permitam aos idosos, mulheres com crianças e acolhidos com necessidades especiais diversas saírem da rede, seja mais complexo e restritivo que as condições capazes de gerar autonomia a pessoas sozinhas nos centros de acolhida regulares. Da mesma maneira, não serão analisados os vinculados ao Programa de Braços Abertos, dadas suas condições de drogadição. Tampouco os moradores das “repúblicas” da rede SMADS, dado que estes indivíduos, por definição, possuem já certa autonomia.

Entendemos por autonomia a capacidade de um indivíduo gerir sua própria vida, tomar decisões por si só, não depender de terceiros. Para uma população que depende fundamentalmente de serviços públicos de assistência, esta definição deve se aproximar da

capacidade do indivíduo prover as condições materiais mínimas à sua sobrevivência. Assim, o autônomo se caracteriza como aquele cujo rendimento é suficiente para a cobertura de suas necessidades básicas, incluindo os gastos com moradia. Não somente. É necessário que este rendimento tenha certa regularidade e estabilidade, pois a incerteza da manutenção continuada de seus dispêndios básicos é, por si só, vulnerabilidade incompatível com o conceito de autonomia.

O acolhido considerado autônomo deve, portanto, possuir rendimento regular. Deve receber salário toda semana, quinzena ou mês, estando empregado com ou sem carteira. Se não trabalha empregado, deve receber benefício de prestação continuada (aposentadoria, BPC) que garanta sua subsistência fora do abrigo. Aqueles que vivem exclusivamente de bicos não serão incluídos na investigação do grupo de autônomos, pois a atividade que exercem é informal, intermitente, gera fluxos de renda instáveis e dependentes de fatores, muitas vezes, imprevisíveis. Obviamente, o empregado que também faz bicos e/ou recebe benefício pode ser considerado autônomo, pois a condição da regularidade do rendimento está satisfeita no emprego com ou sem carteira. É preciso ressaltar, no entanto, que a existência do fluxo de renda estável é condição necessária, mas não suficiente para a autonomia. O nível do rendimento deve obrigatoriamente garantir as condições materiais básicas que permitam a saída do abrigo, bem como a dignidade do autônomo fora da rede. Deixar o centro de acolhida implica em, ao menos, duas consequências diretas: arcar com os custos de moradia e arcar com os outros custos de sobrevivência (gastos com comida, roupas, produtos de higiene, entre outros).

Para determinar o nível de rendimento suficiente para a condição de autonomia serão necessários, portanto, dois parâmetros de custos. O primeiro é o custo da moradia. Este parâmetro não será um montante específico, mas sim uma porcentagem do rendimento do acolhido. Defini-lo como porcentagem da renda é justificável sob a perspectiva de um programa habitacional qualquer que demande alguma contrapartida monetária do beneficiário. Trabalha-se com o nível de 25% de comprometimento da renda, pois é este o percentual utilizado em programas de financiamento ou locação de Moradias de Interesse

Social. Empiricamente, observa-se que comprometimentos de renda maiores que este percentual geram um ônus excessivo com moradia, comprimindo a renda disponível para outros gastos necessários à subsistência. No longo-prazo, tal situação insustentável ameaçaria a autonomia do indivíduo, levando-o de volta à rede.

Resta-nos determinar o gasto mínimo com as necessidades básicas que não a moradia. Buscaremos esse referencial na população que não está em situação de rua. Isto porque, confirmada a existência de um grupo de pessoas com autonomia, interessa a SMADS o seu encaminhamento para alternativas habitacionais fora da rede. No entanto, deve-se garantir a este grupo condições materiais equiparáveis à população que usufrui destas mesmas alternativas habitacionais. Cortiços, pensões e hotéis são as alternativas mais adequadas para avaliação dessas despesas, posto que se constituem moradias para estratos de renda mais baixos na cidade de São Paulo. É na população encortiçada, ou vivendo em pensões e hotéis, que extrairemos, portanto, o valor médio que satisfaz os gastos básicos para a sobrevivência - exceto moradia.

Recortando a área de interesse nos distritos Sé, República e Mooca, utilizou-se o Censo 2010 do IBGE como fonte de informações sobre pessoas encortiçadas. Não foram exploradas pessoas morando em pensões e hotéis na região, pois nenhuma das famílias entrevistadas pelo Censo reportou sua renda. Estes três distritos foram escolhidos por sua localização central, proximidade com diversos serviços da rede e concentração dos cortiços, como profundamente estudado no relatório da Sehab⁵⁶. Justifica-se a eleição dos encortiçados como grupo de referência dadas as próprias informações levantadas pelo IBGE. Nos distritos supracitados, o Censo apontou a existência de 937 domicílios em cortiços e 1878 pessoas encortiçadas. Destas, cerca de 25% moravam sozinhas e possuíam renda – evidência de que esta é uma alternativa habitacional possível para indivíduos de baixa renda que vivem sozinhos, tal qual o subgrupo de acolhidos autônomos.

⁵⁶ SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Habitação. Superintendência de Habitação Popular. Cortiços: A experiência de São Paulo. São Paulo, 2010. 146p.

Para cada uma dessas pessoas encortiçadas vivendo sozinhas nos distritos de interesse foi calculado o valor da Renda Disponível (RD), definida como o valor do rendimento domiciliar do indivíduo subtraído do preço do aluguel reportado. Como os indivíduos selecionados eram de famílias unipessoais, seu rendimento domiciliar é exatamente seu rendimento pessoal. A Renda Disponível (RD) é, portanto, a *proxy* da renda necessária para a manutenção das necessidades básicas do indivíduo, excluídos os gastos com habitação (sendo, neste caso, apenas o aluguel do cortiço). Dessa forma, a média da RD dos indivíduos encortiçados vivendo sozinhos nos dá um referencial do gasto médio destas pessoas com alimentação, transporte, vestuário, entre outros. Esta média é, enfim, o parâmetro buscado do valor mínimo que um acolhido autônomo necessita para sobreviver em um cortiço, depois de pagar a contrapartida monetária de 25% da sua renda para o programa habitacional. Para o Censo 2010, o valor médio da RD dos indivíduos encortiçados vivendo sozinhos ficou em R\$ 720,43, a preços de Junho de 2015 pelo IPCA.

Pode-se, finalmente, estabelecer uma definição operacional de autonomia. É autônomo vivendo só o acolhido que não está em Centro de Acolhida Especial, declarou viver só, trabalha empregado com ou sem carteira assinada e que, extraídos 25% da sua renda para gastos com moradia, ainda lhe sobram, no mínimo, R\$ 720,43 para satisfazer seus gastos básicos com alimentação, vestuário, entre outros. É possível então, a partir desta definição, quantificar este grupo utilizando os dados levantados na caracterização socioeconômica. Aparando a distribuição do rendimento do trabalho em 5% para evitar outliers, verificou-se que o grupo de acolhidos que obedecem a este conceito operacional de autonomia representa cerca de 5,1% dos acolhidos em centros não especiais. Em outros termos, a amostra expandida revela que cerca de 5% dos acolhidos em centros não especiais vivem sozinhos e seriam capazes de comprometer 25% da sua renda com despesas habitacionais, sobrando-lhes ainda um montante de referência mínimo que cobriria os outros itens básicos para a subsistência fora da rede.

Fossem incorporados ao rendimento regular do trabalho o rendimento dos bicos e os valores dos benefícios recebidos, muito provavelmente se observaria uma parcela maior de

autônomos na população acolhida, já que a renda de alguns indivíduos sofreria incremento. No entanto, a caracterização socioeconômica não pesquisou o valor dos benefícios recebidos, nem tampouco foi capaz de captar adequadamente o rendimento dos bicos⁵⁷. Ainda assim, observa-se que o grupo de autônomos existe e pode ser realocado, de forma a aumentar a eficiência da rede.

Esta definição operacional de autonomia é, no entanto, fortemente restritiva. O valor da renda disponível mínima depois da contrapartida monetária para o gasto com habitação é alto, pouco menor que um salário mínimo de 2015 (R\$ 788,00). Este alto valor reduz o tamanho do grupo de pessoas com autonomia, uma vez que se aplica uma restrição considerável no nível do rendimento do indivíduo. Podemos supor, porém, que exista um grupo de acolhidos empregados que, apesar de não atingirem o patamar mínimo de renda da definição operacional, apresentam autonomia parcial. Se forem flexibilizadas as restrições monetárias anteriores, pode-se quantificar este subgrupo e propor alternativas para seu encaminhamento.

Para quantificar o grupo de acolhidos cuja autonomia é parcial, toma-se o grupo de acolhidos vivendo sozinhos, empregados com ou sem carteira, e excluem-se aqueles que se enquadram na definição operacional de autonomia apresentada anteriormente. Dos indivíduos restantes, selecionam-se somente aqueles cuja renda é capaz de cobrir os gastos básicos, exceto moradia. Considerar-se-á que o custo destes itens para uma pessoa sozinha seja constante, mantendo o parâmetro anterior de R\$ 720,34 como mínimo de renda para a satisfação destas necessidades. Assim, pode-se definir o grupo de acolhidos parcialmente autônomos como o grupo de pessoas vivendo sozinhas nos centros de acolhida, empregadas com ou sem carteira, com rendimento mínimo de R\$ 720,34, embora não suficiente para serem consideradas autônomas (pela definição operacional). Enquanto o grupo autônomo compreende 5,1% dos acolhidos em centros não especiais, o grupo parcialmente autônomo representa cerca de 4,7% dos acolhidos exclusive CAE.

⁵⁷ Essas informações foram captadas na pesquisa complementar, cujo foco foram os adultos jovens de 18 a 25 anos.

Há, portanto, dois grupos de interesse para SMADS. O primeiro, dos autônomos, apresenta autonomia suficiente para cobrir os gastos mínimos para sua subsistência se desvinculado da rede – tanto gastos com moradia, quanto com os outros itens básicos. Representam 5,1% dos acolhidos em centros regulares. O segundo grupo, dos parcialmente autônomos, é capaz apenas de arcar com os custos de vida não relacionados à moradia. Representam 4,7% da população acolhida. Sua saída da rede só será possível mediante assistência que garanta a cobertura dos custos de moradia deste grupo – garantia esta que o parcialmente autônomo não é capaz de prover, dado o seu rendimento. Sob esta perspectiva, a única condição que impede a desvinculação da população parcialmente autônoma da rede é sua incapacidade de arcar com os custos de moradia. Uma vez superada esta restrição, é possível realocar o acolhido parcialmente autônomo, liberando vagas dos serviços para os mais vulneráveis que dormem na rua. É neste sentido que programas habitacionais assumem papel central na discussão: a saída do acolhido parcialmente autônomo da rede só é possível mediante subsídio que complemente sua renda, elevando-o à condição de autonomia. Programas de locação social seriam um exemplo factível e adequado de política pública nesta conjuntura, uma vez que demandam do beneficiário alguma contrapartida monetária sem onerá-lo com o custo da moradia em sua totalidade.

Podemos, inclusive, obter um referencial para o subsídio necessário à realocação dos parcialmente autônomos. Utilizando o banco de dados da pesquisa socioeconômica, subtraímos do rendimento dos parcialmente autônomos a parcela de R\$ 720,43, necessária aos custos de vida exceto moradia. Assim, temos para cada parcialmente autônomo um valor monetário equivalente àquilo que se espera que ele possa pagar como contrapartida monetária para o programa habitacional. A média encontrada para este valor foi de R\$ 159,61. Ou seja, em média, o parcialmente autônomo é capaz de pagar R\$ 159,61 como contrapartida monetária ao programa habitacional, além de arcar com as demais despesas pessoais. O Censo 2010 do IBGE aponta um aluguel médio pago por pessoas vivendo sozinhas em cortiços nos distritos Sé, Mooca e República de R\$ 435,69 (valor atualizado para Junho de 2015 pelo IGP-M). Portanto, um programa habitacional de locação social que realoque

acolhidos parcialmente autônomos – mediante contrapartida monetária que garanta renda restante suficiente à subsistência do indivíduo – terá de aportar subsídio cujo valor médio seria R\$ 276,08. A estimativa do preço do aluguel depende, obviamente, dos inúmeros fatores utilizados para determiná-lo na modelagem como, por exemplo, a localização e a tipologia do domicílio. No entanto, o valor do aluguel nos cortiços parece consistente com o parâmetro de preços que se buscou, especificamente se comparado ao valor de R\$ 400,00 do auxílio bolsa-aluguel concedido pela Prefeitura para mais de 30 mil famílias na cidade de São Paulo – valor que serve de indicação, em certa medida, dos preços de aluguéis populares no município.

Novamente, não é factível incorporar ao grupo autônomo os acolhidos que subsistem exclusivamente de atividades intermitentes e esporádicas – os chamados “bicos”. Supondo-se que a condição da regularidade do fluxo monetário seja marginalmente satisfeita e que alguns acolhidos vivendo sozinhos consigam, mesmo vivendo apenas de bicos, manter um volume de rendimentos periódicos mais ou menos constantes no tempo. Ainda assim, as restrições da pesquisa socioeconômica quanto à captação dos valores obtidos nos “bicos” não permitem o levantamento de informações suficientes para estimar adequadamente o volume do rendimento dos indivíduos. Portanto, as definições operacionais de autonomia e de autonomia parcial não podem, neste momento, ser aplicadas a este grupo, pois dependem obrigatoriamente do volume do rendimento dos acolhidos.

De forma exploratória, repetiu-se o exercício de estimação do grupo autônomo e parcialmente autônomo para a população de rua, com o intuito de verificar sua existência. É fato que, na perspectiva de SMADS, identificar a condição de autonomia nos centros de acolhida é condição importante para aumentar a eficiência e equidade da rede. No entanto, sob o ponto de vista da política pública, é igualmente necessário abrigar a população pernoitando nas ruas. Assim, calculou-se a renda disponível dos moradores de rua, empregados com ou sem carteira e vivendo sozinhos. Utilizando os mesmos parâmetros de preços da modelagem anterior e restringindo a distribuição de renda para se evitar outliers, constatou-se que, de fato, é possível identificar o grupo autônomo na rua. No entanto, ele é

expressivamente menor (em proporção) do que o grupo autônomo acolhido – representa apenas 1,6% da população que dorme nas ruas. De forma análoga, estimou-se que o grupo parcialmente autônomo compõe apenas 0,1% desta população – resultado tão pequeno que, sob a perspectiva de uma pesquisa amostral, é estatisticamente irrelevante e praticamente inexistente. A limitada extensão numérica deste grupo, sobretudo se somada à maior vulnerabilidade e às piores condições de saúde, escolaridade e até mesmo de trabalho da população nas ruas (em comparação com a população acolhida), reforçam a prerrogativa de que a condição de autonomia é, de fato, mais real entre aqueles que se encontram em centros de acolhida não especiais.

Finalmente, é importante compreender que a condição de autonomia, mesmo dentro do grupo aqui considerado autônomo pela definição operacional, não é, de todo modo, absoluta. A população acolhida é, não obstante os critérios que forem utilizados, fundamentalmente dependente dos serviços públicos da qual usufrui. A condição de autonomia deve ser, ainda que criteriosamente definida, tratada com devida cautela, por constituir tão somente uma relação de comparabilidade no conjunto da população de pessoas em situação de rua. O acolhido autônomo e o parcialmente autônomo decerto têm maior autonomia em relação ao restante da população acolhida. Em contrapartida, podem ainda ser vulneráveis, ao se examinar outros fatores como uso de álcool e droga, entre outros.

O processo de saída da rede é certamente complexo. Assim, considerar que um autônomo, por possuir renda suficiente para o custeio de suas necessidades básicas, seja integralmente capaz de se desvincular da rede e seguir sua vida de forma desassistida é uma forte suposição que desconsidera a multiplicidade dos conflitos diversos que levam esta população à situação de rua. A interação e articulação de SMADS com outras secretarias é, neste caso, de fundamental importância para garantia de um encaminhamento destes dois grupos. No entanto, se executada eficientemente, a política pública de realocação da população acolhida autônoma e parcialmente autônoma pode aumentar de forma significativa a eficiência da rede, liberando até 9,8% das vagas (segundo as estimativas apresentadas) dos serviços de acolhida não especiais para a população mais vulnerável da rua.

1.3 FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Pesquisas sobre população em situação de rua mostram que, de modo geral, a perda da moradia e a ida para a rua representam a ruptura das relações familiares. A pesquisa do perfil socioeconômico dessa população, realizada pela Fipe em 2015, estimou que cerca de 80% perderam seus vínculos familiares quando passaram a viver nos centros de acolhida e/ou nas ruas.

No entanto cabe registrar que uma parcela dessa população conseguiu manter seu arranjo familiar/afetivo vivendo em situação de rua com membros de sua família. Estima-se que uma proporção de 13% de acolhidos e 17% de moradores de rua convivem com pessoas com algum grau de parentesco.

A existência de um grupo de pessoas que vivem com seus familiares nas ruas levanta a questão da diversificação dos serviços de acolhimento, de modo a evitar sua dissolução. A questão central para a análise desse grupo é o acesso à moradia, como uma das condições básicas para a manutenção dos vínculos familiares. Os Centros de acolhida (CA) que compõem a maior parte de rede de serviços para abrigar essa população não prove o atendimento de casais com ou sem filhos, uma vez que a unidade de atendimento é a “vaga”. A atual diversificação da rede de serviços de SMADS com os Centros de Acolhida Especiais, e os programas Família em Foco e Autonomia em Foco, além do programa De Braços Abertos, criado em parceria com outras secretarias, representam passos importantes na ampliação do atendimento de necessidades específicas dessa população. No entanto, esses serviços ainda abrigam uma proporção relativamente pequena de famílias com ou sem filhos.

O que vem a ser família em situação de rua?

O conceito de família do IBGE tem como um de seus elementos centrais a residência das pessoas em um mesmo domicílio. Tal conceituação não inclui, portanto, as famílias em situação de rua.

No levantamento censitário de 2015 foi adotado um conceito operacional de família, considerando-se tão somente o grupo familiar formada por mulheres com filhos. Essa definição foi utilizada frente a dificuldade de identificar a diversidade de arranjos familiares principalmente entre os moradores de rua. Os resultados do Censo mostraram um pequeno número de mulheres com filhos tanto nas ruas e como nos centros de acolhida.

Parâmetros para a análise do grupo familiar

O grupo “família” não foi definido como unidade de análise na pesquisa socioeconômica de 2015. Assim, para identificar as famílias vivendo em situação de rua foram consideradas todas as pessoas que declararam estar vivendo com algum familiar. Conforme já indicado acima, esse grupo representa 13% do total de acolhidos e 17% dos moradores de rua.

Para a caracterização das condições de vida do grupo familiar foram selecionadas algumas das informações levantadas na pesquisa socioeconômica, consideradas mais relevantes para a análise, relacionadas aos seguintes temas: perfil demográfico; centros de acolhida e rua; tempo de rua e idade com que foram para a rua; trabalho e renda; saúde e uso de álcool e drogas; cidadania e percepção sobre saída da rua.

O levantamento de informações sobre as condições de vida das pessoas que vivem com seus familiares tem como objetivo fornecer subsídio para SMADS, na formulação de programas específicos de atendimento a esse segmento da população.

Perfil das pessoas que atualmente vivem com a família

A grande maioria desse grupo, 88%, vive com a família conjugal (cônjuge e/ou filhos) e 10% com a família de origem (pai, mãe e irmãos).

Do ponto de vista demográfico, alguns aspectos diferenciam esse grupo. As mulheres participam em proporção expressiva (51% entre os acolhidos e 38% na rua), bem superior à média verificada para o total da população em situação de rua (12%). Ou seja, grande parte das famílias é formada por mulheres acompanhadas por seus filhos e/ou cônjuge. A idade média dos acolhidos e dos moradores de rua é mais baixa do que no geral (38 anos e 37 anos,

respectivamente), destacando-se a participação mais expressiva dos jovens (18 a 30 anos) e menor dos idosos (50 anos e mais). A característica relativamente jovem desse grupo confirma-se no fato de que cerca de 70% têm até 40 anos. Destaca-se a participação relativamente pequena dos idosos (acolhidos 15% e moradores de rua 11%).

Algumas características demográficas das famílias reproduzem o padrão verificado na população como um todo. Quanto à cor, predominam os não brancos. A escolaridade é, de modo geral, baixa: a grande maioria frequentou a escola, mas menos de 20% concluíram o ensino fundamental e o médio, sendo que a taxa de analfabetos é mais elevada tanto para os acolhidos como para moradores de rua (8,4% e 11,1%, respectivamente). Tal como no conjunto da população, cerca de 30% são paulistanos, mas a predominância é dos migrantes. Esses migrantes não são recém-chegados, e parte expressiva vive na capital há mais de 5 anos (51% dos acolhidos e 85% dos moradores de rua). No entanto, entre os acolhidos existe uma parcela significativa de recém-chegados (36%), vivendo na cidade há menos de um ano, sendo que desses, grande parte estão na cidade há 6 meses.

Finalmente cabe destacar, entre os acolhidos, a presença de estrangeiros (12%) que são em sua maioria, oriundos de países africanos, mas também do Chile, Nepal e Haiti.

Tabela 1 – Perfil demográfico dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares

Indicadores	Acolhidos	Rua
	%	%
Sexo, cor e idade		
Homens	48,9	62,5
Mulheres	51,1	37,5
Não brancos (pretos, pardos, amarelos, indígenas)	77,9	78,0
Idade Média (em anos)	38	37
18 a 40 anos	71,5	68,2
41 a 49 anos	13,9	20,9
50 anos ou mais	14,6	10,9
Escolaridade		
Analfabetos	8,4	11,1
Ensino Fundamenta Incompleto	44,3	49,8
Ensino Fundamental Completo	17,5	15,7
Ensino Médio Incompleto	11,7	10,9
Ensino Médio Completo	16,7	19,0
Migração		
Migraram para São Paulo	65,2	70,6
Moram em SP há menos de 1 ano	35,9	5,6
Moram em SP há 5 anos ou mais	51,2	85,1
Estrangeiros	12,7	-

Centros de Acolhida e Rua

Do total de famílias que utilizam a rede de assistência, metade é atendida nos Centros de Acolhida onde a unidade de atendimento é a vaga, não sendo permitido abrigar casais e suas crianças. A outra metade encontra-se nos Centros de Acolhida Especiais para famílias e para mulheres com filhos, os programas Família em Foco e Autonomia em Foco, além dos hotéis do programa De Braços Abertos, e o CRAI, ambos criados em parceria com outras secretarias. A existência desses serviços atende parcialmente a necessidade de abrigar essas pessoas que ainda conseguem manter o arranjo familiar/afetivo, apesar da precariedade das condições para sua reprodução material em situação de rua. Pode-se supor que o acolhimento da unidade familiar seja uma condição necessária para evitar a sua dissolução.

No geral, a estratégia de vida nas ruas envolve o revezamento de períodos de pernoite em centros de acolhida e rua. Entre as famílias que utilizam a rede de serviços com regularidade,

74% já teve a experiência de dormir na rua, enquanto 26% dormiram apenas em centros de acolhida. Por outro lado, as famílias moradoras de rua já dormiram em centros de acolhida em proporção bem mais expressiva (81%) do que a verificada para a população em geral.

Tabela 2 – Local de pernoite dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares

Indicadores	Acolhidos	Rua
	%	%
Acolhidos com familiares por Tipo de Serviço		
Centro de Acolhida	50,2	-
Centro de Acolhida Especial	37,0	-
República	0,9	-
De Braços Abertos	11,9	-
Pessoas que moram com familiares na rua		
Já dormiu em CA	-	81,0
Procurou vaga em CA na última semana e conseguiu	-	5,5
Procurou vaga em CA na última semana e não conseguiu	-	7,2
Não procurou	-	87,3

Tempo de rua e Idade com que foi para a rua

Os acolhidos e os moradores de rua que vivem com suas famílias apresentam trajetórias relativamente distintas entre si, com relação à idade com que foram para a rua e o tempo que aí vivem. Os acolhidos estão, em média, há menos tempo nessa situação e ao passarem para a rua tinham idade um pouco maior.

Estima-se que o tempo médio de rua dos acolhidos é 4,4 anos e a mediana, 1 ano. A maior parte (52%) tem até 1 ano de rua, sendo que desse total, 40% chegaram a esta situação há apenas 6 meses. Por outro lado, há uma parcela bem menos significativa (12%) que está na rua há mais de 10 anos. A idade média com que chegaram à rua é estimada em 33 anos. Para 35% o início da vida na rua ocorreu quando ainda eram jovens (18 a 30 anos), mas para grande parte dos acolhidos (48%), esse fato ocorreu entre 31 e 49 anos.

O tempo médio de rua dos moradores que vivem com sua família foi estimado em 5,9 anos, e a mediana, 4 anos. Aproximadamente 31% têm até 1 ano de rua, sendo que desse total, 23% vivem nessa situação há apenas seis meses. Os que estão há mais de 10 anos representam

16%. A idade média com que chegaram à rua é estimada em 31 anos. Calcula-se que 45% chegaram à rua ainda jovens (18 a 30 anos) e 39% tinham entre 31 e 49 anos.

Tabela 3 – Tempo de rua e idade com que foram para a rua das pessoas que vivem com familiares

Indicadores	Acolhidos	Rua
	%	%
Tempo de rua		
Tempo médio (em anos)	4,4	5,9
Até 1 ano	52,2	30,7
Mais de 1 a 5 anos	24,2	31,1
Mais de 5 anos	23,6	38,2
Idade com que passaram a viver em situação de rua		
Idade média (em anos)	33	31
Menos de 18 anos	5,6	9,8
de 18 a 30 anos	35,4	45,2
de 31 a 49 anos	47,6	39,4
50 anos ou mais	11,4	5,6

Trabalho e Renda

A grande maioria das pessoas desse grupo declarou exercer alguma atividade para conseguir dinheiro, mas a condição de trabalho predominante é a realização de atividades por conta própria e bicos (acolhidos 53% e moradores de rua 77%). O emprego formal, com registro em carteira, para esses dois segmentos, aparece em proporção residual e mesmo o emprego sem registro tem participação pouco expressiva (16% e 3%, respectivamente).

O trabalho por conta própria e bicos envolvem atividades que se caracterizam por sua natureza precária, eventual ou esporádica. No entanto, para ter acesso a alguns trabalhos nessa condição, há necessidade de um mínimo de relações com algum “empregador” que contrata a mão de obra dessas pessoas. Os dados levantados na pesquisa amostral permitiram identificar a participação significativa de pessoas em ”atividades com contratantes”, indicando dessa forma, a existência de uma relação, embora tênue, com o mercado de trabalho (59% acolhidos e 36% moradores de rua). A mendicância e atividades artísticas

foram mencionadas como atividades para conseguir dinheiro em proporção relativamente pequena pelos acolhidos (8%), mas significativa, pelos moradores de rua (26%).

Estimar a renda auferida pelos que estão no mercado formal de trabalho, com ou sem registro em carteira, apresenta várias dificuldades, entre as quais se destacam: o pequeno número de assalariados nesse grupo e os prováveis erros de declaração. Assim, essas informações devem ser interpretadas com extrema cautela, podendo ser entendidas como mera referência aproximada da renda gerada pelo trabalho dessas pessoas.

As estimativas de renda mensal referem-se apenas aos acolhidos, uma vez que não há número suficiente de moradores de rua com trabalho formal. A renda média dos acolhidos é estimada em R\$ 800,00, e a mediana, R\$ 700,00. Os 25% do primeiro quartil auferem R\$ 460,00 e do terceiro quartil, R\$ 1.100,00.

Estimar o rendimento dos que trabalham por conta própria e bicos, impõe dificuldades adicionais não apenas pelos esperados erros de declaração, mas também pela frequência irregular e a variabilidade dos recebimentos. Nesse caso, cabe reforçar a recomendação de cautela na interpretação desses dados. Para obter a informação de rendimento do trabalho, foram incluídas duas questões: quanto conseguiu de dinheiro na semana anterior à pesquisa e no dia da realização da pesquisa.

A renda média dos acolhidos com os trabalhos por conta própria e bicos foi estimada em R\$ 135,00 na última semana e R\$ 47,00 no dia da pesquisa. O primeiro quartil obteve em média, R\$ 50,00 na última semana e R\$ 10,00 no dia da pesquisa, enquanto os 25% do terceiro quartil, R\$ 170,00 e R\$ 50,00.

Os moradores de rua obtiveram em média R\$ 188,00 e R\$ 64,00, nos dois momentos pesquisados. O dinheiro ganho pelo primeiro quartil, foi estimado em R\$ 40,00 e R\$ 10,00, enquanto o do terceiro quartil, em R\$ 225,00 e R\$ 80,00.

Além do rendimento do trabalho, parte das pessoas que vivem com suas famílias recebe benefícios tais como Bolsa Família, Bolsa Cidadã, Benefício de Prestação Continuada – BPC,

entre outros, que garantem uma renda adicional para a de 58% dos acolhidos e 22% dos moradores de rua.

Tabela 4 – Condição de trabalho e benefícios dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares

Indicadores	Acolhidos	Rua
	%	%
Condição de Trabalho Atual		
Empregado, com registro em carteira	4,6	1,5
Empregado, sem registro em carteira	16,5	3,1
Trabalhando por conta própria/bicos	52,7	76,7
Não está trabalhando	27,6	17,6
Benefícios e Pensão		
Recebem algum benefício	58,0	22,3
Bolsa Família/Renda Mínima/Renda Cidadã	53,8	21,7
Aposentadoria/Pensão	3,2	-
BPC (Benefício de Prestação Continuada) /LOAS	2,0	0,8

Saúde e consumo de álcool/drogas

A utilização dos serviços públicos de saúde é generalizada entre as pessoas em situação de rua que vivem com seus familiares, em maiores proporções do que as verificadas no o conjunto da população. Estima-se que 86% dos acolhidos e 66% dos moradores de rua recorreram ao atendimento em diversas unidades de saúde nos últimos 3 meses. Entre os primeiros, apenas 1% afirmou que não utilizaram esses serviços e entre os segundos, 11%.

Com relação ao consumo de substâncias psicoativas o perfil do grupo que vive com familiares é relativamente semelhante ao do conjunto da população em situação de rua embora com algumas diferenças nas proporções de usuários. Estima-se que 45% dos acolhidos e 88% dos moradores de rua estão na condição de consumidores, de álcool, drogas ou ambos combinados. Considerando somente o segmento dos os moradores de rua, a proporção dos que atualmente fazem uso dessas substâncias pouco se diferencia em relação à situação anterior, ou seja, antes de passarem para a situação de rua (82%). Por outro lado, entre os acolhidos observa-se que o uso atual de álcool e drogas combinados teve expressiva redução em relação à situação anterior à vida nas ruas (34% antes e 22% atualmente). A

pesquisa não fornece elementos para explicar essa significativa diminuição do consumo atual entre os acolhidos, mas pode-se aventar algumas hipóteses. Eles podem ter omitido o consumo por receio de punição da instituição ou a necessidade de deixar o uso dessas substâncias em função de tratamentos de saúde.

As drogas ilícitas mais utilizadas são o crack, maconha e cocaína, em proporções sempre mais elevadas entre os moradores de rua, comparativamente aos acolhidos (Tabela 5).

Tabela 5 – Consumo de álcool e drogas pelos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares

Indicadores	Acolhidos	Rua
	%	%
Uso de álcool e drogas antes de viver em situação de rua		
Não usava	44,7	17,8
Apenas álcool	12,1	19,4
Apenas drogas	9,5	18,2
Álcool e drogas	33,7	44,7
Uso Atual de álcool e drogas		
Não usa	54,8	12,3
Apenas álcool	12,5	23,8
Apenas drogas	9,7	17,6
Álcool e drogas	23,0	46,3
Tipo de substância		
Usa crack	17,1	38,4
Usa maconha	22,1	39,0
Usa cocaína	18,1	28,5

Cidadania, violência e participação

O tema Cidadania foi abordado nos seguintes aspectos: posse de documentos, o impedimento de acesso a determinados locais, violência sofrida e a participação em movimentos sociais. Os resultados observados para as pessoas que vivem com seus familiares são, de modo geral, semelhantes aos do conjunto da população em situação de rua.

A posse de documentos é fundamental para o exercício da cidadania e para o acesso a diversos serviços. Entre os acolhidos e moradores de rua que vivem com seus familiares a quase totalidade têm ao menos um documento (99% e 79% respectivamente) e é expressiva

a proporção dos que têm os quatro principais documentos (RG, CPF, carteira de trabalho e título de eleitor): 55% e 39%.

Uma das formas mais comuns de discriminação sofrida pelas pessoas em situação de rua é o impedimento de entrar em alguns lugares que são de acesso ao público em geral, tais como restaurantes, bares, bancos, órgãos públicos, meios de transporte, entre outros. Os acolhidos e os moradores de rua vivem essas situações de constrangimento em diferentes proporções: 80% dos primeiros e 60% dos segundos declararam que nunca foram impedidos de entrar em algum lugar.

Os shoppings, restaurantes/bares e meios de transporte coletivo foram os locais mais mencionados, sempre em maior proporção pelos moradores de rua (20%, 25,5% e 13%) do que entre os acolhidos (9%, 9% e 6%). Cabe destacar que o impedimento também ocorreu em órgãos públicos, embora em menores dimensões, conforme Tabela 7.

Tabela 7 - Locais em que pessoas foram impedidas de entrar

Locais	Acolhidos %	Rua %
Shopping,	9,2	19,9
Restaurante/bares	8,9	25,5
Órgãos públicos	6,2	7,2
Serviços de saúde	5,0	1,4
Serviços de assistência social	1,6	2,2
Transporte coletivo (metrô/ônibus/trem)	5,7	12,7
Outro local	1,7	6,5
Nunca foi impedido de entrar em algum destes lugares	80,4	60,0

Um dos aspectos da vulnerabilidade das condições de vida das pessoas em situação de rua se manifesta nas altas taxas de violência por elas sofridas em seu cotidiano. São vários tipos de violência e, em cada um, é elevada a proporção em que ocorre. Como cada pessoa pode ter sofrido vários tipos de violência, as respostas são de múltipla escolha.

Os moradores de rua que vivem com suas famílias são alvo de agressões em proporções mais significativas do que os acolhidos. As maiores taxas são verificadas nos seguintes tipos de

violência: verbal, física e roubo/furto. Mas cabe destacar que a remoção forçada também é expressiva, principalmente entre os que moram nas ruas.

As pessoas que vivem com suas famílias diferem do conjunto da população em situação de rua quanto à violência sofrida?

A tabela 8 inclui as taxas de violência contra a população em situação de rua em seu conjunto, com objetivo de compará-las com as das pessoas com famílias. Observa-se que de modo geral, as taxas são muito elevadas em todos os tipos de violência nos dois conjuntos de população. No entanto, entre os acolhidos que vivem com familiares destacam-se a agressão verbal e o abuso sexual em proporções maiores do que entre os da população em geral. Com relação ao abuso sexual, a taxa bem mais elevada (9,2% no grupo familiar e 4% no total da população) pode ser relacionada à presença expressiva de mulheres entre as pessoas que vivem com familiares.

Com relação aos moradores de rua, cabe destacar que o grupo familiar apresenta taxas mais elevadas em todos os tipos de violência, exceto roubo/furto.

Com relação aos agentes responsáveis pelas agressões destacam-se, em proporções variadas conforme o tipo de violência, a polícia militar e civil, a GCM, transeuntes/pedestres, comerciantes, segurança privada. Cabe destacar a proporção expressiva de menções às agressões praticadas por outros moradores de rua. Com relação a remoção forçada, foram mencionados como principais agressores os agentes da limpeza urbana e cata bagulho.

Tabela 8 – Violência sofrida pelas pessoas que vivem com familiares e pela população em situação de rua em geral

Tipo de violência	Pessoas com familiares		População em geral	
	Acolhidos	Rua	Acolhidos	Rua
	%	%	%	%
Agressão verbal(xingamento, ofensa)	60,1	72,0	55,0	70,0
Roubo/furto	49,8	64,3	59,0	64,0
Agressão física (spancamento, briga)	30,1	58,9	38,0	50,0
Tentativa de homicídio (tiro, facada)	14,1	27,7	16,0	24,0
Abuso sexual	9,2	10,5	4,0	6,0
Remoção forçada	21,4	41,5	25,0	38,0

A participação em movimentos sociais pelas pessoas que ainda mantêm seus vínculos familiares nas ruas/centros de acolhida é relativamente pequena, tal como na população em situação de rua em seu conjunto. Estima-se que 84% dos acolhidos e 87% dos moradores de rua não participam de nenhum movimento. Entre os acolhidos, a participação é relativamente expressiva no Movimento luta por moradia (9,1%) e entre os moradores de rua, no Movimento Nacional de População de Rua (7%).

Tabela 9 – Participação dos acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares em movimentos sociais

Participam	Acolhidos	Rua
	%	%
Movimento Nacional de População de Rua	5,5	7,0
Movimento de catadores	4,7	3,8
Movimento luta por moradia	9,1	6
Movimento LGBT (Lésbicas/gays/bissexual e transexual)	5,4	0,8
Movimento de mulheres	1,7	-
Outro	4,2	2
Não participam de nenhum movimento	84,0	86,8

Percepção sobre saída da rua

O grupo que vive com familiares é, em sua grande maioria, formado por pessoas com idade de 18 a 40 anos. Dado seu caráter relativamente jovem é cabível supor que essas pessoas tenham uma percepção das condições necessárias para que possam sair da situação de rua.

À pergunta sobre qual a principal condição que ajudaria a sair da rua, foi mencionada em maior proporção, o acesso a moradia permanente (77% de acolhidos e 38% de moradores de rua), seguida de emprego fixo (38% e 27%, respectivamente). A superação da dependência de álcool e drogas foi mencionada em menor proporção, mas ainda de forma expressiva pelos moradores de rua (17%). É curioso observar que o retorno à casa da família não se coloca como alternativa para a quase totalidade das pessoas desse grupo.

Tabela 10 – Principais condições que ajudariam os acolhidos e moradores de rua que vivem com familiares a saírem da situação de rua

Condições que ajudariam a sair da rua	Acolhidos	Rua
	%	%
Moradia permanente	47,0	37,5
Emprego Fixo	38,3	26,6
Superação da dependência de álcool e drogas	5,5	17,0
Retornar à casa da família	3,9	5,7

IDOSOS EM SITUAÇÃO DE RUA

O envelhecimento da população brasileira é um fato que tem colocado novas questões para as políticas sociais, especialmente de saúde e assistência. Na situação de rua os idosos têm duplicada sua vulnerabilidade social. Às precárias condições de vida se somam problemas geracionais específicos: necessidade de maior atenção à saúde, dificuldades maiores de acesso a trabalho, ausência de respaldo familiar, que tornam a questão habitacional e de abrigo mais complexas.

No que diz respeito à otimização da rede SMADS, a qualidade do atendimento e da diversificação dos programas em função das características dos diferentes grupos de atendimento é questão central. Sob essa perspectiva, o grupo de idosos coloca problemas específicos, sendo necessária a caracterização desse segmento, para que possam ser pensadas medidas de atenção com maior foco nessa população. Em relação ao grupo dos idosos, a possibilidade de saída dos centros de acolhida é pequena, o que leva SMADS a avaliar a provisão de condições de atendimento compatíveis com essa perspectiva. Por outro lado, os idosos que vivem na rua constituem um grupo altamente vulnerável em função da fragilidade de sua condição o que incita a medidas específicas dirigidas a este segmento.

Para análise da situação dos idosos em situação de rua tomou-se como base a caracterização socioeconômica realizada na etapa 2 da pesquisa enfocando:

- crescimento dos idosos e o atendimento pela rede de assistência.
- perfil demográfico e a trajetória para a rua, procurando identificar algumas características da chegada na rua.

- condições de vida, com suas demandas específicas, especialmente as relacionadas à saúde, deficiências e segurança alimentar, e seu atendimento pela rede de serviços.
- situação em relação à discriminação e violência sofrida pelos idosos na rua e sua participação social em movimentos.
- situação de trabalho, renda e acesso a benefícios e sua implicação para a questão do acolhimento e da moradia.

Crescimento dos idosos em relação à população adulta e atendimento de idosos em situação de rua pela rede de assistência

O crescimento da população idosa tem sido superior ao da população adulta⁵⁸. No período de 2000 a 2015 a taxa média de crescimento dos idosos tanto na cidade de São Paulo (3,2%) como no país (3,3%) superou o da população adulta (Gráfico 4.1).

Gráfico 4.1 - Taxa média de crescimento anual dos idosos e da população adulta - São Paulo, Brasil, 2015/2000 (%)

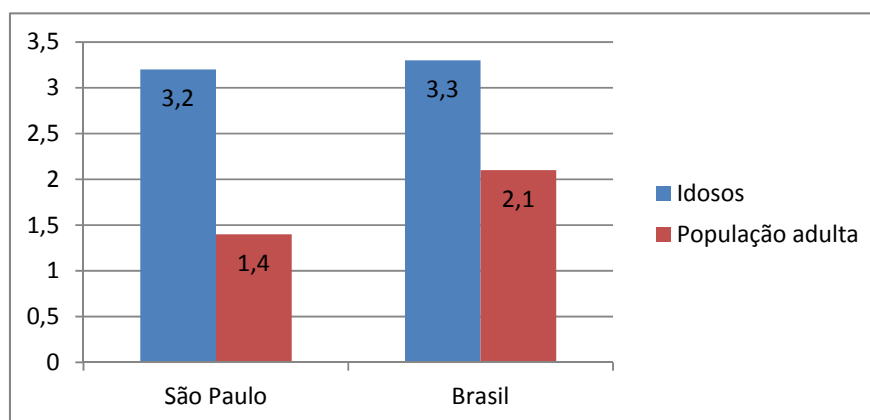


Tabela 4.1- Taxa média de crescimento anual dos idosos e da população adulta São Paulo e Brasil, 2015/2000

	Idosos (*)	População adulta (**)
São Paulo	3,2 %	1,4%
Brasil	3,3%	2,1%

*idosos – população com 60 anos e mais **população adulta – os com 20 anos e mais.

⁵⁸ Utilizou-se a população adulta, com 20 anos e mais, como referência para facilitar as comparações com a população em situação de rua.

Neste período a proporção dos idosos em relação à população adulta passa de 14,2% para 18,5% na cidade de São Paulo e de 14,3% para 17,1% no país.

Gráfico 4.2 - Proporção de idosos em relação à população adulta - São Paulo e Brasil- 2015/2000

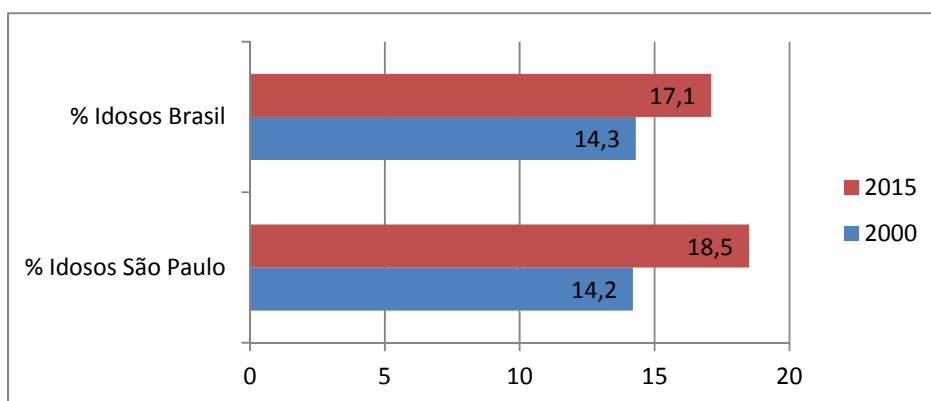


Tabela 4.2 - Proporção de idosos em relação à população adulta - São Paulo e Brasil- 2000/2015

Idosos	2000	2015
São Paulo	14,2%	18,5%
Brasil	14,3%	17,1%

Na população em situação de rua, em 2015, a proporção de idosos no grupo de acolhidos é 17,7%, muito próxima da encontrada na população adulta da cidade de S Paulo (18,5%) e do país (17,1%)⁵⁹. A proporção de idosos entre os que vivem na rua é bem menor (7,1%).

Tabela 4.3 - Proporção de idosos em relação à população adulta - População de Rua, 2015

Idosos	2015
Na rua	7,1%
Acolhidos	17,7%
Total	13,8%

As diferenças de proporção de população idosa nos centros de acolhida e na rua indicam que a rede de proteção está sendo capaz de absorver grande parte dos idosos em situação de rua.

⁵⁹ Os dados disponíveis sobre a distribuição etária da população em situação de rua em 2000 não permitem fazer uma comparação segura com dados de 2015.

Estima-se que em 2015, dos idosos recenseados, aproximadamente 80% estavam em centros de acolhida.

Considerando-se a tendência de crescimento da população idosa, a rede de assistência deverá preparar-se para continuar recebendo novos contingentes desta faixa etária, caso não sejam tomadas medidas preventivas que evitem a ida dos idosos para rua.

Idosos nos centros de acolhida e na rua

Os idosos acolhidos correspondem a 16% do total dos que se encontram abrigados. Pouco mais da metade deles se encontra em serviços destinados especialmente a idosos. Uma parcela significativa (38%) está abrigada nos CAs, que abrigam a população de rua em geral não possuindo, portanto, serviços que possam responder às demandas específicas desse grupo.

Estar nos centros de acolhida não significa não ter passado pela rua. Estima-se que a maior parte dos idosos (69%) já tenha dormido na rua.

O grupo de idosos que vive na rua é menor. Estima-se que eles correspondam a 7% dos moradores de rua. Grande parte já dormiu em centros de acolhida (81%). É importante dizer que há uma demanda nas ruas não absorvida pelas vagas em CA. Estima-se que na semana anterior à pesquisa 18% dos idosos da rua tenham procurado vaga em centros de acolhida e que 11% não tenham sido atendidos.

Tabela 4.4- Idosos na rede e na rua

Variáveis	Acolhidos	Rua
Proporção de idosos	16%	7%
Idosos em CAEs para idosos	53%	-
Idosos em CAs	38%	-
Já dormiu na rua	69%	
Já dormiu em albergue	-	81%
Procurou vaga em CA na semana		18%
Procurou vaga em CA na semana passada e não conseguiu		11%

Perfil demográfico e trajetória para a rua

O perfil demográfico dos idosos acolhidos e dos que estão na rua é muito semelhante.

Eles têm em média 65 anos, sendo que a maioria tem de 60 a 64 anos. Um pequeno grupo tem 70 anos ou mais. São em grande parte não brancos. Os homens são a grande maioria entre os idosos, principalmente entre os que estão na rua. A escolaridade do grupo é mais baixa, especialmente na rua onde se estima que 20% não sabem ler ou escrever.

Em relação à origem a situação dos idosos da rua é muito semelhante à dos acolhidos. Nos dois casos, ainda que a grande maioria seja migrante, a maior parte (90%) vive em São Paulo há mais de 5 anos ou nasceu aqui.

Tabela 4.5- Perfil demográfico de idosos acolhidos e na rua

Variáveis	Acolhidos	Rua
Homens	84%	90%
Mulheres	16%	10%
Idade média	65 anos	64,7 anos
60 a 64 anos	59%	69%
70 anos e mais	13%	8%
Branco	34%	34%
Não brancos	66%	66%
Não sabe ler e escrever	12%	20%
Migrantes	80%	80%
Morando há mais de 5 anos ou nasceu em SP	90%	90%

A situação de moradia anterior à ida para rua permite identificar dois grupos entre os idosos: o primeiro, majoritário, composto pelos que viviam com a família, predominando os que moravam com a família conjugal. O segundo, também significativo, principalmente entre os acolhidos (41%), formado pelos que já não tinham mais a família como referência de moradia, viviam sós ou com outras pessoas, ou seja, estavam teoricamente mais vulneráveis diante de situações de desemprego e problemas de saúde.

Atualmente a grande maioria dos idosos vive só, em proporção maior do que a encontrada em outras faixas etárias, tanto na rua como nos centros de acolhida. Isto significa que não mantiveram ou refizeram laços de convivência permanente com a família.

Surpreende a idade média dos idosos quando foram para rua: 57,9 anos entre os acolhidos sendo que metade deles com 60 anos e mais. Isto indica que a presença de idosos na rua não se deve apenas ao envelhecimento dessas pessoas na rua, mas também a processos que estão levando para rua pessoas em idade avançada. Entre os que vivem na rua a idade média com que chegaram nessa situação é um pouco mais baixa, 54,6 anos. Mas é também significativa a proporção dos que foram para rua com 60 anos e mais (38%).

A análise do tempo de rua permite distinguir dois grupos de idosos: um que está envelhecendo na rua (que tem cinco ou mais anos de rua) e outro que está chegando recentemente (que tem até 2 anos na rua). Entre os idosos de rua é mais expressivo o primeiro grupo: mais da metade (57%) tem 5 anos ou mais de rua. Estes dados indicam a existência de um grupo em uma situação crônica da qual dificilmente sairão. O outro grupo, dos idosos que recém-chegados à rua, tem mais peso entre os acolhidos. Quase a metade dos idosos acolhidos (43%) tem até 2 anos de rua. Por hipótese, a rede de acolhida estaria conseguindo incluir nos serviços parte significativa dos idosos que estão chegando à rua.

Tabela 4.6- Trajetória para rua de idosos acolhidos e na rua

Variáveis	Acolhidos	Rua
Antes da rua morava com familiares	59%	70%
Antes da rua morava só ou com pessoas s/ parentesco	41%	30%
Atualmente vive só	89%	91%
Foi diretamente para rua	54%	68%
Não foi diretamente para rua	46%	32%
Idade média de ida para rua	57,9 anos	54,6 anos
Ida para rua com 50 anos e mais	82%	78%
Ida para rua com 60 anos e mais	49%	38%
Tempo médio em situação de rua	5,7 anos	7,8 anos
Até 2anos na rua	43%	27%
Mais de 5 anos na rua	36%	57%

Condições de vida e atendimento pela rede de serviços

A pesquisa socioeconômica forneceu algumas informações sobre os idosos, que são importantes para caracterizar as condições de vida do grupo e identificar possíveis áreas de atuação.

De modo geral, a qualidade de vida dos idosos de rua é inferior quando comparada à dos acolhidos, em decorrência das características da vida na rua, onde as condições de sobrevivência são muito mais precárias, violentas e desafiadoras. Além disto, o acesso a serviços e benefícios para os que estão na rua é muito mais restrito e lento.

Segurança Alimentar

Na avaliação das condições de vida a alimentação aparece em primeiro lugar. A obtenção de alimentos pelos idosos se apresenta bastante diferente quando se compara os de rua e os acolhidos. Os serviços aparecem como a fonte principal de alimentação para grande maioria dos acolhidos (90%), o que deve, a princípio, garantir melhor qualidade da alimentação. Apenas 23% se alimentam com doações, sendo esta a principal fonte de alimentação entre os moradores de rua (81%) ainda que os serviços tenham também papel importante (62%). Deve-se observar que na rua, 20% dos idosos se alimentam com produtos que coletam ou catam.

Tabela 4.7- Segurança alimentar - idosos acolhidos e na rua

Segurança alimentar	Acolhidos	Rua
Consegue alimentação nos serviços	90%	62%
Recebe por doação alimentos que consome	23%	81%
Compra os alimentos	37%	43%
Coleta, cata	2%	21%

Saúde

Seria necessário um estudo específico para conhecer adequadamente as condições de saúde dos idosos. No entanto, algumas informações levantadas na pesquisa apontam aspectos importantes para uma caracterização inicial. Os problemas de saúde declarados pelos idosos

são maiores dos que os encontrados no conjunto. Estima-se que a maioria apresente duas ou mais doenças, considerando o que foi mencionado pelos entrevistados.

Os principais problemas de saúde identificados foram: hipertensão arterial, dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna), problemas provocados por acidentes (atropelamento, queda etc.) e depressão/ “doença dos nervos”. Excetuando-se a hipertensão, os 3 principais problemas coincidem com os mais frequentes do conjunto da população em situação de rua, ainda que no grupo dos idosos as proporções destas doenças sejam mais altas. Chamam a atenção algumas doenças que aparecem de forma mais expressiva na rua do que entre os acolhidos como: problemas de saúde bucal, doença cardíaca, respiratória, doenças de pele e tuberculose.

O atendimento da população de rua pela rede pública de saúde, especialmente a atenção básica, dá sinais de ter crescido nos últimos anos, o que foi verificado também no grupo de idosos. Constata-se, no entanto, que o atendimento dos idosos acolhidos ocorre com maior frequência do que dos idosos da rua. Nos últimos seis meses recorreram ao serviço de saúde 88% dos idosos acolhidos e 61% dos da rua. Em relação ao Consultório na Rua estima-se que a situação seja um pouco diferente. Foram atendidos por suas equipes 19% dos idosos da rua e 9% dos acolhidos.

Tabela 4.8 - Saúde - idosos acolhidos e na rua

Variáveis	Acolhidos	Rua
Portador de 2 ou mais agravos saúde	62%	71%
Hipertensão arterial (pressão alta)	46%	39%
Dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna)	36%	36%
Problemas provocados por acidentes (atropelamento, queda)	30%	36%
Depressão/ Doença dos nervos	29%	28%
Procurou serviço de saúde nos últimos 6 meses	88%	61%
Procurou UBS/Posto de Saúde	74%	57%
Foi atendido pelo Consultório na Rua	9%	19%

Deficiências

Estima-se que entre os idosos a proporção de pessoas com alguma deficiência grave (visual, auditiva ou motora) seja superior à encontrada no conjunto da população em situação e rua, sendo a deficiência motora a mais expressiva.

Entre os idosos acolhidos 25% possuem alguma deficiência. Este grupo frequenta tanto os Centros de acolhida como os Centros de acolhida especiais, ou seja, parte dele pode não dispor de atendimento específico em função das deficiências, especialmente as motoras. Os idosos deficientes correspondem a 22% do total de deficientes acolhidos.

A proporção de deficientes entre os idosos encontrados na rua é menor (14%). Eles correspondem a 12% do total de deficientes encontrados nas ruas.

Uso de álcool e drogas

O uso de substâncias psicoativas entre os idosos é bem menor do que em outras faixas etárias da população em situação de rua, ainda que existam diferenças entre os idosos da rua e acolhidos. Estima-se que, entre os idosos acolhidos, praticamente não haja uso de drogas ilícitas e que o consumo de álcool (35%) seja menor do que o encontrado no conjunto dos acolhidos. No entanto, dados referentes ao período anterior à ida para a rua revelam uma proporção significativa de ex-usuários de álcool e/ou drogas.

Na rua, a proporção de uso de substâncias é bem maior. De qualquer forma o uso pelos idosos é bem inferior ao das outras faixas etárias. Entre os idosos de rua predomina o uso do álcool (62%). Estima-se que 10% utilizem drogas ilícitas, especialmente o crack.

Tabela 4.9 - Uso de álcool e drogas - idosos acolhidos e na rua

Uso de álcool e drogas	Acolhidos	Rua
Uso de substância psicoativa	37%	68%
Uso de álcool	35%	62%
Uso de drogas ilícitas	3%	10%
Uso de crack	1%	8%
Uso de álcool e/ou drogas antes de ir para rua	62%	70%

Internação em instituições

Os idosos em situação de rua não possuem um histórico institucional relevante. Estima-se que a proporção dos que passaram por instituições de internação seja de 29%, o que contrasta com o que ocorre em outras faixas etárias da população de rua.

Tabela 4.10 - Histórico institucional - idosos acolhidos e na rua

Histórico institucional	Acolhidos	Rua
Internação em alguma instituição	29%	29%
Sistema prisional	10%	13%
Instituição psiquiátrica	12%	11%
Clinicas de recuperação de álcool/drogas	10%	12%

Discriminação e violência e participação social

A discriminação sofrida pelas pessoas em situação de rua ocorre também em relação aos idosos, ainda que em proporção menor do que nas outras faixas etárias. Esta discriminação afeta principalmente os que estão na rua. Estima-se que 23% deles tenham sido impedidos de entrar em lugares públicos. Entre os acolhidos a proporção foi 10%.

Os idosos da rua estão também muito mais expostos a situações de violência, em função das condições de vida que enfrentam. Os índices são sempre maiores do que o encontrado entre os acolhidos. Entre as formas mais frequentes de violência contra os idosos destaca-se o roubo/furto (71%). Os agressores são principalmente os próprios moradores de rua que são apontados como os responsáveis em 91% desses casos.

Outras formas de agressão sofridas são: agressão verbal, agressão física e remoção forçada. Como agentes agressores aparecem, além de outros moradores de rua, os transeuntes, a polícia civil e militar e a GCM.

Tabela 4.11 - Discriminação e violência - idosos acolhidos e na rua

Discriminação e violência	Acolhidos	Rua
Foi impedido de encontrar em algum local público	10%	23%
Sofreu roubo/furto	57%	71%
Agressão verbal	47%	60%
Agressão física	27%	29%
Remoção forçada	12%	27%

Participação em movimentos sociais

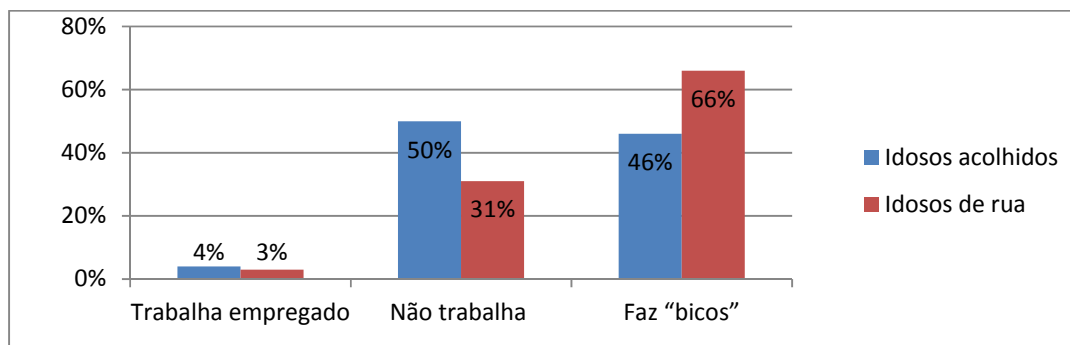
A participação dos idosos em movimentos sociais é pouco expressiva principalmente na rua (14% entre acolhidos e 6% na rua). Entre os acolhidos um pequeno grupo participa do Movimento Nacional da População de Rua (6%) e do Movimento de Luta por Moradia (6%).

Trabalho, renda, benefícios e moradia

Antes de ir para a rua a maioria dos idosos, tanto os de rua como os acolhidos, tiveram emprego registrado, geralmente em atividades não especializadas na área da construção civil, serviço de limpeza, zeladoria e vigilância.

Atualmente são muito poucos os idosos empregados. Os demais fazem trabalhos eventuais (bicos) ou não trabalham. Há diferenças entre acolhidos e os que estão na rua. Entre os acolhidos a metade dos idosos não trabalha, sendo que parte destes são aposentados ou recebem BPC. Na rua predominam os que fazem trabalho eventual (bicos).

Gráfico 4.3 - Situação de trabalho atual – idosos acolhidos e de rua



As atividades eventuais desempenhadas pelos idosos de rua são muito próximas das realizadas pelo conjunto dos que vivem na rua, predominando a coleta de recicláveis, seguida da guarda de carros. Entre os acolhidos, as atividades predominantes para os que fazem bico são a distribuição de panfletos e o comércio ambulante.

A prática da mendicância é desenvolvida por 22% dos idosos da rua e não tem expressão entre os acolhidos. Estima-se que o rendimento monetário dos idosos advindo do trabalho eventual, segundo as informações dos entrevistados, seja menor na rua do que entre os acolhidos.

O maior rendimento obtido pelos idosos acolhidos parece ser o proveniente dos benefícios. Deve-se ressaltar que nesse grupo, os acolhidos recebem benefícios em maior proporção: 26% recebem aposentadoria, 16% BPC e 44% bolsa família/renda cidadã. Cerca de 20% não recebem nenhum deles.

Os aposentados e os que recebem BPC têm uma renda de pelo menos um salário mínimo, tendo em vista o valor dos benefícios. Eles correspondem a aproximadamente 40% do total dos idosos. Cabe dizer que há um grupo com 65 anos e mais que não está recebendo nenhum tipo de benefício e que poderia ser acrescido a este por ter direito ao BPC em função da idade.

Ainda que os cálculos sejam hipotéticos, somando-se este grupo aos que já possuem aposentadoria e BPC, o montante de idosos com renda de um salário mínimo seria, pelo menos, correspondente a mais da metade (52%) dos idosos acolhidos.

Uma questão que se coloca diante desta situação é: até que ponto seria possível pensar em soluções alternativas de moradia subsidiada para este grupo, que possui uma renda básica que não depende das oscilações do emprego e cujas possibilidades de retornar ao mercado de trabalho de forma regular, são muito reduzidas. Alternativas possíveis de moradia poderiam ser condomínios com acomodações mais privativas, com formas de gerenciamento diferentes das tradicionais existentes nos centros de acolhida.

A possibilidade de ter uma moradia permanente é a maior aspiração de mais da metade dos idosos (52%) para sair da rua. Esta perspectiva é muito mais forte neste grupo do que no

conjunto dos acolhidos (37%). Além disto, muito poucos veem o retorno à família como alternativa de saída da rua (3%) o que parece indicar que, para a maioria, não há expectativa de refazer os laços familiares. Deve-se ressaltar que a possibilidade de ter acesso a benefícios é indicada como condição importante para sair da rua por 16% dos idosos acolhidos. Em relação aos da rua verifica-se que o acesso aos benefícios é bem menor. Apenas 7% recebem aposentadoria, 5% BPC e 24% bolsa família. A grande maioria (65%) não recebe nenhum tipo de benefício.

Os dados apresentados apontam para a necessidade de ampliação da cobertura de benefícios (bolsa família, BPC) para os idosos que estão na rua e não estão sendo atingidos. Este grupo se encontra em situação de grande vulnerabilidade o que o torna um grupo prioritário para o atendimento. Deve-se observar que, com relação à pergunta sobre o que mais os ajudaria a sair da rua, os idosos da rua destacaram o acesso a benefícios (27%), percentual superior ao encontrado para o conjunto dos moradores de rua (6%) e também para os idosos acolhidos (16%).

O acesso a benefícios como o BPC criaria condições mais favoráveis para melhoria das condições de vida deste grupo, inclusive para possibilidades de abrigo e moradias alternativas.

Tabela 4.12 - Trabalho, renda e benefícios - idosos acolhidos e na rua

Trabalho e renda	Acolhidos	Rua
Trabalhou com registro antes de ir para rua	69%	57%
Trabalho atual		
Trabalha empregado	4%	3%
Não trabalha	50%	31%
Faz “bicos”	46%	66%
Coleta de recicláveis	9%	50%
Lava/guarda carros	2%	17%
Distribuição de panfletos	12%	9%
Comercio ambulante (doces, água, etc)	10%	8%
Mendicância	3%	22%
Ganho médio estimado no dia com “bicos”	R\$25,00	R\$16,53
Benefícios		
Recebe Bolsa família	44%	24%
Recebe aposentadoria	26%	7%
Recebe BPC	16%	5%
Recebe aposentadoria ou BPC	40%	12%
Têm 65 anos ou mais e não recebe BPC ou aposentadoria	12%	19%
Não recebe nenhum benefício	20%	65%
O que mais o ajudaria a sair da rua		
Ter uma moradia permanente	50%	36%
Receber benefício (BPC, aposentadoria, etc)	17%	27%

2. GRUPOS COMPLEMENTARES

2.1 EGRESSOS DO SISTEMA CARCERÁRIO

Em 2010, a caracterização socioeconômica dos moradores de rua da área central da cidade mostrou que 27% haviam passado pelo sistema prisional. Esta situação era mais intensa entre os jovens. Na faixa de 18 a 30 anos o percentual subia para 37%. Em 2015, considerando a mesma área central da pesquisa, estima-se que tenha havido um grande aumento na proporção de egressos, que em cinco anos passa de 27% para 40%. Entre os jovens de 18 a

30 anos a proporção passa de 37% para 46%. Na faixa etária subsequente – 31 a 40 anos os egressos correspondem a mais da metade (55%).

Estas diferenças apontam para a necessidade de examinar nos dois grupos – rua e acolhidos - as características dos egressos, com o objetivo de saber as diferenças que guardam em relação aos que não passaram pelo sistema prisional.

Em termos demográficos (Tabela 1.1) nota-se que há mais egressos nascidos na cidade e no estado de São Paulo do que não egressos. Além disso, não há diferenças relevantes entre esses dois grupos quanto a cor, sexo e escolaridade. Os egressos, em geral, são mais jovens do que os não egressos, cerca de 5 anos em média (Tabela 1.2).

Tabela 1.1 - Variáveis demográficas para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções

Variáveis	Acolhido		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Paulistano	38%	22%	34%	26%
Paulista	62%	41%	60%	43%
Homens	92%	86%	90%	87%
Não Brancos	70%	69%	72%	74%
Sabe ler e escrever	91%	94%	91%	89%
Fundamental de 1ª a 4ª Série Incompleto (Primário)	15%	11%	13%	15%
Fundamental de 1ª a 4ª Série Completo (Primário)	10%	12%	15%	11%
Fundamental de 5ª a 8ª Série Incompleto (Ginásio)	25%	22%	26%	20%
Fundamental de 5ª a 8ª Série Completo (Ginásio)	19%	15%	15%	17%
Médio Incompleto (Colegial)	9%	9%	10%	12%
Médio Completo (Colegial)	22%	17%	14%	18%
Superior (completo ou incompleto)	5%	9%	7%	7%
Vive só	81%	80%	68%	70%
Vive com cônjuge ou filho	12%	11%	16%	14%

Tabela 1.2 - Estimativas de medidas descritivas para a idade para egressos e não egressos do sistema carcerário

Medidas descritivas	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não egresso	Egresso	Não egresso
Média	39,7	44,6	38,1	42,8
Primeiro quartil	31,0	33,0	32	33
Mediana	39,0	45,0	37,0	42,0
Terceiro quartil	47,0	56,0	44,0	51,0

Nos centros de acolhida, há evidências de que os egressos estão há mais tempo em situação de rua do que os não egressos; na rua a diferença é pequena. (Tabela 1.3)

Tabela 1.3 - Estimativas de medidas descritivas para o tempo de rua para egressos e não egressos do sistema carcerário

Medidas descritivas	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não egresso	Egresso	Não egresso
Média	6,2	4,7	6,2	5,7
Primeiro quartil	0,6	0,4	1,0	0,8
Mediana	3,0	2,0	3,0	3,5
Terceiro quartil	8,0	6,0	9,0	8,0

A posse de documentos entre egressos e não egressos revela que, tanto entre os acolhidos como os de rua, a proporção dos que possuem um ou mais dos documentos mencionados é sempre maior entre os não egressos (Tabela 1.4) .

Tabela 1.4–Posse de documentos pelos egressos e não egressos do sistema carcerário

Documentos	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Possui algum documento	95%	99%	76%	82%
Possui RG, CPF, Tít.Eleitor e C.Trabalho	53%	68%	28%	39%
Possui RG, ou CPF ou Tít. Eleitor ou C. Trab	93%	98%	71%	78%
Título de Eleitor	59%	79%	32%	48%
Possui RG e CPF e C.de Trabalho	74%	75%	37%	45%

Em relação ao trabalho, os egressos praticam mais atividades marginalizadas (tráfico, prostituição, roubo) e mendicância do que os não egressos, especialmente os que vivem na rua, onde as condições são mais precárias. Nos centros de acolhida, entre os egressos, é maior

a proporção dos que possuem emprego formal ou informal do que entre os não egressos. (Tabela 1.5).

Tabela 1.5 - Variáveis relacionadas com trabalho e emprego para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções

Variáveis	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Trabalha em emprego formal ou informal	26%	15%	5%	4%
Exerce atividade com contratantes	66%	62%	36%	37%
Exerce atividades marginalizadas	7%	3%	14%	6%
Prostituição/Programa	2%	2%	2%	3%
Mendicância	9%	7%	34%	28%
Venda de drogas	2%	1%	6%	1%
Roubo/assalto	4%	1%	10%	2%
Recebe algum benefício	57%	61%	25%	31%
Recebe BCP ou Bolsa Família	53%	53%	21%	27%

Em relação às condições de saúde não há diferença relevante entre egressos e não egressos, considerando o número declarado de doenças (Tabela 1.6)

Tabela 1.6 - Estimativas de medidas descritivas para o número declarado de doenças para egressos e não egressos do sistema carcerário

Medidas descritivas	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não egresso	Egresso	Não egresso
Média	2,2	2,1	2,4	2,2
1ºquartil	1,0	1,0	1,0	0,0
Mediana	2,0	2,0	2,0	2,0
3ºquartil	3,0	3,0	4,0	4,0

Em termos do uso constante de preservativos nas ruas, há evidências de que os egressos se colocam mais em risco do que os não egressos (Tabela 1.7).

Tabela 1.7- Variáveis relacionadas ao uso de preservativo pelos egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções

Usa preservativo (*)	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Sempre	55%	60%	43%	53%
Às vezes	25%	21%	26%	23%
Não usa	21%	20%	31%	24%

*Apenas para os que afirmaram praticar sexo

O uso de drogas, de um modo geral, é maior nas ruas e, mais intenso entre os egressos. Estima-se que metade dos egressos da rua usa crack, 44% maconha e 30% cocaína. Deve-se considerar que o uso de drogas antecede a ida para rua, aparecendo em maior proporção, quando comparado com o uso atual. Ainda que não haja dados para afirmar que a passagem pelo sistema carcerário tenha relação com o uso de drogas é possível notar que a grande maioria dos egressos (75%), tanto acolhidos como de rua, já utilizavam drogas ilícitas antes de ir para rua, em proporção bem maior do que a encontrada entre os não egressos (Tabela 1.8).

Tabela 1.8 - Variáveis relacionadas ao consumo de drogas para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções

Uso de droga e álcool	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Usa álcool	50%	42%	72%	69%
Usa drogas	50%	20%	69%	42%
Usa crack	21%	9%	50%	24%
Usa maconha	34%	13%	44%	26%
Usa cocaína	19%	8%	30%	15%
Usava drogas ilícitas antes de ir para rua	75%	38%	75%	38%

A discriminação e violência sofrida pelos egressos, tanto acolhidos como de rua, é maior do que entre os não egressos, nas mais diversas formas de agressão: verbal, física, tentativa de homicídio e remoção (Tabela 1.9).

Tabela 1.9 - Variáveis relacionadas à violência para egressos e não egressos do sistema carcerário, estimativas de proporções

Tipo de violência	Acolhidos		Rua	
	Egresso	Não Egresso	Egresso	Não Egresso
Xingamento, ofensa, humilhação	66%	51%	79%	64%
Agressão física	53%	34%	63%	42%
Tiro/facada/ queimadura, etc.	29%	11%	34%	17%
Abuso/violência sexual	5%	4%	7%	1%
Roubo/furtos	62%	58%	65%	67%
Remoção forçada de onde estava	35%	21%	46%	32%

2.2 LGBT

A partir dos dados da pesquisa amostral, estima-se, com 95% de confiança, que entre 5,3% e 8,9% da população em situação de rua pertençam à comunidade LGBT; nos centros de acolhida estima-se entre 4,5% e 10,1% e nas ruas, entre 5,4% e 9,0%. Na amostra, apenas 106 pessoas se identificaram como não sendo heterossexual (51 entre os acolhidos e 55 na rua). Esse pequeno número proíbe uma análise mais profunda e conclusiva desse grupo. Apesar disso, foi feita uma tentativa de caracterizar essas pessoas, comparando o seu perfil com o perfil daqueles que se declaram heterossexuais. Tal comparação deve ser tratada com cuidado, e as conclusões aqui elencadas devem ser vistas como a identificação de indícios que precisam e podem ser confirmados em pesquisas específicas com esse grupo de pessoas. Nesses termos, destacaremos variáveis que parecem ter um comportamento diferente ao se comparar a população LGTB com a heterossexual.

A partir da expansão dos resultados amostrais para a população, há indícios de que os membros da população LGBT tendam a ser mais jovens (Tabela 2.1) e a viver menos sós do que a população de rua heterossexual (Tabela 2.2). Nas ruas, a proporção de homens (sexo biológico masculino) entre o grupo LGTB parece ser menor do que a proporção de homens entre os heterossexuais, fato que não se verifica nos centros de acolhida (Tabela 2.2).

Tabela 2.1 - Estimativas de medidas descritivas da idade dos grupos LGBT e heterossexual

Idade	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Média	36,1	43,7	33,1	41,5	34,8	42,8
1º quartil	26,0	33,0	26,0	33,0	26,0	33,0
Mediana	35,0	43,0	32,0	40,0	34,0	42,0
3º quartil	43,0	54,0	38,0	49,0	40,0	52,0

Tabela 2.2 -Variáveis demográficas, estimativas de proporções para os grupos LGBT e heterossexual

Variável	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Paulistano	21%	27%	33%	28%	26%	27%
Paulista	43%	48%	60%	49%	50%	48%
Homens	89%	87%	77%	89%	84%	88%
Não Brancos	67%	70%	74%	73%	70%	71%
Sabe ler e escrever	95%	93%	89%	90%	93%	92%
Fund. 1ª a 4ª Série Incompleto	7%	13%	17%	14%	11%	13%
Fund. 1ª a 4ª Série Completo	6%	12%	15%	12%	10%	12%
Fund. 5ª a 8ª Série Incompleto	10%	24%	18%	22%	13%	23%
Fund. 5ª a 8ª Série Completo	14%	16%	11%	17%	13%	16%
Médio Incompleto (Colegial)	15%	9%	16%	11%	16%	10%
Médio Completo(Colegial)	35%	20%	14%	17%	26%	18%
Superior Incompleto	8%	4%	3%	4%	6%	4%
Superior Completo	5%	3%	6%	4%	5%	4%
Superior (completo ou incompleto)	13%	7%	9%	7%	12%	7%
Vive só	64%	82%	53%	70%	59%	77%
Vive com cônjuge ou filho	11%	11%	16%	15%	14%	13%

O tempo de rua da população LGTB abrigada tende a ser menor do que da população heterossexual (Tabela 2.3).

Tabela 2.3 - Estimativas de medidas descritivas para tempo de rua dos grupos LGBT e heterossexual

Medidas descritivas	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Média	3,8	5,2	5,9	6,0	4,7	5,5
1º quartil	0,5	0,5	0,7	1,0		
Mediana	1,0	2,0	5,0	4,0	2,0	3,0
3º quartil	4,0	7,0	8,0	8,0		

Em vários aspectos a população LGTB parece viver numa situação mais precária do que a heterossexual: há mais pessoas da população LGTB exercendo a mendicância e atividades marginalizadas (prostituição, venda de drogas e roubos).

No entanto, em relação a benefícios, nos centros de acolhida a população LGBT tem mais acesso do que os heterossexuais (Tabela 2.4).

Tabela 2.4 - Variáveis relacionadas com trabalho e emprego, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções

Variáveis	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Possui algum documento	98%	98%	82%	79%	91%	90%
Possui RG, CPF, TE e CT	75%	63%	30%	35%	.56	.51
Possui RG ou CPF ou TE ou CT	98%	96%	80%	75%	.90	.88
Tem emprego formal ou informal	19%	18%	9%	4%	15%	13%
Exerce atividade com contratantes	57%	64%	28%	37%	44%	52%
Exerce atividades marginalizadas	26%	3%	28%	7%	27%	5%
Medicância	17%	7%	39%	29%	26%	16%
Prostituição/Programa	20%	1%	20%	2%	20%	1%
Venda de drogas	9%	1%	4%	3%	7%	2%
Roubo/assalto	4%	2%	11%	5%	7%	3%
Recebe algum benefício	73%	59%	31%	29%	55%	46%
Recebe BPC ou Bolsa Família	69%	52%	25%	25%	50%	40%

As condições de saúde são mais precárias no grupo LGBT. O número de doenças que os afetam é maior do que entre os heterossexuais e há indícios de que seja maior a proporção de portadores de HIV e tuberculose (Tabela 2.5).

Tabela 2.5 - Estimativas de medidas descritivas do número declarado de doenças nos grupos LGBT e heterossexual

Medidas descritivas	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Média	3,2	2,1	3,6	2,2	3,4	2,2
1º quartil	1,0	1,0	2,0	1,0	1,0	1,0
Mediana	3,0	2,0	3,0	2,0	3,0	2,0
3º quartil	5,0	3,0	5,0	4,0	5,0	3,0

No entanto, o grupo LGBT procurou os serviços de saúde recentemente (nos últimos meses) em maior proporção do que o grupo heterossexual (Tabela 2.6)

Tabela 2.6 - Variáveis relacionadas com atendimento de saúde, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções

Variável	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Não procura serviço de saúde quando está doente	1%	5%	11%	17%	5%	10%
Procurou serviço de saúde nos últimos 3 meses	96%	80%	72%	58%	86%	71%
Atendido por Consultório na rua	15%	10%	14%	12%	15%	10%

Apesar de parte do grupo LGBT ser considerado um grupo de risco, o uso de preservativo nas relações sexuais é irregular, especialmente na rua (Tabela 2.7).

Tabela 2.7 - Uso de preservativo pelos grupos LGBT e heterossexual - estimativas de proporções

Usa preservativo	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Sempre	50%	59%	37%	50%	44%	55%
Às vezes	35%	21%	32%	24%	33%	22%
Não usa	15%	20%	32%	26%	22%	23%

Especialmente nas ruas, a incidência de uso de drogas na população LGBT se apresenta maior do que na população heterossexual (Tabela 2.8).

Tabela 2.8 - Variáveis relacionadas ao consumo de drogas, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções

Variável	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Usa álcool	44%	45%	77%	70%	58%	55%
Consome drogas	32%	28%	82%	51%	53%	38%
Usa crack	11%	12%	54%	33%	29%	21%
Usa maconha	19%	19%	57%	32%	35%	24%
Usa cocaína	16%	10%	27%	21%	21%	15%

Em relação ao histórico institucional observa-se que, no grupo LGBT que vive na rua, há uma maior incidência de pessoas que passaram por instituições, especialmente pelo sistema penitenciário (Tabela 2.9).

De um modo geral, tanto entre os acolhidos como entre os moradores de rua, a população LGBT parece sofrer mais agressões do que a heterossexual (Tabela 2.9).

Tabela 2.9 - Institucionalização e direitos humanos, para os grupos LGBT e heterossexual, estimativas de proporções

Institucionalização e violência sofrida	Acolhidos		Rua		Total	
	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero	LGBT	Hetero
Passou por alguma instituição	53%	54%	82%	63%	66%	57%
Passou pelo sistema prisional	18%	29%	54%	39%	34%	33%
Foi barrado em lugares públicos	41%	24%	54%	39%	46%	30%
Sofreu agressão verbal	76%	54%	79%	70%	77%	60%
Sofreu agressão física	55%	36%	69%	49%	61%	42%
Sofreu tentativa de homicídio	17%	16%	42%	23%	28%	19%
Sofreu abuso/violência sexual	26%	3%	23%	4%	25%	3%
Roubo/furtos	79%	58%	69%	66%	75%	62%
Remoção forçada	23%	25%	54%	37%	36%	30%

Os dados apresentados sobre os egressos e o grupo LGBT fornecem algumas indicações sobre as características e vulnerabilidades destes grupos que compõem a população em situação de rua, que precisam ser levadas em conta na formulação das políticas sociais. No entanto, para conhecer melhor as características destes grupos, seria necessário desenvolver uma pesquisa específica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pela Fipe torna disponível um volumoso conjunto de informações sobre as condições em que vivem as pessoas em situação de rua, nos centros de acolhida e nas ruas. Foram investigados múltiplos aspectos da reprodução da vida cotidiana dessas pessoas, atualizando dados já obtidos em outros levantamentos, avançando no entendimento de aspectos já investigados e, até mesmo, explorando algumas novas dimensões.

Findo o trabalho, é possível descrever com nitidez as condições de saúde da população em situação de rua, suas condições de trabalho e geração de renda, o uso de álcool e droga, tempo de rua, a condição dos idosos, das famílias e outras importantes questões. O avanço, certamente, não significa que o esforço de conhecimento e compreensão da dinâmica das ruas não deva prosseguir. Ao contrário, o melhor conhecimento da população coloca questões até então não identificadas e mostra a necessidade de se ter respostas mais claras e precisas sobre aspectos já conhecidos.

A população de pessoas em situação de rua vem crescendo continuamente, em números absolutos. Sabe-se, também, que a taxa anual de crescimento dessa população supera a taxa anual de crescimento da população da cidade de São Paulo. Em termos relativos, vem aumentando continuamente a participação das pessoas em situação de rua na cidade. Por quê?

Identificar os determinantes do crescimento da população estava certamente fora do escopo do trabalho da Fipe. A descrição das características da população, seu perfil socioeconômico, possibilita formular algumas hipóteses, mas não permite que se possa trabalhar para

corroborá-las, ou não. Procurar identificar os fatores associados à chegada às ruas exige procedimentos de pesquisa específicos junto, inclusive, a grupos também vulneráveis que não se encontram nas ruas. Conhecer esses fatores contribui, em muito, para formular políticas para essa população, mais eficazes e eficientes. Permite, ademais, analisar e formular políticas de prevenção para os demais grupos vulneráveis.

O conhecimento acumulado pela Fipe sobre as condições da população em situação de rua, acrescido dos levantamentos agora realizados, subsidia, entretanto, a discussão de políticas para saída das ruas e, para minorar o sofrimento de quem nelas vive. Nesta perspectiva, é possível, após o trabalho, reafirmar a necessidade de que duas condições sejam atendidas: moradia e renda. Há já, entre pesquisadores e formuladores de políticas públicas para essa população⁶⁰, consenso de que a moradia é a primeira condição para que as demais políticas de atenção operem satisfatoriamente. Também é reconhecida a necessidade de geração de renda monetária, para a obtenção e manutenção de autonomia.

Os dados levantados pela Fipe permitem colocar as duas questões, da moradia e renda, levando em conta a diversidade de condições das pessoas em situação de rua. A diversidade se expressa em grupos com graus diferenciados de autonomia, que demandam diversidade de encaminhamento das soluções para cada um deles.

Ou seja, permitem concluir que as soluções devem contemplar graus diferenciados de autonomia, ao menos no instante em que são examinadas. O reconhecimento das diferentes condições de autonomia não significa que as menos satisfatórias não possam ser melhoradas. Para tal é necessário, primeiramente, reconhecê-las.

As condições de moradia e renda, certamente, não esgotam o conjunto de fatores a serem contemplados pelas políticas públicas. Saúde, segurança alimentar, cidadania, entre outros aspectos também são reconhecidamente relevantes. Mais ainda, são interdependentes, criando sinergismo entre as várias ações.

⁶⁰ Notadamente nos países da União Europeia.

O comentário final reafirma a já reconhecida natureza multidimensional da situação de rua. A contrapartida é a necessidade de atuação conjunta de diferentes políticas de atenção que, na estrutura atual de divisão de atribuições e competências na esfera municipal, exige a atuação das várias secretarias que têm na população em situação de rua uma das suas responsabilidades. Para isso, a expectativa da Fipe é que o trabalho realizado possa servir de subsídios a todas elas.

ANEXOS

ANEXO I: NÚMERO DE ACOLHIDOS E MORADORES DE RUA, POR DISTRITO MUNICIPAL DA CIDADE DE SÃO PAULO, 2010, 2015

Tabela 1 - Número de moradores de rua, por distrito municipal, 2010, 2015

Distritos	2010	2015
Sé	1.195	1.311
Santa Cecília	309	1.019
República	1.570	718
Brás	249	339
Santana	194	239
Bela Vista	138	206
Mooca	135	175
Bom Retiro	165	172
Tatuapé	105	169
Consolação	175	165
Liberdade	128	160
Jabaquara	67	140
Vila Leopoldina	149	134
Santo Amaro	110	127
Barra Funda	88	120
Cambuci	53	112
Belém	101	102
Jardim Paulista	82	99
Lapa	68	97
Ipiranga	104	92
Freguesia do Ó	16	80
Cidade Dutra	21	79
Vila Maria	54	79
Vila Mariana	95	77
Campo Belo	70	69
São Mateus	36	60
Jaçanã	23	59
São Miguel	32	57
Pinheiros	106	54

Distritos	2010	2015
Itaim Bibi	25	50
Pari	111	50
Itaim Paulista	17	47
Penha	41	46
Moema	72	44
Vila Prudente	40	44
Butantã	10	36
Vila Curuçá	46	34
Sapopemba	20	32
Guaianases	5	29
Perdizes	37	29
Jaguara	10	27
Mandaqui	7	26
Saúde	45	25
Carrão	46	24
Cidade Tiradentes	4	24
Campo Limpo	15	23
Limão	21	23
Vila Guilherme	20	23
Casa Verde	19	22
Brasilândia	8	19
São Domingos	4	19
Vila Medeiros	8	19
Artur Alvim	9	18
Itaquera	20	18
Vila Formosa	11	17
Aricanduva	10	15
Cidade Ademar	2	15
Capão Redondo	2	14
São Lucas	14	14
Jardim São Luís	5	13
Alto de Pinheiros	9	12
Jardim Helena	8	12
E.Matarazzo	18	11
José Bonifácio	8	11
Pirituba	12	11
Rio Pequeno	9	11

Distritos	2010	2015
Cachoeirinha	13	10
Grajaú	0	10
Socorro	14	10
Tucuruvi	12	10
Água Rasa	6	7
Cidade Líder	8	7
Jaguaré	17	7
Ponte Rasa	8	7
Vila Matilde	6	7
Jaraguá	6	6
Perus	5	6
Tremembé	2	6
Vila Jacuí	2	6
Morumbi	10	5
Campo Grande	15	3
São Rafael	0	3
Cursino	12	2
Sacomã	20	2
Vila Andrade	5	2
Parelheiros	0	1
Vila Sônia	5	1
Cangaíba	1	0
Lajeado	14	0
Total	6.587	7.335

Tabela 2 - Número de acolhidos, por distrito municipal, 2010, 2015

Distrito	2010	2015
Mooca	1.145	1.184
Barra Funda	0	878
Pari	763	847
Santa Cecília	1.025	809
Vila Guilherme	0	709
Bela Vista	125	703
Bom Retiro	290	570
Brás	561	394
Santo Amaro	292	241
República	200	205
Tatuapé	560	200
Belém	70	167
Vila Prudente	120	159
Casa Verde	0	157
Jabaquara	172	150
Ermelino Matarazzo	72	137
Sé	139	137
Penha	236	134
Jaçanã	0	99
Sacomã	0	99
São Mateus	120	98
Vila Leopoldina	117	90
São Miguel	76	81
Pinheiros	130	80
Santana	193	59
Cidade Ademar	0	56
Lajeado	0	48
Grajaú	0	39
Vila Mariana	0	25
Liberdade	286	15
Butantã	11	0
Cidade Dutra	166	0
Ipiranga	210	0
Total	7.079	8.570

ANEXO II -METODOLOGIA AMOSTRAL DA PESQUISA COM A POPULAÇÃO ACOLHIDA DE 18 A 35 ANOS

A partir das análises preliminares da pesquisa amostral e com a concordância de SMADS, decidiu-se aplicar um questionário complementar a um subgrupo da população em situação de rua. O questionário teve como objetivo principal aprofundar o conhecimento sobre as estratégias de trabalho e renda da população com idade entre 18 e 35 anos, encontradas em Centros de Acolhida. Foram aplicados um total de 409 questionários.

A metodologia amostral e o trabalho de campo foram similares aos utilizados na etapa anterior nos abrigos da cidade. Assim, não se discute neste texto aspectos ligados ao trabalho de campo, uma vez que são idênticos aos descritos em relatório anterior.

Como o foco da pesquisa é o estudo de aspectos ligados ao trabalho de jovens (18 a 35 anos), optou-se por limitar a população apenas aos Centros de Acolhida regulares que atendessem a essa faixa etária. A Tabela 1 traz a lista de serviços incluídos na população de interesse.

Assim como na pesquisa socioeconômica, o tamanho presumido da população foi obtido a partir do censo da população de rua com a imputação da faixa etária daqueles que não haviam declarado a idade. O processo de imputação baseou-se na proporção de pessoas que haviam declarado a idade no censo. Em cada serviço, obteve-se a proporção de pessoas com idade entre 18 e 35 anos e admitiu-se essa proporção para os valores ausentes, chegando-se ao número presumido de jovens em cada serviço.

Todos os centros de acolhida com 25 ou mais pessoas na faixa etária de interesse foram incluídos na amostragem (Estratos 1 a 28, na Tabela 1).

Os 28 serviços com mais de 20 pessoas com idade presumida entre 18 e 35 anos foram incluídos na amostra (inclusão com probabilidade um). Cinco dos onze serviços restantes (Estrato 29, na Tabela 1) foram selecionados por meio de uma amostragem proporcional ao número presumido de pessoas na faixa etária de interesse no serviço. A Tabela 1 resume o dimensionamento amostral.

Assim como na pesquisa socioeconômica, a amostra final não é auto ponderada. Desse modo, para evitar distorções, a expansão dos resultados deve ser feita por meio da variável PESO incluída no banco de dados. Qualquer tabulação ou análise de dados deve levar em conta essa ponderação. As frequências obtidas após a ponderação correspondem a uma estimativa do número de jovens da população naquela categoria. O total apresentado nas tabelas geradas após a ponderação é 1.934 (número presumido de pessoas na faixa etária entre 18 e 35 anos na população).

Tabela 1: Resumo da amostra

Serviços	Frequência presumida de jovens (com imputação da idade dos que não a declararam)	Tamanho amostral	Estrato
CA Arsenal Da Esperança	492	96	1
CAZakiNarchi I	194	41	2
CA Portal Do Futuro	72	20	3
CA Barra Funda I	68	15	4
CA Vivenda Da Cidadania	55	12	5
CA Imigrantes	54	14	6
CA ZakiNarchiII	53	10	7
CA Barra Funda II	50	10	8
CA Espaço Luz	49	10	9
CA Prates 2	48	10	10
CA Nova Vida	48	10	11
CA Samaritanos	46	10	12
CA Pousada Da Esperança	44	10	13
CA Frei Leão	44	10	14
CA Solidariedade - Abecal	42	8	15
CA Estação Vivência	40	8	16
CA Jaçanã	37	8	17
CA Nova Conquista	36	8	18
CA Lygia Jardim	33	8	19
CA Cambuci	33	8	20
CABoraceaOficina	33	8	21
CA Casa São Lazaro	32	11	22
CA São Mateus	31	6	23
CAZancone	30	8	24
CAZakiNarchiIII	29	6	25
CA S. Miguel Paulista	29	7	26

Serviços	Frequência presumida de jovens (com imputação da idade dos que não a declararam)	Tamanho amostral	Estrato
CA Prates 1	28	6	27
CA Santo Amaro	27	6	28
CA Estação Bem Estar	18	6	29
CA Porto Cidadão	22	5	29
CA Cor Esperança	22	5	29
CA Começar De Novo	21	5	29
CA Santa Cecília	18	4	29
CA V. Prudente Nova Esperança	19	Não sorteado	29
CA Grajaú	15	Não sorteado	29
CA Olaria	10	Não sorteado	29
CA Santana	5	Não sorteado	29
CA Lajeado	4	Não sorteado	29
CA Morada S. Martinho De Lima	3	Não sorteado	29
Total	1934	409	

Detalhes técnicos do plano amostral

Este apêndice é uma adaptação do apresentado no relatório da pesquisa socioeconômica.

Neste apêndice são descritos os estimadores de totais populacionais utilizados na tabulação dos dados da pesquisa amostral, bem como expressões para a determinação de suas variâncias⁶¹. Foram utilizadas expressões de planos amostrais equivalentes ao processo de coleta de dados utilizado no levantamento amostral, partindo-se da premissa de que o esquema de seleção dos moradores de rua nos serviços ou nas áreas da pesquisa garanta a equivalência com uma amostra aleatória simples sem reposição.

O plano amostral utilizado nesta pesquisa estratifica a população de pessoas em situação de rua de acordo com o local em que foram encontrados. Considere

- H : número de estratos.
- \hat{Y}_h : total estimado de pessoas para uma variável de interesse (y) no estrato h .
- \hat{Y} : total estimado da variável y para a população.

Temos

$$\hat{Y} = \sum_{h=1}^H \hat{Y}_h,$$

Sendo sua variância dada por

$$Var(\hat{Y}) = \sum_{h=1}^H Var(\hat{Y}_h).$$

Há dois tipos de estratos: os que correspondem a serviços que são selecionados com probabilidade um (estratos 1 a 28) e os que foram sorteados com probabilidade proporcional ao seu tamanho (estrato 29).

⁶¹ As expressões foram extraídas de Cochran, W.G. Sampling Techniques. 3rd. Wiley.

Estratos sorteados com probabilidade um.

Em estratos sorteados com probabilidade um, foram extraídas amostras aleatórias simples. Nesse caso,

$$\hat{Y}_h = M_h \bar{y}_h = \sum_{i=1}^{m_h} \frac{M_h}{m_h} y_{hi},$$

sendo

- M_h : tamanho populacional do estrato h ;
- m_h : tamanho amostral do estrato h ;
- y_{hi} : valor observado para o indivíduo i do estrato y_{hi} .

Sua variância pode ser estimada por

$$\widehat{Var}(\hat{Y}_h) = \frac{M_h^2 s_h^2}{m_h} \left(1 - \frac{m_h}{M_h}\right),$$

Com

$$s_h^2 = \sum_{i=1}^{m_h} \frac{(y_{hi} - \bar{y}_h)^2}{m_h - 1},$$

Sendo

$$\bar{y}_h = \sum_{i=1}^{m_h} \frac{y_{hi}}{m_h}.$$

Estrato com unidades amostrais primárias sorteadas com probabilidade proporcional ao tamanho do estrato.

No estrato 29 adotou-se um plano amostral em duas fases, na primeira foram sorteados serviços com probabilidade de seleção proporcional ao número de moradores com idade entre 18 e 35 anos lá encontrados (UAP: unidades amostrais primárias) e na segunda fase, foram selecionados, sem reposição, moradores de rua.

O total de uma variável no estrato 29 pode ser obtido por

$$\hat{Y}_h = \frac{1}{n_h} \sum_{j=1}^{n_h} \frac{M_{hj} \bar{y}_{hj}}{\pi_{hj}} = \sum_{j=1}^{n_h} \sum_{i=1}^{m_{hj}} \frac{M_{hj}}{n_h \pi_{hj} m_{hj}} y_{hji},$$

Com

- M_h : tamanho populacional do (sub) estrato h ;
- M_{hj} : tamanho populacional da UAP j do (sub) estrato h ;
- m_{hj} : tamanho amostral da UAP j do (sub) estrato h ;
- $\pi_{hj} = \frac{M_{hj}}{M_h}$: probabilidade de seleção da UAP j do (sub) estrato h ;
- n_h : número de UAP sorteadas no (sub) estrato h ;
- y_{hji} : valor observado para o indivíduo i da UAP j do (sub) estrato h ;
- $h = 29$.

Temos

$$Var(\hat{Y}_h) = \sum_{j=1}^{N_h} \sum_{j>k} (\pi_{hj}\pi_{hk} - \pi_{hjk}) \left(\frac{Y_{hj}}{\pi_{hj}} - \frac{Y_{hk}}{\pi_{hk}} \right)^2 + \sum_{j=1}^{N_h} \left(1 - \frac{m_{hj}}{M_{hj}} \right) \frac{M_{hj}^2}{m_{hj}\pi_{hj}} S_{hj}^2,$$

com

- π_{hjk} : probabilidade das UAP j e k do (sub) estrato h serem selecionadas;
- Y_{hj} : total da variável y para a UAP j do (sub) estrato h ;
- N_h : número de UAP do (sub) estrato h ;
- M_{hj} : número de pessoas na UAP j do (sub) estrato h ;
- m_{hj} : número de pessoas selecionadas na UAP j do (sub) estrato h ;
- S_{hj}^2 : variância de y na UAP j do (sub) estrato h .
- $h = 29$.

A estimação dessa variância não é trivial uma vez que exige a determinação de π_{hjk} . Recomenda-se a utilização de métodos aproximados para obtenção de uma estimativa⁶² desse valor. Alguns pacotes estatísticos como o Stata⁶³ e o R⁶⁴ (pacote *survey*⁶⁵, por exemplo) incorporaram essas aproximações e permitem a realização de inferência estatística para dados amostrais complexos.

⁶²Detalhes sobre essas técnicas podem ser encontrados em Heeringa, S.G.; West, B.T. e Berglund, P.A. (2010). Applied Survey Data Analysis. Chapman & Hall e em Pessoa, D.G.C. e Nascimento Silva, P.L. (1998). Análise de Dados Amostrais Complexos. ABE, disponível em <http://www.ie.ufrj.br/download/livro.pdf>. Além disso, uma breve descrição dessas técnicas pode ser vista em <http://www.stata.com/manuals13/svy.pdf>.

⁶³<http://www.stata.com/manuals13/svy.pdf>

⁶⁴R Core Team (2014). R: A Language and Environment for Statistical Computing. R Foundation for Statistical Computing. (<http://www.R-project.org/>)

⁶⁵Lumley (2014). Survey: Analysis of Complex Survey Samples. R Package Version 3.30, disponível em <https://cran.r-project.org/web/packages/survey/index.html>.

ANEXO III: IDOSOS ACOLHIDOS E DE RUA

O envelhecimento da população brasileira é um fato que tem colocado novas questões para as políticas sociais, especialmente de saúde e assistência. Na situação de rua os idosos têm duplicada sua vulnerabilidade social. Às precárias condições de vida se somam problemas geracionais específicos: necessidade de maior atenção à saúde, dificuldades maiores de acesso a trabalho, ausência de respaldo familiar, que tornam a questão habitacional e de abrigo mais complexas.

São poucas as pesquisas sobre idosos em situação de rua em São Paulo⁶⁶. São geralmente estudos de caso, que buscam caracterizar grupos de idosos, principalmente os que se encontram em albergues.

Em 2015, estima-se que os idosos abrigados nos serviços correspondam a 16% do total dos acolhidos e na rua a 7%.

O perfil dos idosos pretende abordar os seguintes aspectos:

Perfil demográfico (Distribuição etária e de gênero do grupo, composição em relação a raça/cor, grau de escolaridade, origem e tempo de residência na cidade).

Trajatória para rua (Grupo de referencia de moradia na situação anterior a ida para a rua, idade com que foi para rua e tempo em que está nesta situação)

Relações familiares atuais (se vive só ou com outras pessoas)

Segurança alimentar (Fontes de alimentação: serviços, doação, compra)

Trabalho, renda, acesso a benefícios e moradia (Situação de trabalho, anterior e atual, rendimento disponível, acesso a benefícios e expectativa em relação à moradia)

Condições de saúde e acesso a serviços (Problemas de saúde e atendimento pelos serviços) e **Deficiências** (Visual, auditiva e motora)

⁶⁶ Ver: Idoso em Situação de Rua e Vivência em Centros de Acolhida: Uma Revisão de Literatura.

Uso de álcool e drogas (antes e depois da rua)

Histórico institucional (Internação em instituições: sistema penitenciário, clínicas de recuperação etc.)

Discriminação e violência (restrição a entrada em locais públicos, formas de violência sofridas e agentes provocadores), **Porte de documentos e Participação em movimentos sociais** (movimento da população de rua, de moradia e outros)

1. PERFIL DOS IDOSOS ACOLHIDOS

Estar nos centros de acolhida não significa que estes idosos não tenham, em algum momento, passado pela rua. A maior parte (69%) declarou já ter dormido na rua. No grupo masculino esta proporção chega a 76%. Entre as mulheres idosas entrevistadas⁶⁷ a proporção é bastante inferior.

Entre os idosos em situação de rua que estão na rede, mais da metade (60%) está em centros de acolhida especiais, sendo que 53% em serviços destinados especialmente a eles. Mas há uma parcela significativa (38%) que foi encontrada nos CAs, que incluem diferentes grupos da população de rua e não possuem um serviço específico para idosos.

Perfil demográfico

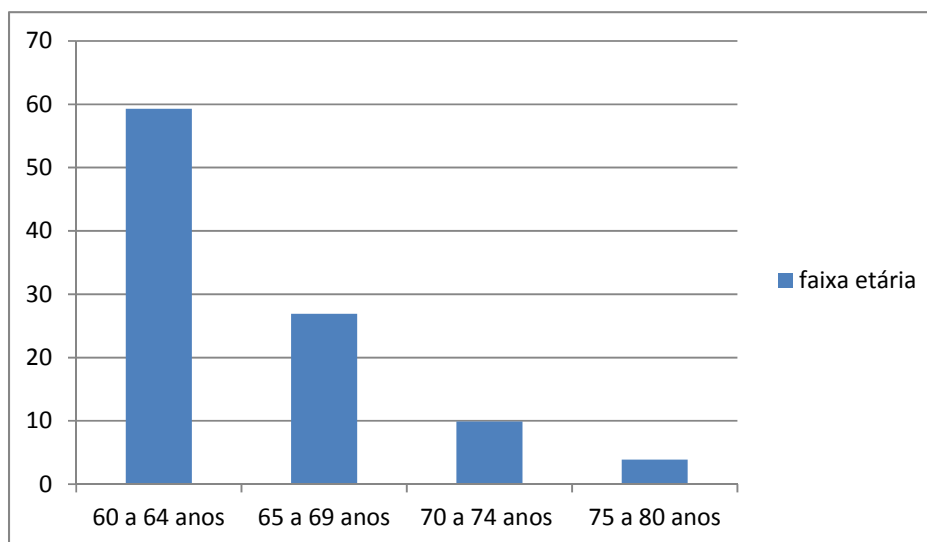
Os idosos abrigados têm idade que varia de 60 a 80 anos com média de 65 anos. Estima-se que maior parte (59%) tenha menos de 65 anos. 14% têm 70 anos e mais.

⁶⁷ Como o número de mulheres constante da amostra é apenas 16 não é possível expandir para o conjunto. Pode-se apenas afirmar o que foi encontrado entre as entrevistadas na amostra.

Tabela 1.1 - Frequência estimada dos idosos acolhidos por faixa etária

Idade	NA	%
60 a 64 anos	754	59,3
65 a 69 anos	342	26,9
70 a 74 anos	126	9,9
75 a 80 anos	50	3,9
Total	1272	100,0

Gráfico 1.1 - Frequência estimada dos idosos acolhidos por faixa etária (%)



O grupo de idosos não se diferencia do conjunto dos acolhidos em relação a gênero e raça/cor. A proporção de mulheres (16%) e de brancos (34%) é apenas ligeiramente superior ao conjunto (12% e 30% respectivamente).

A escolaridade dos idosos é mais baixa. Estima-se que 7% não saibam ler ou escrever.

Origem e tempo de residência na cidade

Estima-se que a maioria dos idosos (80%) são migrantes procedentes principalmente das regiões sudeste (45%) e nordeste (42%). Entre os originários do sudeste praticamente a metade nasceu no estado de São Paulo.

Apesar de serem em grande parte migrantes vivem há muito tempo na cidade. Só 3% são migrantes recentes, que estão a menos de um ano em São Paulo. A grande maioria (90%) está na capital há mais de 5 anos ou nasceu aqui. Há também um pequeno grupo (4%) de estrangeiros procedentes de Chile, Nigéria e Portugal. Os estrangeiros entrevistados declararam estar há mais de 5 anos em São Paulo, ou seja, não fazem parte dos imigrantes que estão chegando atualmente ao país.

Trajetória para rua

Antes de estar em situação de rua a maioria dos idosos (75%) morava na cidade de São Paulo. Em relação a com quem moravam há dois grupos. O primeiro, que inclui a maior parte dos idosos (59%), é composto pelos que viviam com família, predominando os que moravam com a família nuclear (cônjuge e/ou filhos) (47%). Os demais viviam com outros parentes. O segundo grupo, mas também significativo, compõe-se dos que há moravam sozinhos (36%) ou com outras pessoas que não da família (5%), ou seja, 41% já não tinham mais a família como referencia de moradia, o que amplia a vulnerabilidade destas pessoas, que não possuem o respaldo do grupo familiar. Nestes casos, a perda do trabalho por problema de saúde ou uma situação de desemprego interferem diretamente na manutenção da moradia, pagamento de pensão ou aluguel. Deve-se observar que a alternativa de morar sozinho antes da ida para rua foi proporcionalmente maior no grupo masculino.

A trajetória para rua também diferencia dois grupos significativos entre os idosos: aproximadamente metade (54%) foi imediatamente para rua ou centro de acolhida, quando perdeu a moradia. Os demais (46%) passaram por outras situações de abrigo antes de chegar a rua. As principais foram as pensões (38%), casa de parentes, (17%) e casa de amigos (15%). Estima-se que não há idosos que depois de deixar a última residência tenham passado por asilos ou penitenciárias. Por clínicas de tratamento de álcool e drogas passaram 6,5% dos idosos depois que perderam a moradia.

Chama a atenção a idade média de ida para rua: 57,9 anos e mediana 60 anos. Isto indica que a presença de idosos na rua não se deve apenas ao envelhecimento de pessoas em situação

de rua que não saíram desta situação, mas também a processos relacionados às condições de vida de idosos pobres, que estão levando para rua pessoas em idade avançada. 82% dos idosos foram para rua a partir dos 50 anos. Metade dos que estão hoje acolhidos foi para rua com 60 anos ou mais e 5% com 70 anos ou mais.

Tabela 1.2 - Frequência estimada da idade com que os idosos acolhidos foram para rua*

Idade	NA	%
25 a 39 anos	62	5,1
40 a 49 anos	160	13,0
50 a 59 anos	402	32,7
60 a 69 anos	546	44,3
70 anos e mais	62	5,0
Total	1232	100,0

*casos válidos - excluídos 40 sem informação.

Entre as mulheres entrevistadas, a maior parte foi para rua com 60 anos ou mais. Nenhuma foi para rua com menos de 50 anos enquanto que no grupo de homens idosos 21% foram para rua antes dos 50 anos, ou seja, estão há mais de 10 anos nesta condição. Uma hipótese para explicar esta diferença é que as mulheres não permaneceriam muito tempo na rua, obtendo com mais facilidade do que os homens alguma forma de abrigo. Uma outra hipótese é que a ida de mulheres idosas para rua seja um fenômeno mais recente.

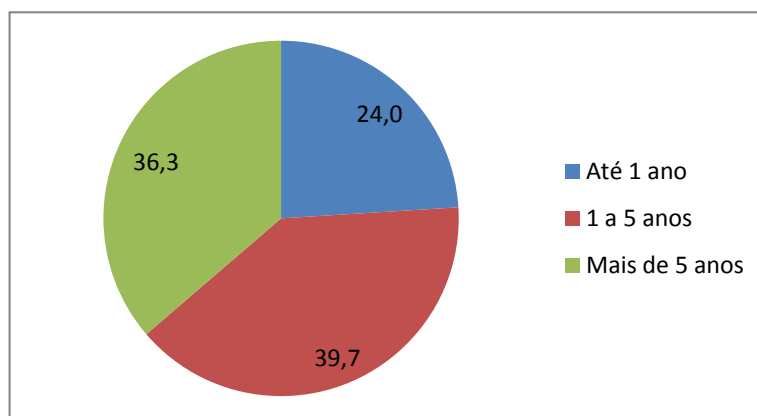
A análise do tempo em que estão em situação de rua permite afirmar que um grupo de idosos está envelhecendo na rua: estima-se que 36% têm 5 ou mais anos em situação de rua sendo que 24% está há 10 anos ou mais. Por outro lado, há idosos que estão chegando na rua: 24% tem até 1 ano de rua e um 43% tem até 2 anos.

O tempo médio que estão em situação de rua é 5,7 anos e a mediana 2,1.

Tabela 1.3 - Frequência estimada do Tempo de Rua dos idosos acolhidos em anos

Tempo de rua	NA	%
Até 6 meses	201	16,3
7 meses a 1 ano	95	7,7
Mais de 1 a 2 anos	231	18,8
Mais de 2 a 5 anos	257	20,9
Mais de 5 a 10 anos	154	12,5
10 anos ou mais	293	23,8
Total	1231	100,0

Gráfico 1.2 - Tempo de rua dos idosos acolhidos em anos (%)



Relações familiares atuais

Na situação atual, os idosos em situação de rua vivem, na quase totalidade, sozinhos (89%). Em relação aos 11% restantes há um pequeno grupo de pessoas que vivem com a família (4%). Esta situação é mais comum entre as mulheres. A composição se refere basicamente a casais ou mulheres com filhos sem companheiro. Não há nenhum caso de família formada pelo casal e filhos. O outro grupo (6%), composto apenas por homens, são idosos que vivem acompanhados pessoas que não são familiares.

Segurança alimentar

Os serviços aparecem como a fonte principal de alimentação para os acolhidos (90%). Apenas 23% se alimentam com doações. 37% compra alimentos.

Trabalho, renda, acesso a benefícios e moradia

Antes de ir para a rua a grande maioria dos idosos, tanto homens como mulheres, desenvolviam atividades de trabalho geradoras de renda. Estima-se que apenas 2% não trabalhavam, um percentual semelhante ao encontrado para o conjunto dos acolhidos (3%). A proporção dos que trabalharam com registro em carteira (69%) é inclusive superior ao dos acolhidos no geral (62%). O tipo de inserção dos idosos no mercado de trabalho anterior a rua também é muito parecida com o encontrado no conjunto. Predominam as atividades não especializadas de construção civil, serviço de limpeza, zeladoria e vigilância. Apenas nas atividades comércio formal e ajudante geral as proporções são mais altas no conjunto dos acolhidos, como mostra a tabela.

Tabela 1.4 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo atividades anteriores à ida para a rua* (%) respostas múltiplas

Atividades	Idosos	Total
	%	%
Atividades da construção civil	21,5	25,8
Serviço de limpeza, cozinha.	16,5	17,7
Serviço de zeladoria, porteiro, vigia.	10,2	9
Atividades da indústria	7,8	8
Serviços de transporte	7,7	8,7
Comércio ambulante	7,4	8,2
Comércio formal	6,6	11,3
Trabalho rural	6,3	6,1
Ajudante geral	5,9	14,5

Atividades	Idosos	Total
Serviços administrativos	4,6	5,4
Não trabalhava	1,7	2,8
Prostituição/Programa	0	1,5
Base de cálculo	1259	8076
Outros	38,4	35,4

*Inclui apenas casos válidos.

A condição de trabalho se altera significativamente na situação atual. Estima-se que metade dos idosos não estejam trabalhando (50%), proporção muito maior do que a encontrada no conjunto dos acolhidos (26%). Há um grupo muito pequeno de idosos que estão empregados (4%), sendo que menos do que 1% com registro em carteira.

Gráfico 1.3 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo a Condição de trabalho atual(%)

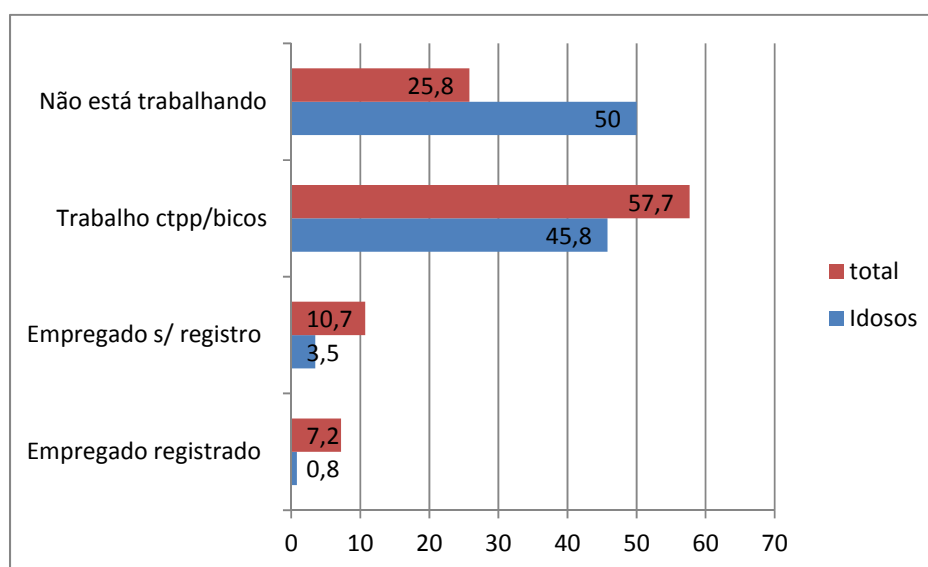


Tabela 1.5 - Frequência estimada de acolhidos e total segundo a Condição de trabalho atual

Condição do trabalho atual		
	Idosos	total
Empregado, com registro em carteira	0,8	7,2
Empregado, sem registro em carteira	3,5	10,7
Trabalhando por conta/fazendo bicos	45,8	57,7
Não está trabalhando	50,0	25,8
Total	100,0	100,0
Base de cálculo	1272	8134

À medida que avança a idade a possibilidade de absorção da mão de obra dos idosos parece tornar-se cada vez menor. Entre os que possuem 65 anos ou mais se estima que grande parte não trabalhe (74%) e apenas 26% façam bico. Acima de 69 anos, 90% não desenvolve atividade geradora de renda.

Do total dos que não trabalham estima-se que cerca de 60% tenham acesso a pelo menos a um salário mínimo mensal, seja por ser aposentado (38%) ou receber BPC (21%). Entre os restantes, aproximadamente 20% recebe bolsa família e os demais não recebem nenhum tipo de benefício, ficando sem nenhuma referência monetária. Estes correspondem a 9% do total.

Os idosos que têm atividades eventuais para obtenção de renda (fazem “bicos”) compõe um grupo significativo, que corresponde a 45% do total.

As atividades desempenhadas são muito próximas das realizadas pelo conjunto dos acolhidos, predominando a distribuição de panfletos (12%), comércio ambulante (10%), coleta de recicláveis (9%) e construção civil (9%).

Funções como carga e descarga, serviços de limpeza, ajudante geral, que podem exigir mais força física, são menos frequentes entre os idosos do que no conjunto. Não foram encontrados

idosos exercendo atividades como venda de drogas e prostituição. A mendicância é pouco expressiva (3%), menor do que no conjunto dos acolhidos (7%).

Tabela 1.6 - Frequência estimada de acolhidos e total segundo Atividades para obtenção de renda monetária, atividades por conta própria e bicos (%)* respostas múltiplas

Atividades	Idosos	Total
Distribuidor de panfletos	12,5	18,6
Comércio ambulante (doces, salgados, água, flores, etc)	10,1	11,0
Catador de materiais recicláveis	9,0	12,6
Construção civil/pedreiro/pintor	9,0	13
Serviço de limpeza/faxina	5,5	15,3
Carga e descarga/chapa	4,2	16,5
Ajudante geral	3,3	15,2
Pede/achaca/ mendicância	3,3	7,5
Vigilante	3,2	3,6
Lava/guarda carro/flanelinha	1,8	5,1
Montagem de palco	1,5	3,7
Venda de drogas	1,1	1,5
Atividades artísticas na rua	1,1	1,2
Prostituição/Programa	0	2,1
Roubo/assalto	0	1,8
Outro	10,3	18
Base de cálculo	1247	7894

*Inclui apenas os casos válidos.

É difícil quantificar o rendimento dos idosos resultante do trabalho eventual, que é irregular e difícil de calcular. Pediu-se aos entrevistados que declarassem a renda auferida no dia da entrevista (se ganhou e quanto foi) e na semana anterior. Estas informações não permitem

fazer uma estimativa do ganho mensal mas possibilitam formular algumas hipóteses sobre os rendimentos. Em relação ao ganho no dia pelos idosos obteve-se uma média de R\$25,00 e mediana R\$ 15,00 reais. Considerando-se por hipótese que o valor fosse obtido regularmente 6 dias por semana, o que não ocorre, o montante mensal alcançaria pouco mais do que meio salário mínimo, ou seja, seria insuficiente para que os idosos pudessem arcar com custos de moradia e alimentação.

O maior rendimento obtido pelos idosos parece ser o proveniente dos benefícios.

Na comparação com o conjunto dos acolhidos os idosos são o grupo que recebe benefícios em maior proporção. 26% recebem aposentadoria, 16% BPC e 44% bolsa família/renda cidadã. Mesmo assim, 19% dos idosos não recebem nenhum deles.

Gráfico 1.4 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo recebimento de Benefícios e pensões (%)

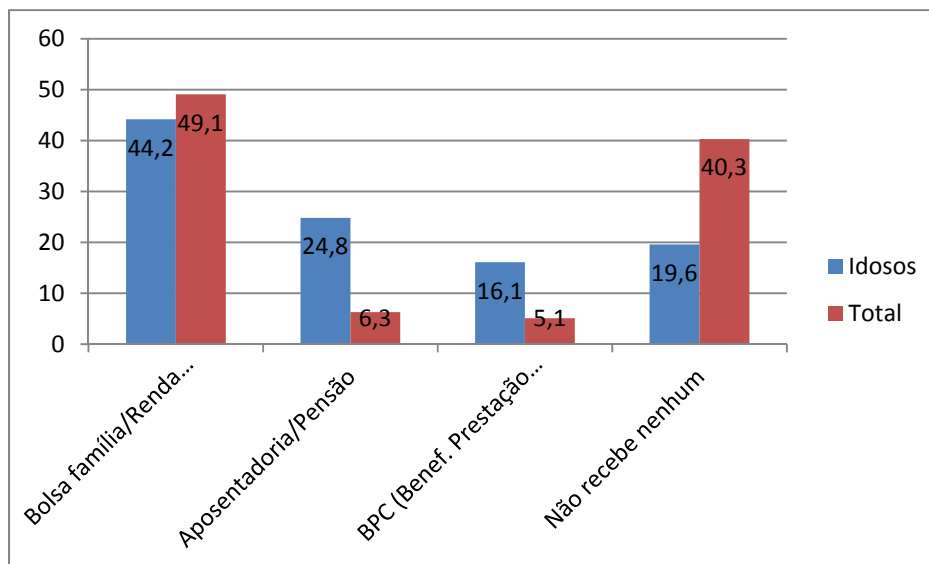


Tabela 1.7 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo recebimento de Benefícios e pensões * (%) Respostas múltiplas

Opções	Idosos	Total
Bolsa família/Renda Mínima/Renda Cidadã	44,2	49,1
Aposentadoria/Pensão	24,8	6,3
BPC (Benef. Prestação Continuada) /LOAS	16,1	5,1
Auxílio Doença (está na caixa)	0,0	0,7
Bolsa Aluguel	0,0	0,2
Seguro Desemprego	0,0	0,1
Outro.	0,0	0,8
Não recebe nenhum	19,6	40,3
Base de cálculo	1265	8127

*Inclui apenas os casos válidos.

Grande parte dos que são aposentados ou recebem BPC não trabalham (73%), mas 23% fazem bico e 3% estão empregados.

Tabela 1.8 - Frequência estimada de idosos aposentados ou que recebem BPC segundo situação de trabalho (%)

Opções	NA	%
Não estão trabalhando	379	73,1
Fazem bicos	121	23,4
Empregados	18	3,5
Base de cálculo	518	100,0

O grupo formado pelos aposentados e os que recebem BPC pode ser considerado teoricamente como o que tem renda de pelo menos um salário mínimo, tendo em vista o valor dos benefícios. Eles correspondem a aproximadamente 40% do total dos idosos. Cabe dizer que há um grupo com 65 anos e mais que não está recebendo nenhum tipo de benefício e que

poderia ser acrescido a este por ter direito ao BPC em função da idade que corresponde a aproximadamente 12% do total de idosos.

Tabela 1.9 - Frequência estimada de idosos com 65 anos segundo acesso a benefícios de aposentadoria e BPC

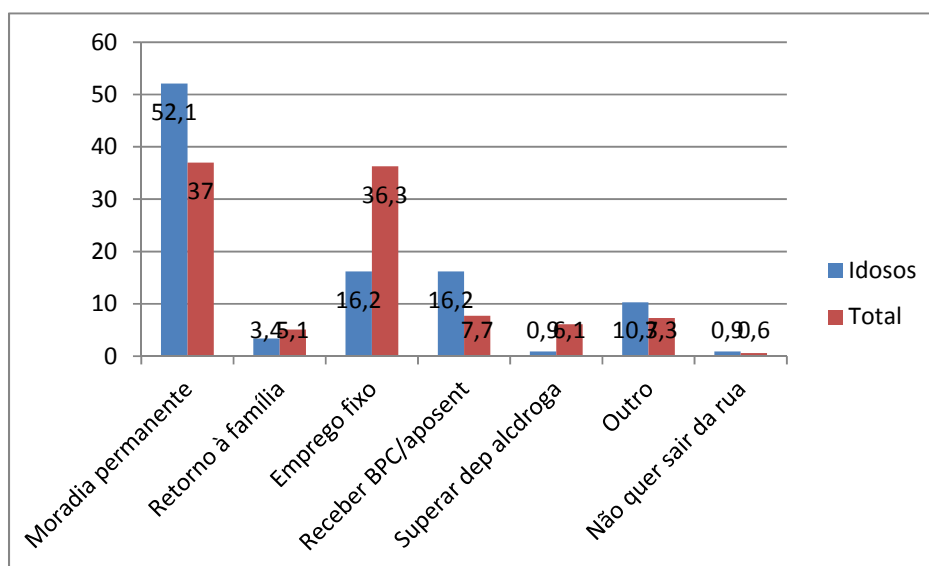
Opções	NA	%
Aposentados	220	42,6
Recebem BPC	153	29,5
Não recebem nem aposentadoria nem BPC	145	27,9
Total	518	100,0

Ainda que os cálculos sejam hipotéticos, somando-se este grupo (12%) aos que já possuem aposentadoria e BPC, o montante de idosos com renda acima de um salário seria, pelo menos, correspondente a mais da metade (52%) dos idosos acolhidos.

Uma questão que se coloca diante desta situação é: até que ponto seria possível pensar em soluções alternativas de moradia subsidiada para este grupo, que possui uma renda básica que não depende das oscilações do emprego. Um grupo que, por outro lado, tem possibilidades muito reduzidas de retornar de forma regular ao mercado de trabalho. Alternativas possíveis de moradia poderiam ser condomínios com acomodações mais privativas, com formas de gerenciamento diferentes das tradicionais existentes nos centros de acolhida.

A possibilidade de ter uma moradia permanente é aspiração de mais da metade dos idosos (52%). Esta perspectiva é muito mais forte neste grupo do que no conjunto dos acolhidos (37%). Além disto, muito poucos (3%) veem o retorno à família como alternativa de saída da rua o que parece indicar que, para a maioria, não há expectativa de refazer os laços familiares. Deve-se ressaltar que a possibilidade de ter acesso a benefícios é indicada como condição importante para sair da rua por 16% dos idosos.

**Gráfico 1.4 - O que mais o ajudaria a sair da situação de rua
Idosos e total de acolhidos (%)**



**Tabela 1.10 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo condição que
mais ajudaria a sair da rua (%)**

Condição	Idosos	Total
Ter uma moradia permanente	50,3	37,0
Retornar à casa da família	2,4	5,1
Ter emprego fixo	17,3	36,3
Receber Benefício: BPC (Benefício de Prestação Continuada) /aposentadoria	17,3	7,7
Superar a dependência de álcool e droga	0,6	6,1
Outro	11,0	7,3
Não quer sair da rua	1,1	0,6
Base de cálculo	1249	7738

Condições de saúde, atendimento pelos serviços e deficiências

Seria necessário um estudo específico para conhecer adequadamente as condições de saúde dos idosos. No entanto, algumas informações levantadas na pesquisa apontam aspectos importantes para uma caracterização inicial: problemas de saúde declarados, atendimento a estes problemas e deficiências.

Acesso aos serviços de saúde

Estima-se que apenas 3% dos idosos não procuram nenhum serviço em caso de problemas de saúde. O uso dos serviços surpreende, especialmente o acesso à Atenção Básica (UBS /Posto de saúde), procurado pela maioria (74%). Em segundo lugar aparecem Hospitais e Pronto Socorros (44%). A proporção de atendimento no CAPS (11%) foi menor do que o encontrado para o conjunto dos acolhidos (16%). Em relação ao consultório na rua a proporção (9%) foi semelhante.

Tabela 1.11 - Frequência estimada de idosos acolhidos segundo o que Procura para Resolver Problemas de Saúde por faixas etárias (%)*Respostas múltiplas

Opções	Idosos	Total
Posto de Saúde/ UBS/AMA	74,0	71,3
Pronto Socorro /Hospital	44,1	44,2
CAPS	11,3	15,8
Consultório na rua	9,1	9,8
Farmácia	9,4	11,4
Outro	5,9	5,5
Não faz nada	3,1	4,5
Base de cálculo	1272	8123

(*). Inclui apenas casos válidos.

Entre os idosos que procuraram os serviços de saúde, que correspondem a quase totalidade (97%), o acesso é bastante recente. 63% afirmaram ter procurado algum serviço de saúde há apenas um mês, 88% nos últimos 6 meses e 90% no último ano. A procura dos serviços entre os idosos é apenas ligeiramente mais recente do que no conjunto dos acolhidos.

Tabela 1.12 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo a Última vez que procurou serviço de saúde (%)

Tempo	Idosos	Total
Até 1 mês	63,1	61,9
Mais de 1 até 3	17,5	14,4
Mais de 3 até 6	7,3	6,3
Mais de 6 até 1 ano	2,6	5,7
Mais de 1 até 2 anos	1,6	1,9
Mais de 2 anos	2,1	3,6
Sem informação	5,8	6,3
Base de cálculo	1198	7634

Doenças declaradas

Estima-se que apenas um pequeno grupo (11%) de idosos não tenha nenhuma doença. A maioria (71%) tem duas ou mais das apresentadas no questionário e um grupo bastante significativo (31%) sofre três ou mais agravos de saúde. Os índices encontrados são superiores aos encontrados no conjunto dos acolhidos.

Tabela 1.13 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo número de doenças declaradas(%)

Número declarado de doenças	Idosos	Total
nenhuma	10,7	21,0
1	18,7	22,0
2 a 3	39,3	33,9
Mais de 3	31,3	23,1
Base de cálculo	1256	7839

Estima-se que os principais problemas de saúde dos idosos sejam: hipertensão arterial, que atinge quase a metade do grupo (46%), dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna) (36%), problemas provocados por acidentes (atropelamento, queda, etc.) (30%) e depressão/ “doença dos nervos” (29%). Excetuando-se a hipertensão, os 3 principais problemas coincidem com os mais frequentes do conjunto dos acolhidos, ainda que no grupo dos idosos as proporções destas doenças sejam mais altas.

Problemas crônicos, específicos da idade aparecem com índices mais altos entre os idosos: 19% com diabetes, 14% com problema cardíaco. Destacam-se ainda os problemas de fígado (15%). Em relação às doenças infecto contagiosas, estima-se que não haja idoso com HIV e 2% com tuberculose.

Gráfico 1.5 - Problemas de Saúde idosos e total de acolhidos (%)

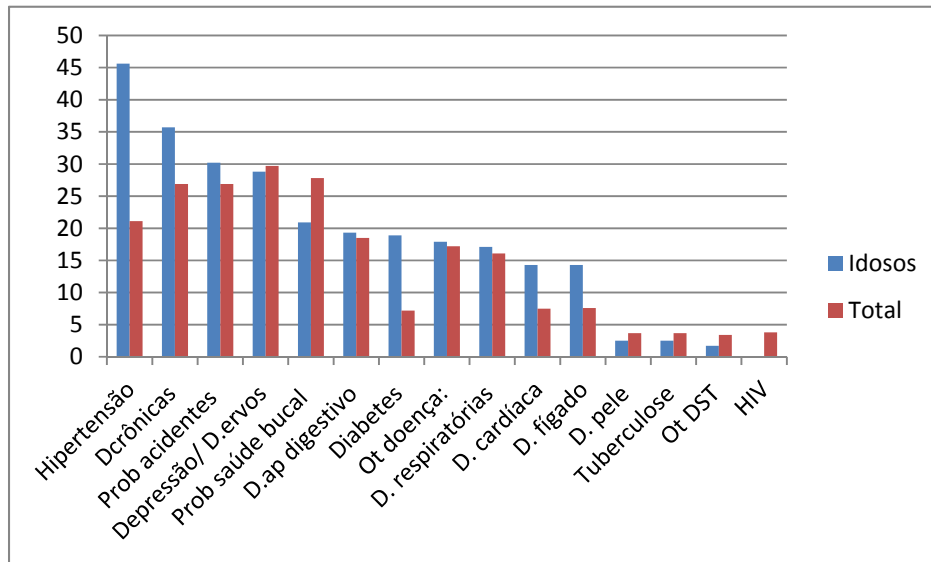


Tabela 1.14 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo problemas de Saúde (%) Respostas múltiplas

Opções	Idosos	Total
Hipertensão arterial (pressão alta)	45,6	21,1
Dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna)	35,7	26,9
Problemas provocados por acidentes (atropelamento, queda, etc.)	30,2	26,9
Depressão/ Doença dos nervos	28,8	29,7
Problemas de saúde bucal (dor de dente, inflamação nas gengivas, etc.)	20,9	27,8
Doenças do ap digestivo (dor de estomago, gastrite, úlcera)	19,3	18,5
Diabetes	18,9	7,2
Outra doença:	17,9	17,2
Doenças respiratórias (asma, bronquite, enfisema)	17,1	16,1
Doença cardíaca (sofre do coração)	14,3	7,5
Doença do fígado (hepatite/etc)	14,3	7,6
Doenças de pele (herpes, hanseníase, vitiligo, sarna...)	2,5	3,7
Tuberculose	2,5	3,7
Outras DST – doença sexualmente transmissível	1,7	3,4
HIV (AIDS)	0,0	3,8
Base de %	1272	8115

(*) Respostas múltiplas. Inclui apenas casos válidos.

Foi perguntado aos entrevistados se faziam uso de preservativo nas relações sexuais. No caso dos idosos estima-se que apenas 36% façam uso sempre enquanto que entre os acolhidos o

percentual é de 50%. No entanto deve-se considerar a elevada proporção dos que não fazem sexo entre os idosos (34%), bastante superior a encontrada para o total de acolhidos (14%). Entre as mulheres idosas entrevistadas esta condição atinge a maioria. Considerando-se apenas os idosos que fazem sexo, o uso de camisinha “sempre”, passa a ser de 54% enquanto que para o total de acolhidos é de 58%.

Tabela 1.15 - Uso de Preservativo/Camisinha por idosos e total (%)

Usa preservativo	Idosos	Total
Sempre	35,9	50,1
Às vezes	14,7	18,7
Não usa	15,7	16,9
Não faz sexo	33,7	14,3
Total - válidos	1242	8101

Orientação sexual

Estima-se que o grupo LGBT represente 7% do total de acolhidos. Entre os idosos esta proporção é bem menor (3%). Entre as mulheres entrevistadas, todas as do grupo LGBT se declararam homossexuais. Entre os idosos do sexo masculino que responderam ao questionário nenhum se declarou homossexual ou bissexual. Os poucos do grupo LGBT afirmaram ser transexuais ou “outro”, provavelmente travestis.

Tabela 1.16 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo a Orientação sexual (%)

Orientação sexual	Idosos	Total
Heterossexual	97,1	93,2
Homossexual /gay/lésbica	1,1	3,9
Bissexual	0,0	1,5
Transexual	0,7	1,1
Outro	1,1	0,3
Base de cálculo	1259	8082

Deficiências

É a primeira vez que se procura levantar dados sobre deficiências a população em situação de rua e os dados devem ser tratados com cautela. O objetivo foi identificar a proporção de deficientes visuais, auditivos e os com deficiência de mobilidade na população em situação de rua. As pessoas com deficiência necessitam atendimentos específicos e têm direito a benefícios. Pretendeu-se também conhecer a proporção de cadeirantes, para quem o atendimento requer condições especiais.

A formulação das perguntas sobre deficiência seguiu o modelo do IBGE, sobre deficiência visual e auditiva.

Na tabela abaixo se considerou apenas as deficiências graves, a saber:

Deficiência visual - cegueira nos dois olhos e cegueira de um olho e visão reduzida no outro

Deficiência auditiva - audição reduzida nos dois ouvidos ou surdo de um ouvido e ouve pouco com o outro

Deficiência motora – não se locomove de modo algum ou consegue com grande dificuldade

Tabela 1.17 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo Deficiências visual, auditiva e motora graves e cadeirantes

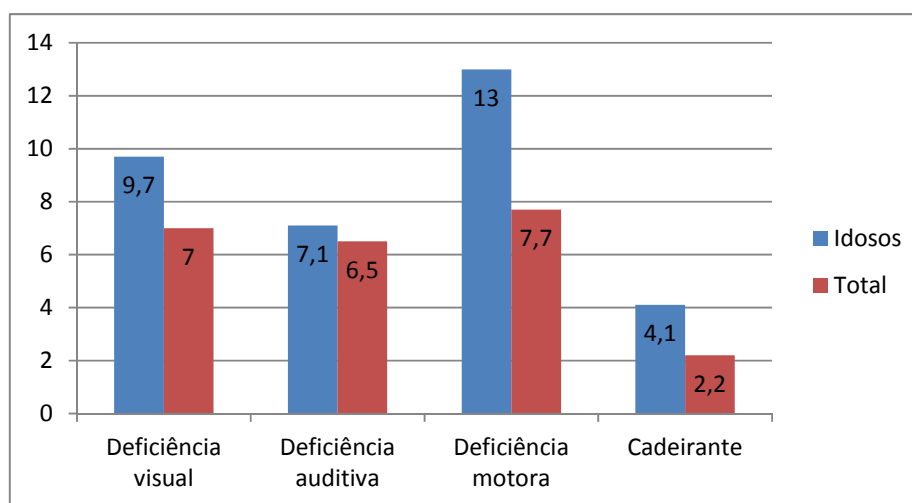
Idosos e total (%)*		
	Idosos	%
Algum tipo de deficiência	25,2	17,7
Deficiência visual	9,7	7,0
Deficiência auditiva	7,1	6,5
Deficiência motora	13,0	7,7
Cadeirante	4,1	2,2
Base de cálculo	1272	8040

*Inclui apenas os casos válidos.

A proporção de idosos com deficiência é superior ao conjunto dos acolhidos. 25% possuem alguma deficiência (visual, auditiva ou motora), sendo a mais expressiva a motora (13%). 10% apresentam deficiência visual e 7% auditiva. Estima-se que no conjunto dos acolhidos 18% sejam portadores de alguma deficiência. Cabe observar do total de deficientes acolhidos 22% são idosos.

Observou-se que os deficientes idosos estão presentes tanto nos Centros de acolhida como nos Centros de acolhida especiais, ou seja, podem não dispor de atendimento específico em função das deficiências, especialmente as motoras.

Gráfico 1.6 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo Deficiências visual, auditiva e motora graves e cadeirantes (%)



Uso de álcool e drogas

O uso de substâncias psicoativas entre os idosos acolhidos é bem menor do que a encontrada em outras faixas etárias da população em situação de rua. Estima-se que praticamente não há uso de drogas ilícitas e o uso de álcool é menor do que o encontrado no conjunto dos acolhidos. Entre os idosos, apenas 3% fazem uso de drogas ilícitas atualmente, uma proporção muito inferior ao conjunto (28%). Em relação ao uso do álcool estima-se que 35% fazem uso, um percentual inferior ao encontrado no total de acolhidos (45%).

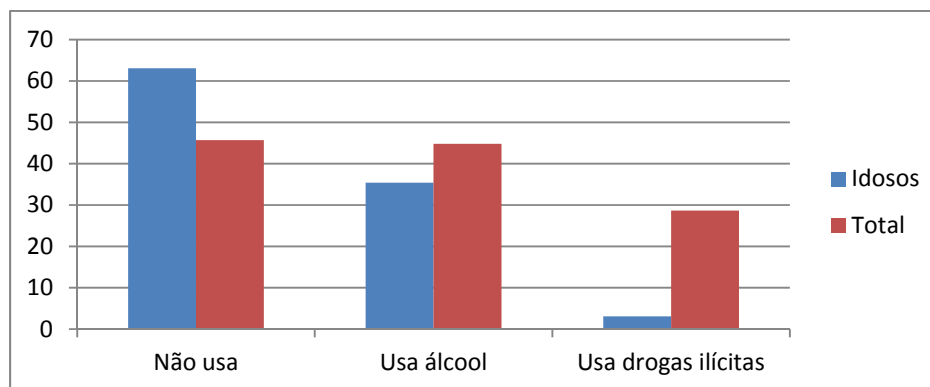
O uso de substâncias atinge praticamente o grupo idoso masculino. Entre as mulheres nenhuma entrevistada afirmou usar drogas e muito poucas declararam usar álcool.

**Tabela 1.18 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo
Uso de Álcool e Drogas (%)***

Opção	Idosos	Total
Não usa	63,1	45,7
Usa álcool	35,4	44,8
Usa drogas ilícitas	3,1	28,7
Base do %	1272	8122

(*) Inclui apenas casos válidos.

**Gráfico 1.7 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo
Uso de Álcool e Drogas (%)**



Em relação ao tipo de substância ingerida atualmente predomina o tabaco (36%) e o álcool (35%). Em relação às drogas ilícitas nenhuma apresenta uso significativo.

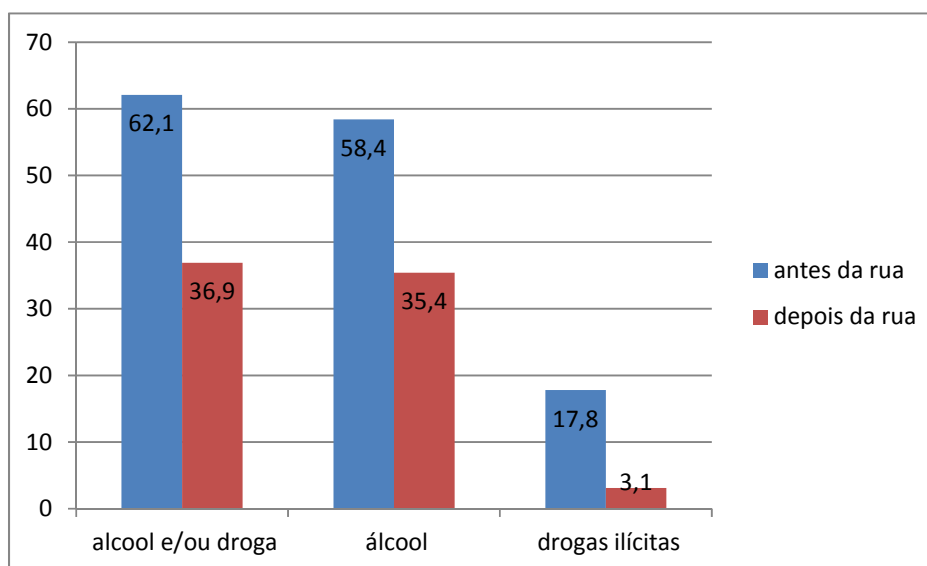
Tabela 1.19 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo Substâncias Utilizadas Atualmente (%)* Respostas múltiplas

Opções		
	Idosos	Total
Cigarro	36,5	54,2
Bebida alcoólica (cachaça, cerveja, uísque)	35,4	44,6
Maconha	1,6	18,8
Crack	1,5	11,9
Cocaína (pó)	0,0	10,9
Inalantes (Cola, tinner, benzina, etc)	0,0	1,5
Outra substância	0,0	0,4
Base de %	1272	8147

(*Inclui apenas casos válidos.

Ainda que o consumo atual de álcool e drogas por idosos seja pouco expressivo, os dados referentes ao período anterior à ida rua revelam uma proporção significativa de ex-usuários. Estima-se que 62% usavam alguma substância, 58% consumiam álcool, sendo que entre os homens este percentual atingia 69%. Com relação às drogas ilícitas 18% dos idosos faziam uso antes de ir para rua consumindo principalmente maconha (10%), cocaína (7%) e crack (4%).

Gráfico 1.8 - Uso de Álcool e Drogas Idosos acolhidos antes e depois da ida para rua (%)



Internação em instituições

Os idosos não possuem um histórico institucional relevante. Estima-se que a proporção dos que passaram por instituições de internação seja de 29%, bem menor do que a encontrada entre os acolhidos (54%). Entre as instituições que os idosos passaram se destacam, em primeiro lugar, as instituições psiquiátricas (12%). Em seguida estão as clínicas de recuperação de drogas ou álcool (10%), e o sistema prisional (10%). Nos dois casos a proporção é bem menor do que a encontrada no conjunto.

Tabela 1.20 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo Internações em Instituições (%)*Respostas múltiplas

Instituições	Idosos	Total
Esteve em alguma instituição	28,6	53,7
Instituição Psiquiátrica	12,2	11,1
Clinica recup. Drogas ou álcool	10,0	30,5
Sistema prisional	9,8	27,5
Fundação Casa/FEBEM	0,8	9,3
Orfanato/internato	2,8	7,8
Outra instituição	2,0	1,7
Asilo	0,0	0,2
Não esteve em nenhuma	71,4	46,3
Base de %	1272	8134

(*) Inclui apenas casos válidos.

Porte de documentos

A quase totalidade (97%) possui pelo menos um documento. 96% possuem RG, 89% CPF e 81% título de eleitor. 60% são portadores de quatro documentos: RG, CPF, CT e Til Eleitor.

Discriminação e violência

A discriminação sofrida pelas pessoas em situação de rua em lugares públicos ocorre também em relação aos idosos, ainda que em proporção menor do que nas outras faixas etárias. Estima-se que aproximadamente 10% tenham sido impedidos de entrar em locais públicos, principalmente em restaurantes/bares e em transporte coletivo.

Tabela 1.21 - Frequência estimada de acolhidos segundo locais em que foram impedidos de entrar* (%) Respostas múltiplas

Locais em que foi impedido de entrar	Freq.	%
Foi impedido de entrar em algum lugar	10,1	25,2
Restaurante/bares	3,8	13,6
Transporte coletivo (metrô/ônibus/trem)	3,8	9,5
Banco	2,5	7,8
Shopping,	1,7	9,4
Órgãos públicos	0,7	6,1
Serviços de saúde	0,0	3
Serviços de assistência social	,0	2,7
Outro local	0,0	2,6
Nunca foi impedido de entrar nesses lugares	89,9	74,8
Base de porcentagem	1272	8.147

* Incluídos apenas casos válidos.

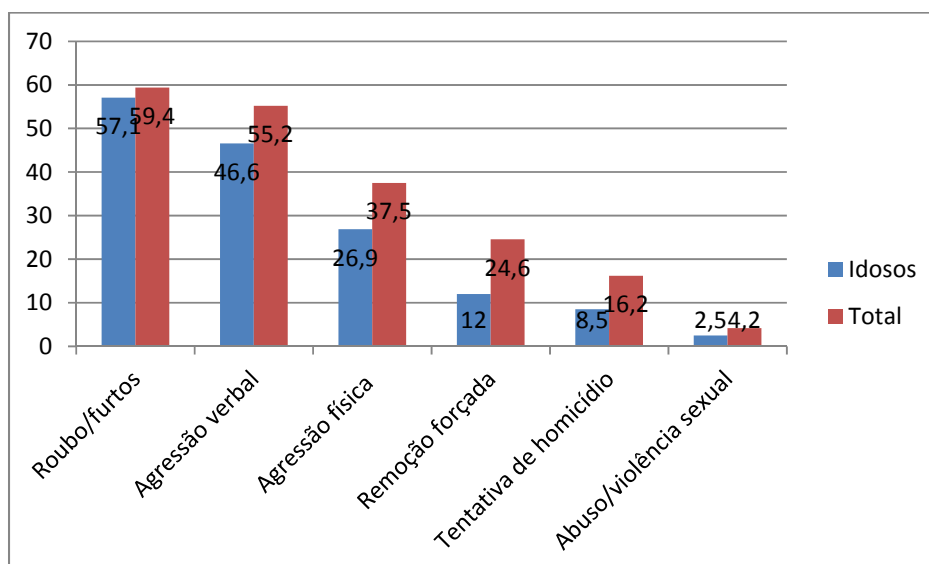
As situações de violência enfrentadas pelas pessoas em situação de rua fazem parte do cotidiano e atingem todas as faixas etárias. As formas mais frequentes são roubos/frutos, agressão verbal e físicas. Estima-se que mais da metade dos idosos (57%) tenham sofrido roubos/furtos 47% tenham sido vítimas de agressão verbal e 27% tenham sofrido agressão física. Outras formas de violência estão presentes ainda que apresentando uma menor frequência: remoção forçada (12%), tentativa de homicídio (8%) e abuso sexual (2%).

Tabela 1.22 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo violência sofrida (%) * Respostas múltiplas

Tipos de violência		
	Idosos	Total
Roubo/furtos	57,1	59,4
Agressão verbal	46,6	55,2
Agressão física	26,9	37,5
Remoção forçada	12,0	24,6
Tentativa de homicídio	8,5	16,2
Abuso/violência sexual	2,5	4,2
Base de cálculo	1272	8093

* Incluídos apenas casos válidos.

Gráfico 1.9 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo violência sofrida (%)



Em relação aos agentes agressores apontados pelos idosos destacam-se, em primeiro lugar, os próprios moradores de rua que aparecem como agentes nas mais diferentes situações de violência: agressão verbal, física, tentativa de homicídio e roubo/furto. Em segundo lugar estão os transeuntes não identificados. Em terceiro lugar a polícia civil e militar e a GCM. Comerciantes e seguranças privadas aparecem principalmente como agentes de agressões verbais.

Tabela 1.23 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo agentes da violência, por tipo de agressão sofrida (%) *
(em %)

Agentes da violência	Agressão verbal	Agressão física	Tentativa de homicídio	Abuso sexual	Roubo/furto	Remoção forçada
Morador de rua	55,0	57,7	47,9	0,0	59,1	11,5
Pedestres/transeuntes	48,3	28,2	33,3	0,0	54,4	0,0
Polícia civil/militar	9,5	6,3	14,6	0,0	1,1	15,9
GCM	8,4	6,3	0,0	0,0	1,1	7,0
Comerciante	12,4	0,0	0,0	0,0	1,4	11,5
Segurança privada	11,7	8,6	0,0	0,0	0,0	38,6
Traficante	5,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Limpeza urbana/cata bagulho	13,5	3,7	0,0	0,0	0,0	23,0
Base de porcentagem	571	301	48	20	699	113

* Incluídos apenas casos válidos.

Participação em movimentos sociais

O nível de participação dos idosos em movimentos sociais é semelhante ao encontrado no conjunto dos acolhidos. A grande maioria não participa de nenhum (86%), mas estima-se que um pequeno grupo participe do movimento da população de rua (6%), de luta por moradia (6%) e de catadores (3%).

Tabela 1.24 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo participação em Movimentos Sociais (%)*Respostas múltiplas

Movimento		
	Idosos	Total
Movimento de População de Rua	6,2	7,3
Movimento de luta por moradia	6,0	7,6
Movimento de catadores	2,7	2,7
Movimento LGBT (Lésbicas/gays/bissexual e transexual)	0,0	2,6
Movimento de mulheres	0,0	0,2
Outro	1,6	2,2
Não participa de nenhum	86,1	83,6
Base de cálculo	1272	8147

* Incluídos apenas casos válidos.

2. PERFIL DOS IDOSOS DA RUA

O pequeno número de idosos encontrados na rua restringe a análise do perfil destes moradores com base nos dados da pesquisa amostral.

Estima-se que os idosos que estão na rua correspondam a 7% dos moradores de rua. A proporção é menor do que nos centros de acolhida em que os idosos correspondem a 16% do total.

Grande parte dos idosos da rua já dormiu em centros de acolhida (81%). É importante dizer que, há uma demanda de abrigo por parte dos idosos que estão na rua que não está sendo

absorvida. Estima-se que na semana anterior à pesquisa 18% dos idosos da rua procuraram vaga em centros de acolhida e que 11% não tenham conseguido ser atendidos.

Perfil demográfico

É difícil fazer afirmações sobre a idade dos idosos moradores de rua uma vez que o número de casos sem informação é muito grande (93%). No entanto, a idade média dos idosos que informaram a idade (64,7 anos) é muito próxima dos acolhidos (65 anos). Estima-se que a maior parte (70%) tenha menos do que 65 anos.

A proporção de mulheres idosas na rua (10%) é menor do que entre os acolhidos (16%), mas a de brancos (34%) é exatamente a mesma.

Em relação à escolaridade estima-se que 20% não saibam ler ou escrever, uma proporção superior a encontrada entre os acolhidos idosos (12%).

Origem e tempo de residência na cidade

Em relação à origem a situação dos idosos da rua é muito semelhante a dos acolhidos. Ainda que aproximadamente 80% sejam migrantes, a grande maioria (90%) está na capital há mais de 5 anos ou nasceu aqui.

Trajatória para rua

Antes de estar em situação de rua a maioria dos idosos (64%) morava na cidade de São Paulo. A maior parte vivia com familiares (70%). Uma proporção maior do que entre os acolhidos (59%). Mas 30% já viviam sem a família antes de ir para rua. Esta proporção de idosos que já moravam sós é maior do que a encontrada entre os moradores de rua no conjunto (17%).

Estima-se que a maioria dos idosos da rua (68%) tenham ido diretamente para rua quando perderam a moradia. Entre os acolhidos 54% tiveram esta trajetória. Uma hipótese é que o grupo da rua apresente uma vulnerabilidade maior e que parte significativa dos idosos não tenha conseguido nenhuma opção alternativa de abrigo quando perdeu a moradia.

A idade média de ida para rua é 54,6 anos e a mediana 57 anos. 78% foram para rua depois dos 50 anos, sendo que 38% depois dos 60 anos.

Os idosos da rua estão há mais tempo nesta situação do que os acolhidos. O tempo médio de rua é 7,8 anos e a mediana 6 anos. Entre os idosos acolhidos encontrou-se 5,7 anos e 2,1 anos respectivamente.

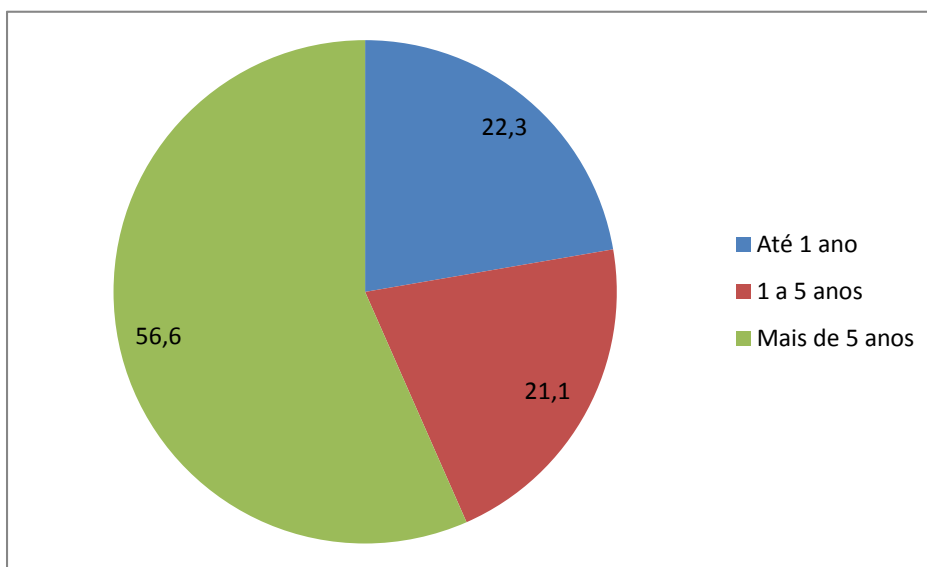
Mais da metade dos idosos de rua (57%) tem 5 anos ou mais nesta situação. Um percentual bem mais alto do que o encontrado entre os acolhidos em que os com 5 anos ou mais são 36%. Estes dados podem indicar que na rua existe um grupo de idosos em uma situação crônica que dificilmente sairão desta situação.

Tabela 2.1 - Frequência estimada do Tempo de Rua dos idosos da rua em anos*

Tempo de rua	NA	%
Até 6 meses	40	10,3
7 meses a 1 ano	46	12,0
Mais de 1 a 2 anos	17	4,5
Mais de 2 a 5 anos	64	16,6
Mais de 5 a 10 anos	127	33,0
10 anos ou mais	91	23,6
Total	385	100,0

*Incluídos apenas os casos válidos.

Gráfico 2.1- Tempo de rua dos idosos da rua em anos (%)



Relações familiares atuais

Assim como ocorre com os acolhidos os idosos da rua vivem sós na quase totalidade (91%). Um índice bem mais alto do que o encontrado no conjunto dos que estão na rua (69%). Estima-se que apenas 4% dos idosos estejam acompanhados de algum parente e os demais de pessoas que não familiares.

Segurança alimentar

As doações aparecem como a fonte principal alimentação para os moradores de rua, 86% recebem os alimentos que consomem. Esta é também a fonte principal para os idosos (81%). Situação bem diferente dos idosos acolhidos, em que apenas 23% se alimenta com por meio da doação e 90% utilizam o que é oferecido pelos serviços. A utilização dos serviços também é significativa entre os idosos da rua (62%), aparecendo em segundo lugar como fonte de alimentação. 43% compra alimentos.

Trabalho, renda, acesso a benefícios e moradia

As características do trabalho exercido pelos idosos antes de ir para a rua é muito próxima dos idosos acolhidos. Estima-se que apenas 4% não desenvolviam atividade geradora de

renda e 57% trabalharam com registro em carteira. O tipo de inserção dos idosos no mercado de trabalho anterior a rua também é muito parecida com o encontrado no conjunto, tanto na rua como nos centros de acolhida. Predominam as atividades não especializadas de construção civil, serviço de limpeza, zeladoria e vigilância.

Na situação atual relativa ao trabalho há diferenças entre os idosos da rua e os acolhidos que refletem as condições de vida na rua. É bem maior a proporção dos que fazem bico na rua (66%) do que entre os acolhidos (46%), e menor a proporção dos que não trabalham (31%). Entre os idosos acolhidos 50% não trabalham. Há um grupo muito pequeno de idosos que estão empregados (3%),

Tabela 2.2 - Frequência estimada de idosos moradores de rua e idosos acolhidos segundo a Condição de trabalho atual (%)

Condição do trabalho atual		
	Idosos rua	Idosos acolhidos
Empregado, com registro em carteira	1,5	0,8
Empregado, sem registro em carteira	1,5	3,5
Trabalhando por conta/fazendo bicos	66,0	45,8
Não está trabalhando	31,0	50,0
Total	100,0	100,0
Base de cálculo	402	1272

Do total dos idosos de rua que **não trabalham** estima-se que cerca de apenas 10% seja aposentado ou receba BPC. 31% recebem bolsa família. Mais da metade (57%) deste grupo que não trabalha não recebe nenhum tipo de benefício. Estes correspondem a 18% do total dos idosos na rua.

As atividades desempenhadas pelos idosos que têm atividades eventuais para obtenção de renda (fazem “bicos”) são muito próximas das realizadas pelo conjunto dos moradores de rua acolhidos, predominando a coleta de recicláveis (50%) e em segundo lugar lava/guarda de

carros (17%). A prática da mendicância é desenvolvida por 22% dos idosos. Um percentual bem superior ao encontrado entre os idosos acolhidos (3%), mas mais baixo do que o presente no conjunto dos moradores de rua (30%). Não foram identificados idosos da rua que relataram participação em roubos, assaltos, venda de drogas ou prostituição.

O rendimento monetário dos idosos da rua é inferior ao dos acolhidos. Estima-se que a renda auferida com o trabalho eventual na rua seja menor do que a dos idosos acolhidos. Segundo declaração dos entrevistados obteve-se um ganho médio no dia de R\$ 16,53 e mediana de R\$ 10,00, inferior a encontrada entre os abrigados (R\$ 25,00 e R\$ 15,00 respectivamente).

Além disto, o rendimento advindo dos benefícios, que é a maior fonte de recursos entre os acolhidos idosos, é menos frequente na rua. Apenas 7% recebem aposentadoria, 5% BPC e 24% bolsa família. A grande maioria dos idosos de rua (65%) não recebe nenhum tipo de benefício.

Gráfico 2.2 - Frequência estimada de idosos de rua e idosos acolhidos segundo recebimento de Benefícios e pensões (%)

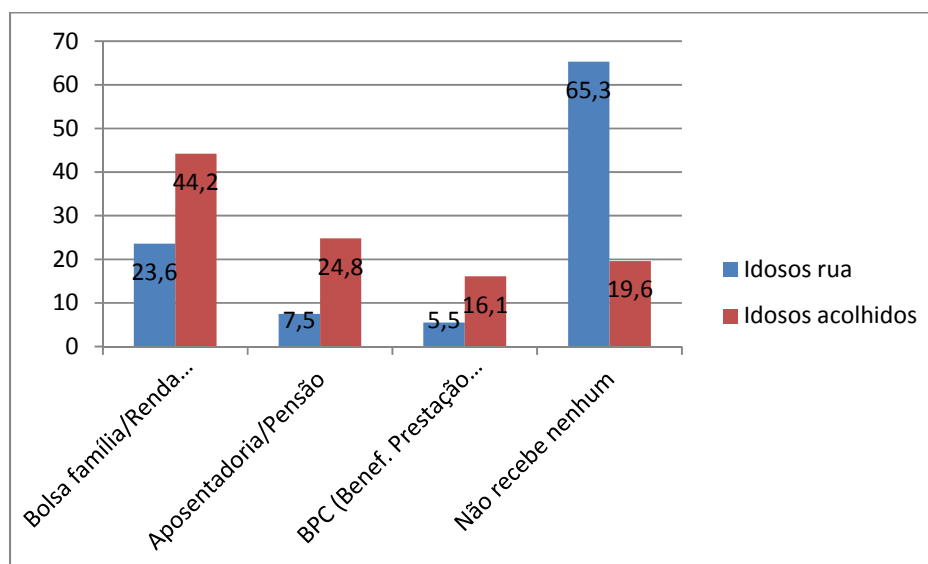


Tabela 2.3 - Frequência estimada de idosos de rua e idosos acolhidos segundo recebimento de Benefícios e pensões * (%) Respostas múltiplas

Opções	Idosos rua	Idosos acolhidos
Bolsa família/Renda Mínima/Renda Cidadã	23,6	44,2
Aposentadoria/Pensão	7,5	24,8
BPC (Benef. Prestação Continuada) /LOAS	5,5	16,1
Auxílio Doença (está na caixa)	0,0	0,0
Bolsa Aluguel	0,0	0,0
Seguro Desemprego	0,0	0,0
Outro.	0,0	0,0
Não recebe nenhum	65,3	19,6
Base de cálculo	402	1265

*Inclui apenas os casos válidos.

Entre os idosos de rua de 65 anos e mais, 64% não têm nem aposentadoria nem BPC e poderiam, pela idade, ter direito a este último benefício. Eles correspondem a 20% do total dos idosos de rua.

Os dados apresentados apontam para a necessidade de ampliação da cobertura de benefícios (bolsa família, BPC) para os idosos que estão na rua e não estão sendo atingidos (65%). Este grupo se encontra em situação de grande vulnerabilidade dada pela moradia na rua acrescida da condição de idoso, o que o torna um grupo prioritário para o atendimento. Deve-se observar que, com relação a pergunta sobre o que mais os ajudaria a sair da rua, os idosos destacaram o acesso a benefícios. Estima-se que 27% tenham escolhido esta alternativa como a mais importante, um percentual superior ao encontrado para o conjunto dos moradores de rua (6%) e também para os idosos acolhidos (16%)

O acesso a benefícios como o BPC criaria condições mais favoráveis para melhoria das condições de vida deste grupo, inclusive para possibilidades de abrigo e moradias alternativas.

Condições de saúde, atendimento pelos serviços e deficiências

A maioria dos idosos de rua procura algum serviço público em caso de problemas de saúde (90%). Estima-se que o uso dos serviços pelos idosos de rua seja menor do que o dos idosos acolhidos, mas mesmo assim 57% procuram Serviços de Atenção Básica (UBS /Posto de saúde) e 48% Hospitais e Pronto Socorros. Em relação ao atendimento do consultório na rua estima-se que o atendimento de idosos de rua (19%) seja bem maior do que o dos idosos acolhidos (9%) e mesmo do que o conjunto dos moradores de rua (12%). Em relação ao CAPs a proporção de atendimento dos idosos de rua (13%) é próxima dos idosos acolhidos (11%).

Entre os idosos acolhidos, estima-se que a grande maioria (88%) tenha sido atendida recentemente (nos últimos 6 meses). Entre os idosos da rua a proporção é um pouco menor. Foram atendidos nos últimos 6 meses 60% sendo que 50% nos últimos 3 meses.

Doenças declaradas

Estima-se que a maioria dos idosos de rua (62%) tenham duas ou mais das doenças das apresentadas no questionário e um grupo significativo (34%) sofra 3 ou mais agravos de saúde.

Os principais problemas são: hipertensão arterial (39%) dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna) (36%), problemas provocados por acidentes (atropelamento, queda, etc.) (36%) e depressão/ “doença dos nervos” (29%) coincidem com os encontrados entre os idosos acolhidos. Chama a atenção algumas doenças que aparecem na rua com proporções mais altas do que entre os acolhidos: doença cardíaca (27%), doença respiratória (24%), doença de pele (11%) e tuberculose ((7%).

Gráfico 2.3 - Problemas de Saúde idosos de rua e idosos acolhidos (%)

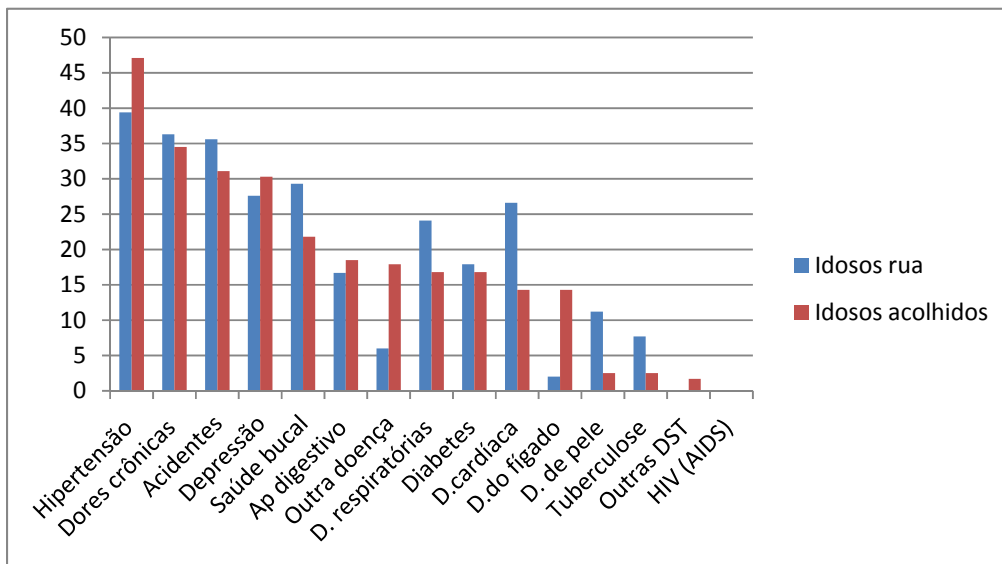


Tabela 2.4 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo Problemas de Saúde (%)*Respostas múltiplas

Doenças	Idosos rua	Idosos acolhidos
Hipertensão arterial (pressão alta)	39,4	47,1
Dores crônicas (artrite/artrose, reumatismo, dor na coluna)	36,3	34,5
Problemas provocados por acidentes (atropelamento, queda, etc.)	35,6	31,1
Problemas de saúde bucal (dor de dente, inflamação nas gengivas, etc.)	29,3	21,8
Depressão/ Doença dos nervos	27,6	30,3
Doença cardíaca (sofre do coração)	26,6	14,3
Doenças respiratórias (asma, bronquite, enfisema)	24,1	16,8
Diabetes	17,9	16,8
Doenças do ap digestivo (dor de estomago, gastrite, úlcera)	16,7	18,5
Doenças de pele (herpes, hanseníase, vitiligo, sarna...)	11,2	2,5
Tuberculose	7,7	2,5
Outra doença:	6,0	17,9
Doença do fígado (hepatite/etc.)	2,0	14,3
Outras DST – doença sexualmente transmissível	0,0	1,7
HIV (AIDS)	0,0	0,0
Base de %	402	1272

(*Inclui apenas casos válidos.

Em relação ao uso de preservativo nas relações sexuais as proporções são muito próximas do encontrado entre os acolhidos. Estima-se que apenas 36% dos idosos de rua façam uso sempre. Excluindo os que não fazem sexo o percentual passa a ser 52%.

Deficiências

Estima-se que 14% dos idosos de rua tenham algum tipo de deficiência, um percentual superior conjunto dos moradores de rua. O pequeno número de idosos de rua na amostra não

permite estimar a proporção de cada deficiência. Os deficientes idosos correspondem a 12% dos deficientes encontrados na rua

Tabela 2.5 - Frequência estimada de idosos da rua e idosos acolhidos segundo Deficiências visual, auditiva e motora graves e cadeirantes (%)*

	Idosos rua	Idosos acolhidos
Algum tipo de deficiência	14,1	8,2
Deficiência visual	*	9,7
Deficiência auditiva	*	7,1
Deficiência motora	*	13,0
Cadeirante	*	4,1
Base de cálculo	402	1272

*Inclui apenas os casos válidos.

O pequeno número de idosos de rua na amostra não permite estimar a proporção de cada deficiência.

Orientação sexual

Estima-se que a proporção do grupo LGBT entre os idosos acolhidos seja 3%. Entre os idosos da rua não foram registrados casos nas entrevistas.

Uso de álcool e drogas

Estima-se que a proporção de uso de substâncias psicoativas entre os idosos da rua (68%) seja bem maior do que entre os idosos acolhidos (37%), o que reflete as condições de vida na rua, onde o uso de álcool e drogas é muito maior do que nos centros de acolhida. Deve-se destacar que o uso do álcool entre os idosos de rua é predominante (62%). No entanto, estima-se que 10% dos idosos utilizem drogas ilícitas. De qualquer forma este percentual encontrado entre os idosos de rua é bastante inferior ao do conjunto dos moradores de rua (53%).

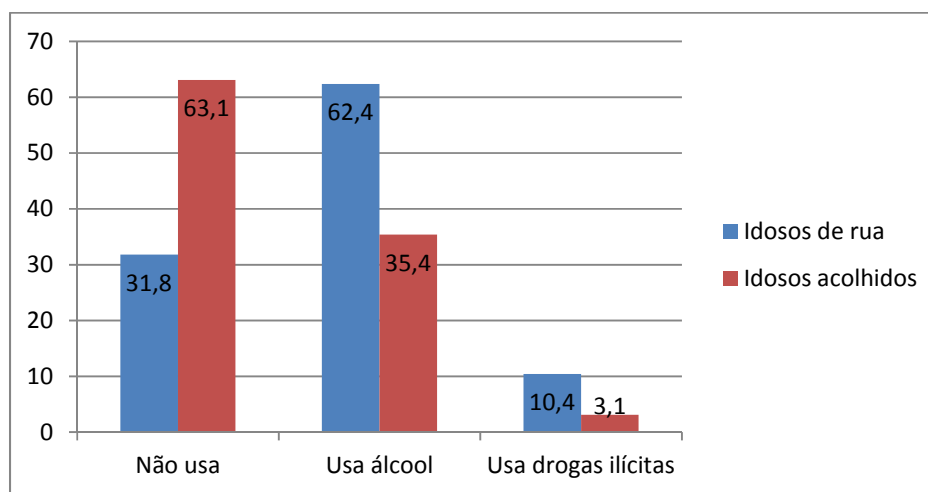
É necessário observar que, entre os idosos de rua, o uso de substâncias psicoativas precede a ida para rua. Estima-se que 70% já faziam uso antes de estar nesta situação.

**Tabela 2.6 - Frequência estimada de idosos de rua e idosos acolhidos segundo
Uso de Álcool e Drogas (%)***

Opção	Idosos de rua	Idosos acolhidos
Não usa	31,8	63,1
Usa álcool	62,4	35,4
Usa drogas ilícitas	10,4	3,1
Base do %	402	1272

(*). Inclui apenas casos válidos.

**Gráfico 2.4 - Frequência estimada de idosos de rua e idosos acolhidos segundo
Uso de Álcool e Drogas (%)**



Em relação ao tipo de substância ingerida atualmente predomina o álcool (62%) e entre as drogas ilícitas o crack (8%).

Tabela 2.7 - Frequência estimada de idosos e total de acolhidos segundo Substâncias Utilizadas Atualmente (%)*Respostas múltiplas

Opções	Idosos de	
	rua	acolhidos
Cigarro	47,0	36,5
Bebida alcoólica (cachaça, cerveja, uísque)	62,4	35,4
Crack	8,5	1,5
Maconha	3,7	1,6
Cocaína (pó)	2,2	0,0
Inalantes (Cola,tinner, benzina, etc)	1,7	0,0
Outra substância	0,0	0,0
Base de %	402	1272

(*).Inclui apenas casos válidos.

Internação em instituições

Assim como os idosos acolhidos os que estão na rua não possuem um histórico institucional relevante. Estima-se que a proporção dos que passaram por instituições de internação seja exatamente a mesma (29%), muito inferior ao conjunto de moradores de rua (64%).

Entre as instituições que os idosos passaram se destacam as do sistema prisional (13%) as clínicas de recuperação de drogas ou álcool (12%) e as instituições psiquiátricas (11%).

Porte de documentos

Em relação ao porte de algum documento a proporção entre os idosos (81%) é semelhante a encontrada no conjunto dos moradores de rua (80%), mas bem menor do que entre os idosos acolhidos (97%). Estima-se que 77% possuam RG, 57% CPF e 41% título de eleitor. Apenas 34% são portadores de quatro documentos: RG, CPF, CT e Til Eleitor. Entre os idosos acolhidos a proporção é 60%.

Discriminação e violência

A discriminação sofrida pelos idosos que estão na rua é maior do que a dos acolhidos. Estima-se que 23% dos idosos da rua tenham sido impedidos de entrar em lugares públicos (23%). Entre os acolhidos a proporção foi 10%.

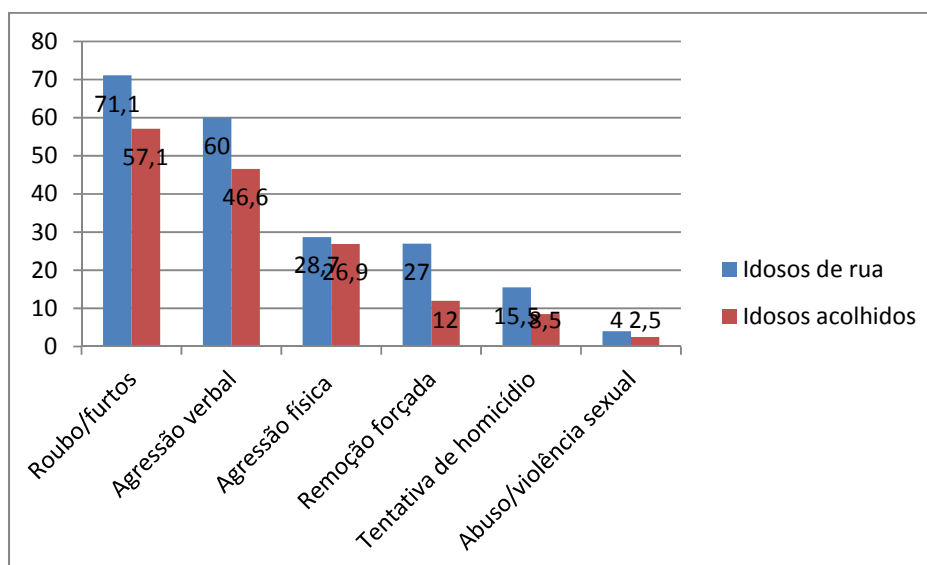
Este grupo está também muito mais exposto a situações de violência em função das condições de vida que enfrentam na rua. Os índices são sempre maiores do que o encontrado entre os acolhidos. As formas mais frequentes de violência sofridas são roubos/frutos (71%), agressão verbal (60%), agressão física (29%) e remoção forçada (27%). Com relação a roubos e furtos parece que os idosos são as principais vítimas. A proporção dos que sofreram roubos/furtos (71%) é superior a encontrada para o conjunto dos moradores de rua (66%).

Tabela 2.8 - Frequência estimada de idosos de rua e idosos acolhidos segundo violência sofrida (%) * Respostas múltiplas

Tipos de violência	Idosos de rua	Idosos acolhidos
Roubo/furtos	71,1	57,1
Agressão verbal	60,0	46,6
Agressão física	28,7	26,9
Remoção forçada	27,0	12,0
Tentativa de homicídio	15,5	8,5
Abuso/violência sexual	4,0	2,5
Base de cálculo	402	1272

* Incluídas apenas as válidas.

Gráfico 2.5 - Frequência estimada de idosos de rua e idosos acolhidos segundo violência sofrida (%)



Em relação aos agentes agressores apontados pelos idosos destacam-se, em primeiro lugar, os próprios moradores de rua que aparecem como agentes nas mais diferentes situações de violência: agressão verbal, física, tentativa de homicídio e roubo/furto. Neste último caso 91% das agressões são atribuídas a eles. Em seguida aparecem os transeuntes não identificados, a polícia civil e militar e a GCM.

Participação em movimentos sociais

O nível de participação dos idosos em movimentos sociais é muito pequeno, seguindo a tendência encontrada no conjunto dos moradores de rua. Estima-se que 94% não participem de nenhum movimento. A proporção do conjunto da rua é 89%. Estima-se que a participação em algum movimento (6%) também seja menor do que a encontrada entre os idosos acolhidos (14%).

Síntese

Do que foi colocado na análise é possível destacar algumas demandas específicas do grupo de idosos em situação de rua, que podem subsidiar as políticas voltadas para este segmento.

Características dos idosos em situação de rua

- Os idosos em situação de rua são pessoas sós, com idade média de 65 anos, principalmente homens, que estão indo para rua com mais de 50 anos. Parte significativa deles, especialmente na rua, desenvolve atividades de trabalho eventual (bicos) para obtenção de renda e um grupo menor recorre a prática de mendicância. Suas condições de saúde são mais frágeis do que a de outros grupos etários e um grupo significativo é portador de deficiências. Parte expressiva não recebe os benefícios a que tem direito, especialmente o Bolsa Família e o BPC.

Os idosos abrigados na rede possuem melhores condições de abrigo, alimentação, atendimento de saúde e acesso a benefícios. A qualidade de vida dos idosos de rua é inferior, em decorrência das características da vida na rua, onde as condições de sobrevivência são muito mais precárias e desafiadoras. Este grupo está mais exposto à discriminação e violência. Grande parte é vítima de furtos e roubos, na maior parte das vezes praticada por outros moradores de rua. Além disso, o acesso a serviços e benefícios para os que estão na rua é muito mais restrito, 65% deles não recebem nenhum tipo de benefício. Deve-se considerar que o acesso a benefícios é a principal fonte de renda para os idosos.

Parte significativa dos idosos em situação de rua parece estar sendo absorvida pela rede de proteção. Em 2015 estima-se que aproximadamente 80% destes idosos estão acolhidos. Considerando que a tendência de crescimento dos idosos se mantenha, e que não sejam tomadas medidas que evitem a ida para rua, a rede de assistência deverá preparar-se para continuar recebendo novos contingentes desta faixa etária.

Demandas de serviços e benefícios

Em relação ao abrigo: estima-se que há uma demanda não atendida de idosos da rua por vagas nos centros de acolhida que foi identificada na pesquisa. Em relação aos acolhidos há uma demanda de ampliação dos serviços específicos para idosos, uma vez que parte significativa deles (38%) está abrigada em centros de acolhida que atendem diferentes grupos. É necessário considerar na formulação de propostas de atendimento as necessidades

especiais do grupo de deficientes idosos, presentes tanto nos centros de acolhida como na rua.

Em relação à segurança alimentar: estima-se que os idosos de rua dependam ainda, em grande parte, de doações para se alimentar.

Em relação aos serviços de saúde: apesar da ampliação do atendimento da população em situação de rua pela rede de saúde, coloca-se a necessidade de um acompanhamento dos idosos pelos serviços da saúde que venha a atender as características e vulnerabilidades específicas do grupo, especialmente na rua, onde, com exceção do consultório na rua, o acesso dos idosos tem sido menor do que entre os acolhidos.

Em relação aos benefícios: há um grupo significativo de idosos, especialmente na rua (65%), que não está recebendo benefícios a que teria direito (BPC e bolsa família), o que aponta para a necessidade de ampliação da cobertura para os que não estão sendo atingidos. O acesso a benefícios como o BPC criaria condições mais favoráveis para melhoria das condições de vida deste grupo. Deve-se observar que, respondendo à pergunta sobre o que mais os ajudariam a sair da rua, os idosos da rua destacaram o acesso a benefícios.

Em relação a possíveis alternativas de moradia: entre os acolhidos idosos 40% possuem renda estável de pelo menos um salário mínimo dada por aposentadoria ou BPC.

Uma questão que se coloca diante desta situação é: até que ponto seria possível pensar em soluções alternativas de moradia subsidiada para este grupo, que possui uma renda básica que não depende das oscilações do emprego. Um grupo que, por outro lado, tem possibilidades muito reduzidas de retornar de forma regular ao mercado de trabalho. Alternativas possíveis de moradia poderiam ser condomínios com acomodações mais privativas, com formas de gerenciamento diferentes das tradicionais existentes nos centros de acolhida. Deve-se dizer que a possibilidade de ter uma moradia permanente apareceu como maior aspiração de mais da metade dos idosos acolhidos para sair da rua.

ANEXO IV - EQUIPE FIPE

Coordenação geral

Silvia Maria Schor

Pesquisadores seniores

Ana Maria Gambier Campos

Elisabeth Aparecida Lopes

Maria Antonieta da Costa Vieira

Michiko Shiroma de Carvalho

Rinaldo Artes

Rosana Estrela Adamos

Assistentes de pesquisa

Andressa Varotto

Jackson Rosalino

Thais Andrade

Vitor Brumatti Pereira

Digitação dos dados

Valmir João Dias

Secretaria do projeto

Taina Pacheco

Talita Silva

EQUIPE DE CAMPO

Coordenadores de campo

1	Alessandra Marques Ávila
2	Maria Lucia Aparecida Pereira
3	Isabel Cristina S Gazel Teixeira
4	Benedito Maia da Silva Filho
5	Ernani Medina
6	Erivaldo Alves dos Santos
7	Juliana Alves Cavalcante
8	Lilian Tropardi
9	Otavio Silva Pereira
10	Rosana Baesso Brunetti
11	Davison V. Senaha
12	Denilson V. Senaha
13	Josué Delfino de Freitas
14	Rosana Estrela Adamos
15	Elizabeth Aparecida Lopes

Pesquisadores de campo

Aline Cristine Pizzol
Antonio De Pádua Gomes
Adriana Bueno Da Silva
Adriana De Oliveira Marigo
Amanda Monteiro Andrade
Alessandra Naomi Yoshimoto
Alessandro Abraão Magalhaes

Aparecido De Almeida Ferreira
Alcimar Neves Antonio
Aline Cristina Gomes De Mello
Ana Lucia Teixeira
Ana Paula Da Conceição Affonso
André Da Silva Takahashi
André Pereira De Oliveira
Andreia Soares Rocha Silva
Anna Carolina Martins Silva
André De Jesus Antonio
André Luis Barletta Jurizato
Adauto Carvalho
Andrea Medeiros
Bárbara Lellis De Sá Frizo
Beatriz Ferraz Diniz
Beatriz Soares Benedito
Camila Vaz Setubal
Carolina De Cássia Xavier Gisolfi
Carolina Giovanna Menegatti
Caroline Nascimento Franco
Caio Caçador
Caio César Percidio Da Silva
Claudia De Medeiros
Celso Venancio Dos Santos
Claudia Garcia Costa
Claudio Andre Da Silva
Cleusa Maria Salmeirão Sanches
Cristian Alejandro Cataldo Santander
Cristiane R. De Mattos Peredelski
Danila Martins Martelli
Debora Maria Eleuterio
Debora Piccirillo Barbosa Da Veiga
Darco Vieira Cristiano
Divânia Lisboa Biganzoli

Débora Almeida De Lima
Donal De Sousa Freitas
Donizeti Redondo Sanches
Douglas Drumond De Almeida
Diego Sousa De Carvalho
Edgardo Daniel Zilli
Edleide Ramos De Souza
Elisa Cavalheiro Crema
Eliane Lacerda Lessa
Elaine Marcelino De Brito
Euquias Israel Dos Santos
Erika Vovchenco
Fabíola Ribeiro Santana
Fabiana Santos Da Silva
Fernanda De Farias Fingoli
Fabiana Cristina Cordeiro
Felipe Eduardo Lázaro Braga
Fernanda Fernandes Felix
Fernanda Kelly Da Rocha
Fernanda Patrícia Da S. EufRASino
Flavia Ayres Loschi
Filipe Santoro Santos
Gabriela Batista Veiga
Gilnai Portela Bispo
Geraldo Fernandes Rodrigues
Gislaine Barbosa Dos Santos
Gustavo Dordetto De Abreu
Haid Lilian Gimenes De O. Alexandre
Helder Bastos Sanglard Da Fonseca
Herivelto De Medeiros Alves
Karina Daniele De Lima
Kathleen Ferreira Angulo
Katia Itsumi Moura Kadota
Isabel Liselote Knauf Dos Santos

Igor De Oliveira Castro
Igor Felipe Firmo De Andrade
Íris Pereira Silva
Isabel Liselote Knauf Dos Santos
Indaiara Pereira Midega
Jacqueline De Jesus
Jeniffer Fernanda De O. Francisco
Jefferson De Souza Santana
Joice De Oliveira Santos
Jorge Romualdo Pereira
José Higino Barbosa
Jose Nelton Soares Dos Santos
Julia Landgraf Pupo
Júlia Santa Clara De Azevedo Ferreira
Juliana Marin
Juliane Aparecida M. A. Morgan
Layon André Reis Da Silva
Lennon Carvalho Rodrigues
Leone Eduardo Moura
Larissa Dos Santos Andrade
Letícia Canonico De Souza
Luna Borges Berruezo
Luana Santana Matos
Lucas Ribeiro Paula
Lucimara Da Cruz
Luiz Henrique Miguel
Margarete Aparecida Vieira
Maria Alesandra De Sousa
Maria Cinelia Teixeira Durval
Maria Helena Bicuola
Maria Roseli Áscar De Paiva
Maria Celia Tanus Barletta
Márcio Anastácio De Lima
Marcos Araujo Da Silva
Mariana Ferreira Vieira

Marianna Braghini Deus Deu
Mariza De Almeida Pinto
Mayra Alvares
Monica Dos Santos
Michel Willian De Castro Marques
Miguel Joaquim Justino Muhale
Milton Rodolpho De Castro
Natalia Negretti
Nathalya Simon Nakata
Pamela Jessica Venancio
Paulo José De Almeida Pereira
Paulo Cezar Guerra Alves
Pedro Augusto Chizzolini Lonel
Pedro Saldanha Frantz
Priscila De Almeida Rodrigues
Phablo Gouvêa De Lima
Rafael Vieira Rossi
Rafael Teodoro Pedroso
Raquel De Jesus Silva
Rachel D'amico Nardelli (Disp)
Raphael Teixeira Martins
Renata De Oliveira Valentim
Renata Regina Peres Trevisanuto
Renata Rodrigues De Lima
Renata Santos Rodrigues
Renata Vilela Fernandes
Rita De Cássia Marye Kameda
Renato Dos Santos Rodrigues
Renato Silva Dos Anjos Junior
Ricardo Fernandes Dos Santos
Rogério Costa
Ronivaldo Floriano Silva

Ronivaldo Floriano Silva
Rosemeire Almeida Da Silva
Rosimeire De Godoy Barros
Rui Teixeira Lima Junior
Selma Rosaria Marcelino Venâncio
Simone Candido De Souza
Sabrina Lopes Bispo
Sylvia Sabrina C. Santander
Selma Denise T.De A.Lima (Disp)
Tatiane Gonzalez Leite Da Silva
Tatiana Da Silva Souza
Tiago Franco Da Frota
Thila Pedrozo Lima
William Dos Santos
Vanessa Ferreira De Almeida Piuchi
Vera Lúcia Dias